

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

YLIAH CAVALCANTI SARDINHA

DO PROJETIVO AO MANIFESTANTE: SOCIOEDUCAÇÃO,
PROJETO DE VIDA E INTENSIDADES ADOLESCENTES

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

YLIAH CAVALCANTI SARDINHA

DO PROJETIVO AO MANIFESTANTE:
socioeducação, projeto de vida e intensidades adolescentes

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

SÃO PAULO

2021

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Sardinha, Yliah Cavalcanti

Do projetivo ao manifestante: socioeducação,
projeto de vida e intensidades adolescentes. /
Yliah Cavalcanti Sardinha. -- São Paulo: [s.n.],
2021.

173p. il. ; 30 cm.

Orientador: Maria Cristina Gonçalves Vicentin.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Psicologia: Psicologia Social.

1. adolescências. 2. medida socioeducativa. 3.
projeto de vida. 4. infância e juventude. I.
Vicentin, Maria Cristina Gonçalves. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia
Social. III. Título.

CDD

YLIAH CAVALCANTI SARDINHA

DO PROJETIVO AO MANIFESTANTE:
socioeducação, projeto de vida e intensidades adolescentes

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin – PUC-SP

AGRADECIMENTO CNPq

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível a realização desta pesquisa.

Processo nº. 130218/2019-7

AGRADECIMENTOS

Escrever esse trabalho foi particularmente penoso pelos tempos de morte e escassez terríveis que a pandemia e o quadro político atual nos trouxe. Foi também muito duro por forçar o distanciamento e o silêncio, que me obrigaram a olhar para as minhas próprias feridas abertas. Tão importante quanto escrever esse trabalho foram todos aqueles que me ajudaram a passar por esse processo, encontrando cura e direcionamento.

Ao meu pai, Luiz, por me encorajar a continuar estudando, por me ouvir quando preciso e por sempre deixar a porta aberta para mim, independente da situação. À minha irmã Iryna e meu irmão Luhdy por me fazerem rir e por torcerem por mim. À minha mãe Inah por sempre separar uma comidinha preu levar pra São Paulo, por todos os bom dias e boa noites e por ter feito o movimento de estar mais próxima de mim. À minha avó, também Inah, por sempre me receber com sorriso, alegria e amor, por ter cuidado de mim desde a infância e por ter me deixado com tanta coisa boa mesmo após a sua passagem. Que você possa continuar iluminando aí do outro lado.

Ao Gabriel por me encorajar, vibrar comigo e pelas inúmeras trocas que em muitos momentos foram e são a minha força.

À minha orientadora, Cris, por ter me ouvido desde aquele primeiro seminário, por ter me dado a oportunidade de aprender contigo, pela paciência em me ensinar e por topar as clandestinidades comigo.

À Marlene, por sempre fazer o seu melhor para nos ajudar e por ser porto seguro que mantém nossa boa viagem nesse programa de pós graduação.

À prof. Gabriela, que me acompanha desde os meus primeiros passos na PUC, me auxilia nas questões e me lança em novos desafios, juntamente com a Prof. Adriana, agradeço imensamente as contribuições feitas na qualificação, que marcou profundamente o curso desse trabalho.

À todos os meus colegas do NUPLIC pela atenção e carinho com que leram meu texto e acolheram minhas angústias, em especial Lúcia, Isa, Flávia, Camila, Marina, Richard, Andreia, Iara, Ana, Juliane, Luiza e Karina. Aos meus parceiros Thais, Aline, Michele,

Alan, Diogo e Jamilie, se é pra atravessar o inferno melhor que seja do lado de vocês! Muita saudade dos nossos encontros! De todos esses, agradeço imensamente ao Lucas, amigo revisor das altas horas, e à Iza, por toda a parceria, chororô e revolta compartilhada.

À todos os alunes e professores que, assim como eu, se organizaram em diversos e difíceis momentos nesses anos para tentar barrar o desmonte da ciência brasileira, lutando pelas bolsas de estudo dos alunos de hoje e dos que ainda virão. Agradeço também à UNESP, que me ensinou a lutar.

Ao Vitor e ao Rafa que, além de amigos, dividiram casa comigo durante boa parte desse período e que tavam junto quando foi preciso brigar. À Aninha e o Abu que são as minhas companhias semanais apesar de tão longe, mantendo o clima leve e me mostrando o que é amizade de verdade. Ao Renan, ao Vini e à Ias que também se lembram da gente e não deixam os laços se apagarem. Ao Romeu e ao Jaime que são queridos que encontrei aqui em São Paulo e continuam queridos mesmo quando longes.

À minha analista, que me acompanhou em todos os meus piores dias e noites, ouviu inúmeras lamentações e que me auxilia a criar novos rumos toda semana.

À família 7 Flechas agradeço as boas companhias, os aprendizados e a sustentação de um espaço de cuidado e alegria. Vestir o branco toda sexta-feira é uma dádiva. Agradeço a todos os Orixás, as sete linhas de Umbanda e todos aqueles que são companhia incansável comigo nessa jornada, eu saúdo as tuas forças e de todos aqueles que, por amor e carinho, me auxiliaram a chegar até aqui.

À todos os trabalhadores dos SMSE-MAs que me acolheram e acolheram a minha pesquisa, especialmente aquele cantinho querido na Zona Sul e todos aqueles que ali me deram oportunidades, me ensinaram e sustentaram um fazer ético-político não para, mas com os adolescentes.

Por fim mas de maneira nenhuma por último, agradeço ao menino da cabeça de coco, à filha de Obá, aos Subterrâneos, ao menino que tinha dois corações e todos os outros adolescentes e famílias que permitiram uma criação conjunta, que confiaram no meu trabalho, compartilharam comigo e me ensinaram tanto. Carrego vocês comigo onde quer que eu vá. Esse mestrado é de vocês.

À todas as forças de encantamento e invenção dos mundos

RESUMO

SARDINHA, Yliah Cavalcanti. Do projetivo ao manifestante: socioeducação, projeto de vida e intensidades adolescentes. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

A presente pesquisa tem como objetivo explorar as metodologias e políticas dos “projetos de vida” que adentram as práticas pedagógicas da socioeducação e outras políticas públicas voltadas à juventude. Apoiamo-nos, para tanto, na revisão de literatura sobre este tema, especificamente nos trabalhos que discutem as políticas de infância e juventude em sua vertente protetiva, normas e cadernos técnicos orientadores dos profissionais da socioeducação e os trabalhos críticos de Jacques Donzelot e do magistrado Eduardo Rezende Melo. Através do diário de campo trazemos as experiências vividas pelos adolescentes em contato com a lógica projetiva, em especial um coletivo artístico juvenil, negro e periférico que ganha um fomento cultural para o desenvolvimento de seu projeto. Analisando o experienciado com os adolescentes, encontramos alguns eixos importantes, como a quebrada, os jogos entre o dentro e o fora, e o manifesto manifestante. A partir dos apontamentos de Luiz Rufino, Bell Hooks, Vicentin, Deleuze e Guattari, entendemos que entre o projetivo e o independente estende-se esses fazeres manifestantes, manifestos brincantes e dançantes, práticas de encruzilhada (*cruzo*) e de vadiação para o enfrentamento do carrego colonial constantemente empurrados a esses adolescentes enquanto desencantamento e morte, criando transgressões expressas no corpo enquanto afirmações inventivas da vida.

Palavras chave: adolescência, projeto de vida, medidas socioeducativas, encruzilhada.

ABSTRACT

SARDINHA, Yliah Cavalcanti. Do projetivo ao manifestante: socioeducação, projeto de vida e intensidades adolescentes. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

This research aims to explore the methodologies and policies of “life projects” that enter the pedagogical practices of socio-education and other public policies aimed at youth. We rely, therefore, on the literature review on this topic, specifically the works that discuss childhood and youth policies in its protective aspect, norms and technical notebooks guiding the professionals of socio-education and the critical works of Jacques Donzelot and Eduardo Rezende Melo. Through the field diary we bring the experiences lived by the teenagers in contact with the projective logic, especially an artistic group of black teenagers that gains a cultural incentive for the development of their project. Analyzing the experience with teenagers, we found some important fields, such as the “*quebrada*”, the games between inside and outside, and the “*manifesto manifestante*”. Based on the notes of Luiz Rufino, bell hooks, Vicentin, Deleuze and Guattari, we understand that between the projective and the independent extend these playful and dancing manifestos, crossroads (*cruzo*) and practices of *vadiação* to confront the colonial load constantly pushed to these teenagers as disenchantment and death, creating transgressions expressed in the body as inventive affirmations of life.

Keywords: adolescence, life project, socio-educational measures, crossroads.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
------------------------	-----------

ENTERRO:

CAPÍTULO 1 – (DES)PROTEGENDO A INFÂNCIA: CONTINUIDADES TUTELARES.....	20
--	-----------

1.1. Guilherme e as vidas matáveis: violência de Estado e desproteção.....	20
1.2. A promessa da Doutrina da Proteção Integral.....	24
1.3. Lucas e o encontro com a socioeducação: o social como controle.....	30

CAPÍTULO 2: SOCIOEDUCAÇÃO E PROJETIVIDADES.....	44
--	-----------

2.1. Mas afinal, o que quer uma medida socioeducativa? Natureza, objetivos e projeto da socioeducação.....	44
2.2. Mariana se recusa.....	57
2.3. O “projeto de vida” como projeto da socioeducação.....	59
2.4. Projetividades e adolescências.....	70
2.5. Michel, o tempo e o inominável.....	74
2.6. Tensões do projetivo.....	78

VENTANIA: PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	92
---	-----------

SEMENTE:

CAPÍTULO 3: DO PROJETIVO AO MANIFESTANTE.....	99
--	-----------

3.1. Caminhantes subterrâneos: cartografando um coletivo da cultura independente....	99
3.1.1. Portão afora: de uma PSC coletiva para a cultura independente.....	99
3.1.2. A rua em disputa: juventude, arte e repressão.....	105
3.1.3. Quebradas: ausências e desvios.....	109
3.1.4. Prisões, sonhos, máquinas e anjos: desventuras de Alicia e o inorgânico em mim.....	113
3.1.5. Incômodos em silêncio: o que entra e o que não entra nas reuniões.....	119
3.1.6. Efeitos.....	126
3.1.7. Insatisfações com o coletivo e desejos para o documentário.....	131

3.1.8. O megafone de papel.....	135
3.2. Menino de projeto ou o empreendedor cultural.....	140
3.3. Fora e dentro, ENTRE o institucional e o independente.....	146
3.4. Um manifesto manifestante.....	151
 4 – MANGUE OU CONSIDERAÇÕES AOS FINAIS.....	158
 5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165

LISTA DE SIGLAS

CCA: Centro para crianças e adolescentes

CF/88: Constituição Federal de 1988

CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONDECA: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS: Centro de Referência Especializada da Assistência Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM: Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FUNABEM: Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

LA: Liberdade Assistida

MSE: Medidas Socioeducativas

PSC: Prestação de Serviços à Comunidade

SGD: Sistema de Garantias de Direitos

SIMASE: Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo

SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMADS: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo

SMC: Secretaria Municipal de Cultura

SMSE-MA: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caminho do desenvolvimento pessoal e social.....	63
--	-----------

INTRODUÇÃO

Sempre me perguntei porque se utiliza o termo quebrada. Imagino que seja possível interpretar a partir de tudo que ali falta, de um resto, um alguém da inteireza referente a uma promoção dos direitos humanos básicos. Algo quebrado, desfeito, como reflexo do abandono do Estado àquele território e àquela população. Mas também acho possível outras interpretações. Em algum momento entendi que quebrada tem a ver com as ruas. Ao transitar por esses caminhos existe uma quebra do linear, as ruas quebram pra cá, quebram pra lá, os caminhos não são únicos nem seguem o ritmo do asfalto, abrindo-se em becos e vielas que desaguam em praças escondidas, cidades inteiras equilibradas à margem de córregos correndo a céu aberto, margeados por crianças com pipas nas mãos. Como uma ginga, um samba, um segredo, as ruas quebram.

O gingar desse trabalho começa nas quebradas da Zona Sul de São Paulo, onde trabalhei como técnica de medidas socioeducativas em meio aberto durante três anos. A Doutrina da Proteção Integral, sedimentada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, afirma que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento e, conseqüentemente, diante de comportamentos considerados desviantes criam-se ritos especiais para governá-los, buscando garantir-lhes essa proteção integral evocada, priorizando o acesso aos direitos humanos e tentando impulsionar políticas públicas nas áreas de educação, saúde, assistência social, moradia e o que mais seja considerado essencial para o desenvolvimento desses cidadãos. A resposta elaborada pelo ECA frente ao cometimento de ato tipificado como infração por adolescentes foi a proposição das medidas socioeducativas, cuja natureza jurídica busca conciliar um viés pedagógico e a responsabilização pelos supostos atos cometidos.

Apesar de formalmente romper com a Doutrina da Situação Irregular, que entendia crianças e adolescentes como objetos de tutela, as conciliações que sustentaram a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente fizeram com que a legislação carregue tensões e contradições relacionados aos caminhos propostos para a busca da dita proteção integral. Enquanto parte do diploma dispõe sobre a necessária participação, protagonismo e autonomia da infância e da juventude na elaboração e aplicação das políticas que lhes dizem respeito, há ainda diversos resquícios e lacunas que sustentam a necessidade da tutela como via única de garantia da suposta proteção almejada.

Assim, ainda que pelo discurso da proteção, o viés tutelar nas políticas de infância e juventude vai permitir que perdurem os pressupostos de infância perigosa e de infância em perigo, instigando a formulação de técnicas de contenção com o aparente objetivo de assegurar um desenvolvimento saudável e uma boa convivência com a sociedade. No campo da adolescência, permite-se a continuidade da vinculação do adolescente como naturalmente insurgente e agressivo e o período da juventude é entendido como essencialmente problemático. Desdobramentos sociais dessas afirmações são o esforço contínuo das polícias e políticas de segurança, assistência social e educação em conter as existências adolescentes, como se houvesse necessidade em moldar seus modos de ser e vigiá-los a todo tempo, por carregarem a afirmação do perigoso em seus corpos. O perigoso ganha intensidade ímpar quando são corpos juvenis negros e periféricos, desenhados como o estereótipo do criminoso, sentenciados antes mesmo de qualquer ato e condenados constantemente na mídia e nas ações policiais, sustentando práticas de extermínio dessa população, a que mais morre violentamente no Brasil.

É nesse contexto que as medidas socioeducativas se inserem e seus marcos legais específicos acompanham o movimento do ECA. Os adolescentes encaminhados para cumprimento de medidas socioeducativas são, em sua maioria, pretos e periféricos, e logo de início considerados em situação de vulnerabilidade, ao qual seria preciso despender rigorosa formação moral por essa tripla condição (adolescência, vulnerabilidade, envolvimento infracional) que seria servida por meio do acompanhamento socioeducativo, buscando a não reincidência e a chamada ressocialização. Essa formação moral traduz-se na dita necessária criação de um "novo projeto de vida" durante a execução da medida imposta, e cujos caminhos devem estar obrigatoriamente relacionados a uma mudança de perspectivas, de modo a se alinhar com a perspectiva estatal de proteção e segurança, incluindo, com frequência, a inserção no mercado de trabalho, em cursos profissionalizantes e na escola, direção reiterada pelas decisões judiciais. A própria ideia de que o adolescente precisa conceber um "novo projeto de vida", e este deve ser chancelado pelo representante do Estado nas figuras dos técnicos sociais e dos representantes do Judiciário, implica num esforço de normalização não só dos corpos - ao privar ou restringir a liberdade - mas também dos pensamentos e do que se considera enquanto identidade.

Ao mesmo tempo em que os direitos de acesso a políticas públicas são convertidos em deveres e em que se busca incutir normas de conduta nos jovens, em posição evidentemente tutelar e de controle, toma-se a participação, o protagonismo e a autonomia do adolescente

como diretrizes para a elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Individual de Atendimento (PIA), documento que pretende nortear as intervenções socioeducativas. A Lei nº 12.594/2012, marco legal que institui o Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE), ditou os parâmetros para o atendimento socioeducativo, incluindo como eixos para a construção do PIA a participação do adolescente e da família e o incentivo ao protagonismo do adolescente.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca caminhar pelo campo de tensões entre o tutelar e o promocional que envolve as políticas de infância e juventude. Projetou-se mapear as dimensões de autonomia dos adolescentes e percorrer seus possíveis caminhos nos espaços socioeducativos, em especial contato com um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA), buscando salientar práticas de manejo cogestionário e de produção de autonomia cogestiva.

Voltemos à quebrada. Talvez tenha sido ingênuo pensar uma pesquisa que seguisse o plano do asfalto e seus caminhos bem sinalizados, respondendo perguntas planejadas pelos caminhos traçados previamente. Inicialmente pretendíamos trabalhar com o Serviço de Medida intramuros, porém os encontros com os adolescentes foram me lançando para outros percursos. Quebra do linear, entradas por becos antes não vistos, meu próprio movimento no SMSE-MA me levou para as bordas, discutindo a partir da ideia de participação um fazer-pesquisa com os jovens. Parte dessa pesquisa será a narrativa desse encontro e as análises decorrentes. Ao frequentar um coletivo artístico nascido no cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), vimos que havia uma experimentação de lateralidade e experiência menos formal que nos levou a pensar o sentido dos “projetos” nas políticas voltadas para a infância e juventude, caminhando pelo socioeducativo e pela cultura.

Dessa forma, essa dissertação procura dar espaço para as memórias, os pensamentos e a brisa do fim de tarde correrem por entre as palavras, como aquela que se sente por entre as grades da janela do MSE, tá ligado, observando o céu cor de rosa. De grades basta o que exige o trabalho acadêmico e, no que depender de mim, deixarei os moleque correndo livremente por essas páginas, quando lhes for interessante aparecer. Utilizando o método cartográfico e o diário de campo, me é importante retratar algo, não como uma captura jornalística, buscando a fidelidade da história, mas como aquelas fotos não intencionais, o borrão das pessoas, as luzes da cidade, as roupas, as cores, os movimentos. Desenquadramento. Espero que essas palavras subam e desçam as escadas do Serviço de Medidas Socioeducativas em que trabalhei, espero

ouvir o barulho da conversa dos adolescentes na cozinha, espero fazer soar as caixas e surdos sendo tocados alto demais na garagem incomodando os vizinhos, e que em algum ponto se contorne os limites das palavras como todos nós contornamos as grades e seguimos do SMSE-MA para a praça da feira-livre ao som de um Dancehall. Esse texto é percurso intelectual como percurso de afeto, de vibrações.

Poderia dividir-se esse trabalho em duas partes: a primeira, chamada Enterro, passa pela elaboração e execução das políticas de infância e juventude enquanto espaço intramuros, especialmente as relacionadas aos adolescentes considerados desviantes e perigosos, percorrendo os caminhos das medidas socioeducativas em meio aberto. No Capítulo 1 apresenta criticamente a proteção como dispositivo central nas políticas de infância e juventude, delineando a evolução das normativas brasileiras e internacionais até a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente, focalizando na proposta trazida pela socioeducação, encontrando então o menino da cabeça de coco e questionando o quanto dessa proteção social carrega de controle. No Capítulo 2 nos aprofundamos no que propõe a socioeducação, destrinchando o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, a proteção especial trazida no Sistema Único de Assistência Social, manuais, cartilhas e cadernos de orientações técnicas destinados aos aplicadores da política socioeducativa, buscando entender os objetivos propostos por essa política e como eles se articulam à construção de um novo projeto de vida, a ser instrumentalizado no Plano Individual de Atendimento (PIA). Entendemos que não é possível pensar construção de autonomia adolescente ou juvenil nos contextos da socioeducação desconectado dos caminhos que as medidas socioeducativas tomam para atingir seus objetivos, direcionados ao chamado “novo projeto de vida” e cristalizado burocraticamente no instrumental do PIA. Nesse sentido, migramos de uma discussão mais ampla sobre participação e autonomia, para olhar mais especificamente a discussão de projeto de vida. Portanto passamos a fazer uma revisão de literatura especificamente em torno desse eixo. Além dos questionamentos trazidos pela filha de Obá e pelo menino que tinha dois corações, nos deparamos também, ao longo dos nossos estudos com uma pesquisa que foi muito importante para nós, do Dr. Eduardo Rezende Melo, que discute a noção de desenvolvimento e apresenta criticamente a relação projetividade e funcionalidade direcionada à infância e à juventude.

A segunda parte chama-se Semente, é portão afora, mergulho na alma e na lama. Vai do meu percurso enquanto pesquisadora, que me lançou para além das formalidades de técnica socioeducativa para experimentar projetos de vida nos caminhos quebrados do fazer

adolescente nas ruas. Caminhos subterrâneos, como o Capítulo 3. Na primeira parte, a política é parâmetro da visão, é o recorte da janela. Na segunda parte é o que flui pela janela que se torna protagonista. Nesse capítulo traremos os diários de campo produzidos no acompanhamento de um coletivo artístico que se formou numa medida de Prestação de Serviços à Comunidade, ganhou um projeto cultural de parceria institucional e a partir daí trouxe novos questionamentos a respeito do projetivo através de seus fazeres manifestantes.

Também importante dizer que, apesar da política de infância e juventude ser pautada especialmente pela maioridade legal determinada aos 18 anos, na segunda parte desse trabalho não me preocuparei em diferenciar adolescente de jovem. No que interessa talvez, os adolescentes que apareçam aqui podem ser mais jovens ou menos jovens, mas todos jovens e todos adolescentes. Essa junção se dá pelos fazeres que os colocam juntos, muito mais próximos pelas vivências do que pelos diferentes anos de nascimento. Ainda, aqui quando falamos socioeducação, falamos sobre as medidas socioeducativas e sua capacidade transbordante, desmedida.

ENTERRO

Cemitério é praça linda
Mas ninguém quer passear
Cemitério é praça linda
Mas ninguém quer passear
Oi, catacumba é casa branca
Casa de Exú morar

(Ponto de Exu)

CAPÍTULO 1 – (DES)PROTEGENDO A INFÂNCIA: CONTINUIDADES TUTELARES

1.1. Guilherme e as vidas matáveis: violência de Estado e desproteção

Na noite de segunda-feira do 15 de junho de 2020, o bairro da Vila Clara, na Zona Sul de São Paulo, estava em chamas. Foram mais de sete ônibus queimados, caçambas reviradas e ruas bloqueadas por entulhos incendiados. A grande avenida próxima à favela foi ocupada por manifestantes indignados com mais um assassinato cometido pela polícia. Guilherme Silva Guedes, de 15 anos, estava na frente da porta de sua casa por volta da 1h30 da madrugada de domingo, dia 14 de junho, quando foi sequestrado por dois homens armados. No local do sequestro encontraram uma tira de pano com os dizeres “SD PM São Paulo” (DIAS; STABILE, 2020; HENRIQUE, 2020). No dia seguinte o adolescente foi encontrado sem vida com um tiro na nuca e outro na cabeça, uma perfuração na mão, além de marcas de espancamento no corpo (CARVALHO, 2020a; TV GLOBO, 2020). Ao ocorrido, seguiram-se as manifestações com gritos de “ASSASSINA!” direcionados à polícia, que manteve presença massiva no bairro e reprimiu violentamente não só os manifestantes, como vários moradores que estivessem na rua por qualquer motivo¹ (CARVALHO, 2020b). No dia seguinte, a família e a comunidade da Vila Clara, juntamente com organizações de direitos humanos, incluindo a Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), organizaram mais um protesto contra a violência policial na região, dessa vez em forma de caminhada pela Avenida Cupecê, que liga São Paulo a Diadema. Eu estava lá naquele dia:

VALEU MENOR, ESPERA EU CHEGAR:

Diário 16/06/2020

Desci próximo ao Roldão, a parada do ônibus mais perto da Rolando Curti, onde seria o início da manifestação. Apesar de saber essa referência, não sabia de cor como chegar na rua partindo da Cupecê. Avisto um grupo de mais ou menos oito jovens, a maioria mulheres,

¹ Uma *thread* do Twitter mostra diversas filmagens de denúncia feitas pelos moradores da Vila Clara, revelando agressões praticadas pela polícia contra diversos moradores que estavam apenas nas ruas do bairro (DALAPOLA, 2020).

cruzando a avenida, todos sem máscara de proteção². Tenho a intuição de que estão indo ao encontro da manifestação e apresso o passo para me juntar a eles, que entram por uma viela escondida na avenida em direção ao bairro, cruzando um córrego e já caindo na beirada da Vila Clara, um caminho que eu não saberia fazer. Em uma rápida troca de palavras eles contam que estão indo para lá sim e que conheciam Guilherme. “Mó ódio” o que aconteceu com ele, fala alto uma das garotas. Cruzamos pelo menos seis viaturas até chegar no local. Algumas passam lentamente ao nosso lado, encarando.

Encontramos o grupo do protesto já subindo para a avenida da qual havíamos acabado de sair. Haviam aproximadamente umas 300 pessoas, a maioria jovens negros. Nos juntamos a eles e seguimos bloqueando um dos lados da avenida, em direção ao pôr do sol que iluminava dramaticamente a placa JUSTIÇA POR GUILHERME com o rosto do adolescente, carregada pela família. Juntam-se outros cartazes:

O ESTADO É ASSASSINO

GUI SUA LUZ VAI BRILHAR PRA SEMPRE

DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA PELO DIREITO À VIDA

JUSTIÇA! MAIS UM INOCENTE MORTO PELO SISTEMA

PELA VIDA DE GUILHERME: LUTO, SAUDADES, FAVELA PEDE PAZ

Acompanhados por gritos de “JUSTIÇA! GUILHERME PRESENTE! SEM JUSTIÇA NÃO HÁ PAZ!” em uma versão brasileira dos gritos que ecoavam pelos mesmos motivos nos Estados Unidos (“No justice, no peace!”), em vários protestos antirracistas desencadeados após o assassinato de George Floyd por policiais em 25 de maio desse ano³. Nesse momento não consigo mais contar quantas viaturas, caminhonetes da polícia militar e guardas fortemente armados acompanham a manifestação, além dos três helicópteros sobrevoando a região. Já fui em outras manifestações no centro da cidade e juro, nunca vi tanta polícia na minha vida! A manifestação passa de uma pista da avenida para a outra, parando em frente à esquina da ladeira onde era o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no qual eu trabalhava, agora uma casa vazia. Todos sentam no chão e, após a reza de um Pai Nosso puxada pela avó do menino e um minuto de silêncio, ouve-se a música que toca dos celulares

² Importante considerar que esses eventos ocorreram durante a pandemia de COVID-19, onde uma das recomendações sanitárias para prevenção da contaminação e disseminação do vírus eram o uso de máscaras de proteção. O não uso pelos jovens denuncia mais uma vulnerabilidade.

³ LUSSENHOP, 2020.

dos adolescentes e é entoada por eles em coro:

Se eu fecho os olhos a minha mente desenha você

Tapo os ouvidos mas consigo escutar sua voz

Só de pensar que nunca mais eu vou te ver

Dói, dói, dói

Que mundo é esse tão cruel que a gente vive

A covardia superando a pureza

O inimigo usa forças que oprimem, oprimem

Vai na paz irmão fica com Deus

Eu sei que um dia eu vou te encontrar

Valeu menor, espera eu chegar

Ali naquela esquina penso em todos os adolescentes e jovens que podem ser Guilherme a qualquer momento, todos os que conheci e conheço, seus nomes, seus rostos. Penso na Vila Clara que sempre nos recebeu calorosamente quando fazíamos visita para algumas das várias famílias que atendíamos lá. A gente começava a conversar na rua e logo juntavam os vizinhos. Sinto a dor que nos circunda naquele momento, meninas e meninos ao meu redor chorando e eu também. E a sensação de impotência, de que passam os anos, a gente luta, mas elas continuam sendo mortas.

Em uma reportagem feita pela Ponte Jornalismo (CASTOR; STABILE, 2020, n. p.) no dia do enterro é possível ouvir o depoimento do tio de Guilherme: “Negócio deles é jogar bomba, bater na molecada, a molecada não tem nada pra se divertir ali no bairro, não tem nada, o pouquinho que tem eles quer acabar. Se eles vê uma rodinha de criança assim, de molecada, de jovem, porque jovem hoje é assim, eles fica na porta de casa, fuma um narguile, se eles chega é batendo. Fala que é maloqueiro, vagabundo. Então hoje nós não pode fazer nada, as criança, nós vai criar criança como? Dentro de casa trancada? Não dá. Eles quer conhecer o mundo como a gente conheceu. E hoje tá difícil porque o que nós acha que é segurança nossa não é segurança nossa. Falo em geral porque, assim, eles num trata ser humano como ser humano. Só sabe esgrachar o pobre. O pobre! Porque o rico não. O rico eles fazem, se puder deitar no chão pro rico pisa eles fazem, pobre não. Pobre é discriminado pela

própria segurança de São Paulo” [sic]. Abriu-se investigação para apurar o crime e até o momento um sargento da polícia militar dono de uma empresa de segurança e um ex-PM já condenado por uma chacina em 2013 são suspeitos pelo assassinato e já foram indiciados, sendo reconhecidos por imagens de câmeras de segurança (DIAS; STABILE, 2020a; DIAS, 2021; G1, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Guilherme não é uma vítima isolada. Segundo o Atlas da Violência de 2019 e 2020, a população que mais morre por homicídio no Brasil são os jovens, com a taxa mais elevada de óbitos na faixa etária entre 15 e 19 anos. Chegamos em 2017⁴ com a maior taxa de letalidade violenta intencional no país, com cerca de 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes, o que torna o Brasil um dos países mais violentos do mundo. Entre as idades de 15 a 19 anos, 59,1% do total das mortes resultam de homicídios. Entre os de 20 e 24 anos, 49,4% foram assassinados. De 25 a 29 anos, 38,6%. Também em 2017, eram 69,9 jovens assassinados em um grupo de 100 mil, totalizando um aumento de 37,5% dessa taxa em dez anos, comparando com 2007. Dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% eram homens. A desigualdade racial também é pronunciada nesses dados, sendo que, em 2017, 75,5% das vítimas de violência letal intencional eram negros. Em outra pesquisa conduzida pelo IPEA que resultou em um pequeno dossiê específico sobre Juventude e Risco, Cerqueira e Moura (2013) afirmam que a violência contra jovens é um fenômeno que ocorre em todo território nacional e vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. O perfil dos jovens assassinados são homens negros, com 4 a 7 anos de escolarização, morto nas ruas por armas de fogo. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) atualizado pelo governo federal também em 2017 é um indicador que agrega dados considerados determinantes na vulnerabilização dos jovens à violência, norteando políticas públicas. O levantamento também confirma que as principais vítimas de violência letal no país são os jovens entre 15 e 29 anos, negros, do sexo masculino e moradores de periferias dos grandes centros urbanos (BRASIL, 2017). Na mesma esteira do trabalho de Cerqueira e Moura, o IVJ 2017 aponta que o crescimento da mortalidade de jovens ocorre pelo menos desde 1980, atingindo taxas endêmicas a partir de 2015 (BRASIL, 2017).

Nesse cenário onde a morte violenta de jovens negros é política de Estado, torna-se necessário e urgente pensar o que significa proteger crianças e adolescentes no Brasil e qual é a proteção oferecida. São essas contradições, indignações e incômodos que nos acompanharão nesse primeiro capítulo, que passará pela elaboração e evolução das normativas de proteção à

⁴ Apesar da publicação ser de 2019, as informações trazidas referem-se em sua maioria a dados coletados até 2017. Na publicação de 2020, o ano referência é 2018.

infância e juventude no Brasil, acompanhando a formulação do Código de Mello Mattos até as normativas internacionais, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, encontrando contrapontos nos atrevimentos do menino da cabeça de coco, trazidos em forma de diário e problematizado a partir das colocações de Jacques Donzelot, Maria Livia do Nascimento, Estela Scheinvar, Cecília Coimbra e Maria Liduína de Oliveira e Silva.

Não é intuito desse trabalho realizar uma análise extensa sobre o que fomenta o genocídio da juventude negra no Brasil, uma vez que percorreremos outros objetivos. É, no entanto, de extrema importância que se coloque de início esse ponto extremo da violência de Estado como uma constante que cerca e ameaça os territórios, as famílias e os adolescentes que transitam por essa pesquisa.

1.2. A promessa da Doutrina da Proteção Integral

É interessante pensar que mudanças trazem a Doutrina da Proteção Integral, já que desde antes do primeiro tratado jurídico sobre infância e juventude no país, como bem aponta Irene Rizzini (1995 apud RANIERE, 2014), já se construíam políticas especiais voltadas para a “proteção da criança”. O caráter penal indiferenciado, que vai desde os Códigos Penais liberais do século XIX até os primeiros códigos do século XX (SHECAIRA, 2015) é o primeiro estágio das políticas de responsabilização da infância e juventude, aplicado no Brasil durante o Código Criminal de 1830 e o Código Penal de 1890, quando crianças e adolescentes cumpriam penas atenuadas de um terço juntamente com adultos, lógica seguida pelos demais países da América Latina (ZANELLA, 2019). No Código Criminal de 1830 já se estabelecia alguma distinção para os menores de 14 anos de idade, considerados inimputáveis, embora tivessem que utilizar seus bens para repararem o dano causado e, se constatado que agiam com discernimento, poderiam ser recolhidos às casas de correção pelo tempo que o juiz considerasse necessário. Apesar de determinado esse recolhimento em casas especiais, elas nunca foram construídas, o que fazia com que crianças e adolescentes acabassem sendo presos junto com adultos. Nessa época também já funcionava no Brasil a roda dos expostos⁵, onde se abandonavam de forma anônima bebês e crianças para serem criados por instituições de caridade, frequentemente religiosas. Em 1828 as instituições caridosas passam a ser

⁵ A primeira roda foi instalada em Salvador antes de 1700, seguida do Rio de Janeiro em 1738, e só foram desativadas em 1950 (SHECAIRA, 2015, p. 30-31)

colocadas oficialmente a serviço do Estado no cuidado com a infância e juventude abandonada. Lá eram criadas por amas-de-leite até os três anos, que recebiam pagamento pelo serviço prestado (SHECAIRA, 2015). Sobre essa relação das sociedades caridosas e a proteção à infância, o professor e jurista Sérgio Salomão Shecaira aponta:

De início, o atendimento era feito aos órfãos abandonados, posteriormente sendo ampliados para os “pervertidos”. A assistência era predominantemente caritativa, resumindo-se a educação às atividades domésticas. A matriz dessa perspectiva constituiu um pensamento assistencialista que consolidaria, anos depois, uma visão de natureza tutelar (SHECAIRA, 2015, p. 31).

O Código Penal republicano de 1890 também previa distinções para menores de nove anos completos, considerando-os inimputáveis, e entre nove e catorze aqueles que praticassem delito sem discernimento. Se comprovado o discernimento, deveriam ser recolhidos em estabelecimento disciplinar industrial que, como as casas de correção do Código anterior, nunca foram construídos e tiveram as mesmas consequências (SHECAIRA, 2015).

Analizando as políticas de infância na América Latina entre o final do século XIX e início do século XX, Maria Nilvane Zanella (2019) afirma que o modelo tutelar foi elaborado e proposto a partir dos Congressos Penitenciários encabeçados pelos Estados Unidos a partir de 1872, fundamentado na separação penal entre adolescentes e adultos. O aumento crescente da miséria fez com que o Estado se questionasse a respeito de que destino dar a essas crianças e jovens, fortalecendo o movimento por uma política menorista e criando o Tribunal de Menores, o primeiro colocado em funcionamento em Chicago no ano de 1886. Utilizando-se da premissa de melhor proteger e controlar, o Tribunal de Menores abandona formatos e formalidades aplicáveis aos adultos, não distinguindo abandono de infração e permitindo que crianças e adolescentes fossem institucionalizados sem o cometimento de crimes, já que a colocação sob tutela era justificada pelo bem-estar, o que contribuiu para que não houvesse limite temporal da institucionalização. Shecaira (2015) acompanha a posição de Zanella (2019) afirmando que a etapa tutelar surge pelo Movimento dos Reformadores nos Estados Unidos, impulsionado pela indignação moral frente às condições carcerárias e de promiscuidade às quais crianças e adolescentes eram submetidas por estarem em celas comuns.

O primeiro Juizado de Menores do Brasil foi instaurado em 1923, no Distrito Federal, tendo por juiz José Cândido Albuquerque de Mello Mattos, inspirando o Código de 1927 que

carrega seu nome e advém como resposta à comoção nacional perante a situação das crianças e adolescentes sob tutela do Estado colocadas em celas juntamente com os adultos. O Juizado ficou conhecido por adotar medidas sem qualquer tipo de garantias de processo legal, como forma de controle social formal, mesclando um ideal de justiça com assistencialismo e reforma moral, utilizando-se com frequência de internações sem tempo determinado com finalidade higienista (SHECAIRA, 2015). O Código de Mello Mattos inaugura a etapa tutelar no Brasil, instaurando no país os ritos jurídicos especiais e as instituições separadas no que se refere à infância e juventude. Para Irene Rizzini (1995 apud RANIERE, 2014), a partir desse momento, na tentativa de construir políticas de assistência e proteção às crianças e adolescentes, instaurou-se uma dualidade nas abordagens da infância no Brasil, resguardando a busca da cidadania plena para as crianças de elite, e para as pobres direcionam-se políticas de domesticação com o mínimo de instrução e aprimoramento do uso da sua força de trabalho. Criam-se as Escolas de Reforma, instituições voltadas para a escolarização e profissionalização, bem como para a contenção das infâncias e adolescências consideradas marginais.

Já se encontra no Código de Mello Mattos todas as premissas tutelares que ganharam contornos mais sofisticados em sua segunda etapa no país com o Código de Menores de 1979. Em plena ditadura militar, imantados pela Doutrina da Segurança Nacional, entende-se que a ordem só é possível com o confinamento daqueles que a ameaçam (RANIERE, 2015). Tais movimentos vão criar a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) em 1964 e as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEM) em 1976, estando a segunda vinculada à primeira, instituições que permitiram a consolidação da política de controle social através da infância como mecanismo social de contenção da violência. Aperfeiçoaram-se os mecanismos pedagógicos do desajuste como causa determinante da periculosidade. “A lei passou a disciplinar a relação dos menores com o Estado encarando-os como se houvesse uma patologia jurídico-social” (SCHECAIRA, 2015, p. 41-42). Em 1979, outorga-se o novo Código de Menores, com a Doutrina da Situação Irregular, nome advindo da legislação espanhola de 1918. Enquanto o Código de Mello Mattos fez o esforço em separar a infância considerada vulnerável daquela considerada criminosa⁶, criando Escolas de Proteção para os abandonados e Escolas de Reforma para os delinquentes, o Código de Menores coloca todos aqueles considerados “em situação irregular” sob medidas de proteção, sem distinção

⁶ Apesar do esforço, uma interpretação da legislação no que se considerava aqueles que estavam em perigo de ser abandonado ou pervertido permitiu que também a infância vulnerável fosse recolhida nas Escolas de Reforma, não havendo, na prática, separação. (SCHECAIRA, 2015, p. 42)

(RANIERE, 2014). O termo “menor” deixa de significar apenas uma contraposição com o “maior” e passa a marcar crianças e adolescentes de classes sociais pobres e passíveis de intervenção em contraposição com as de origem burguesa (ZANELLA, 2019). Nas palavras de Emílio García Mendéz:

O direito de menores, baseado na doutrina da situação irregular, não constitui, obviamente, um subproduto das ditaduras militares da década de 1970, mas se adaptou maravilhosamente ao seu projeto social. A discricionariedade omnímoda do direito de menores, legitimada na bondade protetora de setores fracos e, sobretudo, incapazes, constitui uma bela fonte de inspiração para o direito penal e constitucional do autoritarismo. É por isso que se hoje o projeto de construção da cidadania da infância baseia-se na constitucionalização do seu direito, o projeto regressivo do autoritarismo das décadas de 1970 e 1980, de transformar cidadãos em súditos, baseava-se na menorização de todo o direito, muito especialmente do penal e constitucional (MENDEZ, 2013, p. 12).

As políticas menoristas foram mais do que ideologia e criminalização da pobreza, encontrando no assistencialismo ferramentas determinantes na gestão social da infância pobre, que tinham na polícia sua maior “fornecedora” das crianças e adolescentes em situação irregular. No que concerne à América Latina, o período tutelar se estende desde 1919 até a Convenção Internacional pelos Direitos da Criança, em 1989, quando praticamente todos os países participantes assinaram, com exceção dos Estados Unidos e da Somália (MENDEZ, 2013). As legislações brasileiras não são independentes das tendências europeias e estadunidenses, nem dos contextos vividos pelos vizinhos latinoamericanos, mas fruto do jogo de interesses e articulações internacionais (ZANELLA, 2019). Para muitos desses países a ratificação da Convenção Internacional pelos Direitos da Criança em 1989 gerou uma anomalia jurídica, onde se incorporava um tratado que conflitava bruscamente com as legislações de infância e juventude vigentes, ainda acoissadas pelas doutrinas menoristas. Quando a Convenção ainda era um anteprojeto de tratado internacional, muitos dos países latinoamericanos recém-saídos de períodos ditatoriais acaloravam discussões sobre os direitos da criança e dos adolescentes. É possível perceber a força desse movimento pelos arts. 204 e 227 da Constituição Federal de 1988, incorporados através da pressão feita pelos movimentos sociais em prol da infância nas discussões da constituinte, trazendo para o texto da norma superior do direito brasileiro os fundamentos da articulação do Estado e sociedade civil na elaboração e aplicação das políticas de infância e juventude, bem como antecipando a própria Convenção ao inserir na Constituição um texto síntese do que seria afirmado pelo futuro tratado internacional (MENDEZ, 2013).

Essas aspirações por democracia buscavam espaços políticos de afirmação e é possível fazer o paralelo de que tanto a Constituição quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente carregam o mesmo espírito de consolidação democrática, participativa e de direitos humanos. A grande distinção do ECA para os códigos anteriores é a Doutrina da Proteção Integral, que reconhece crianças e adolescentes como cidadãos num Estado Democrático de Direito, como sujeitos de direitos, garantindo a eles pelo menos formalmente a prioridade absoluta de acesso aos direitos humanos fundamentais e garantias do devido processo legal, em profunda sintonia com os tratados internacionais referentes à proteção da infância e juventude, que estavam sendo amplamente debatidos e acordados entre o final da década de 80 e começo de 90 (RANIERE, 2014). Fazer da norma específica da infância e juventude uma lei garantista significa um respeito absoluto às leis e à democracia pautada nos direitos humanos, bem como o compromisso com instituições idôneas para efetivá-los, buscando extinguir as possibilidades de aplicação subjetiva e discricionária por parte do Estado ou qualquer outro mecanismo opressor. Tratava-se de não apenas eliminar as chamadas más práticas que criminalizavam a pobreza, mas também as práticas consideradas boas, de proteção à infância através da tutela (MENDEZ, 2000). Nas palavras do autor:

Desde o ponto de vista de seus conteúdos substantivos, e quisera que este ponto ficasse absolutamente claro, o ECA constitui uma resposta adequada, eficiente e concordante com os mais altos padrões internacionais de respeito aos direitos humanos. O ECA satisfaz o duplamente legítimo requisito de assegurar simultaneamente a segurança coletiva da sociedade com o respeito rigoroso das garantias dos indivíduos sem distinção de idade (MENDEZ, 2000, p. 10).

Ainda que muitas de suas colocações possam ser consideradas distantes da realidade mesmo após 30 anos de sua promulgação, afirmar em legislação nacional diversas garantias democráticas e de direitos humanos para crianças e adolescentes constitui uma importante mudança de paradigma. O ECA inspirou praticamente todas as legislações específicas de infância e juventude na América Latina, todas elas negadoras de uma realidade, propondo outros horizontes para crianças e adolescentes latinoamericanos (MENDEZ, 2013).

Juntamente com as denúncias de que o sistema FEBEM não estava entregando a reeducação prometida, mas cometendo vários tipos de crueldade, o movimento de elaboração do ECA e desativação das FEBEMs repreendia o aprisionamento de crianças e adolescentes considerados abandonados ou vulneráveis no mesmo local com os considerados bandidos. (RANIERE, 2014). Diferentemente do que ocorria na FEBEM e na colocação indiscriminada

em ambientes de privação de liberdade daqueles considerados abandonados dos delinquentes, o ECA traz uma distinção significativa entre as medidas protetivas das medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas são a resposta do ECA à responsabilização de adolescentes que cometem atos infracionais, inspiradas no direito penal mínimo, entendendo que a plena cidadania dos maiores de 12 anos e menores de 18 passa necessariamente pela responsabilização dos atos típicos, antijurídicos e culpáveis que possam cometer, diferenciando das aplicações de medidas por atos “antissociais” como antes era possível na Doutrina da Situação Irregular (MENDEZ, 2000).

Assim, as medidas socioeducativas estão dispostas no art. 112 do ECA nas seguintes modalidades: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Geralmente se dividem em dois grupos: as não privativas de liberdade (advertência, obrigação de reparar o dano, prestações de serviços à comunidade e liberdade assistida) e aquelas privativas de liberdade (semiliberdade e internação) (LIBERATI, 2006). No entanto, vale a reflexão de que, ainda que não privativas de liberdade, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida impõem restrições à liberdade, condicionadas ao cumprimento de determinadas ações repetidas durante um período de tempo (MORAGAS, 2011). Sobre elas nos debruçaremos mais longamente, já que esse trabalho ocorre nos entremeios de um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A Prestação de Serviços à Comunidade consiste em realização de atividade não remunerada de interesse geral, que devem estar de acordo com as aptidões e interesses do adolescente, não podendo exceder oito horas semanais nem o período de seis meses. Também não deve de forma nenhuma ser executada como trabalho forçado ou de maneira vexatória (LIBERATI, 2006). A Liberdade Assistida é medida voltada para a vida social do adolescente (entendida com frequência como escola, família, trabalho, profissionalização e comunidade) feita através de um processo de acompanhamento, orientação e auxílio ao adolescente e à família (MORAGAS, 2011). Essa orientação é estruturada em atendimentos semanais com o técnico de referência, visitas domiciliares e acompanhamento escolar e familiar (Resolução do CNAS nº 109/2009). Convencionou-se chamar o primeiro atendimento do acompanhamento socioeducativo de “acolhida”, nos moldes do SUAS. É nesse momento que encontraremos o menino da cabeça de coco, que cumpria Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade como medidas cumuladas.

1.3. Lucas e o encontro com a socioeducação: o social como controle

O MENINO DA CABEÇA DE COCO:

Lembrança de 06/04/2018 – Diário de 19/11/2019:

Ouçõ uma conversa baixa seguida de risos mal contidos na sala, onde também era a recepção. Encontro dois meninos de uns doze, treze anos, sentados muito próximos e compartilhando alguma piada, logo suprimida com a minha chegada. Percebi que haviam acabado de chegar para começar o cumprimento das medidas. Converso um pouco e eles me contam que foram presos juntos, mas que havia um terceiro que disse que não viria. Ao falarem disso, riram e concordaram: “Coquinho é doido!”. Lembrei do menino mirrado que acompanhava Michel há uns anos atrás, sempre pedia bolacha, comia muito. “Obrigada, tia!” e ia embora. Era uma reclamação constante de parte da equipe que Lucas comia muito e fazia muita bagunça com a comida, sempre segurando umas oito bolachas na mão mais o copinho de suco. Era ele que não queria aparecer agora. Então falei para os amigos: “Fala pra ele vir e diz que sou eu que tô chamando”.

No dia seguinte uma mulher toca a campainha. Desço para atender e vejo o sorriso do outro lado do portão “Oi, tia! Essa é minha mãe”. “Que bom que você veio”, respondo, sorrindo de volta. E a mulher mãe diz, desconcertada: “Eu não sabia chegar aqui. Foi ele que me trouxe”. Entram na recepção e o menino já dispara para o pote de bolachas ao lado do bebedouro, mas o pote está vazio. A mãe entra, reclama do calor e do sol, senta no sofá e me pergunta se tem algo para comer. Logo de início a mãe também me pede comida, de forma muito similar ao filho. Me pergunto se a fome é uma constante. Falo que talvez tenha alguns pedaços de bolo e vou verificar na cozinha. Acabo levando um bolinho pequeno, mas inteiro, cortado em pedaços, para deixar à disposição. Também ofereço um café e a mulher aceita. Digo que eles podem ficar à vontade enquanto subo para agilizar a papelada de praxe. Subindo os degraus ouço Lucas explicando para a mãe a respeito dos instrumentos musicais que ficam expostos na recepção.

Se apresenta como Madalena. No atendimento, mal sento e ela já dispara “Olha minha fia, esse menino não tem mais jeito. Achei que ele fosse ficar internado, mas soltaram ele. Já fui na escola fazer matrícula, tá aqui o papel. Eu trouxe o papel. É esse aqui fia? Olha pra mim”. Era realmente um papel da escola, mas de 2016. Percebi que ela não sabia ler. Falei a real, não era um comprovante de matrícula, emendando que não seria problema, que a gente ia ajudar a resolver essas coisas. Ela não me ouve, está muito ocupada respondendo às

perguntas que já lhe fizeram em outros momentos, outros equipamentos, outras mesas e salas de atendimento: “Ele vai voltar pra escola, eu fui lá, eu já fiz a matrícula, tá aí escrito, esse é o papel da escola. Pode ficar tranquila que ele vai voltar pra escola”, falava brava e firme, olhando feio para o filho. Eu nem havia perguntado sobre escola, não havia, na verdade, falado quase nada. Em geral nos primeiros atendimentos queria fazer apenas o primeiro contato e explicava requisitos básicos das medidas socioeducativas aplicadas, como atendimento semanal e participação da família, sem especificar muito. Mas meu lugar institucional falava. Entendi que Madá respondia ao institucional que já havia perguntado nessa mesma posição do outro lado de mesas como esta e ela teve que apresentar explicações sobre seu filho. Quantas vezes essa cena já se repetiu?

De início, Lucas queria explicar tudo, responder todas as perguntas e sua voz atravessava a da mãe no meio das falas. Madá fala pra ele ficar quieto, que ele não sabe de nada. Lucas fica magoado e se esconde embaixo da mesa, espiando de vez em quando com os olhos travessos margeando as bordas, dando risadinhas. Madá conta, exausta, que é muito difícil fazer tudo sozinha, que ela não dá mais jeito no menino e que o pai dele abandonou os dois quando ainda estava grávida, contando sobre o abandono mais para o filho do que para mim, já que olhava diretamente para ele com o tom de voz ressentido. Como resposta ao abandono jogado na cara, o menino solta um resmungo alto e empurra sua cadeira para o canto da sala, longe da mãe e também do obstáculo que é a mesa de atendimento.

O direito de crianças e adolescentes nasce na mesma inspiração democrática que a Constituição de 1988 e carrega aspirações de um país de participação plural e popular. É inegável que trinta anos após a promulgação da Constituição e do Estatuto, o clima que circunda a política nacional mostra-se muito mais sombrio, carregado pelo ruminar de autoritarismos fascistóides. Nessa esteira, por mais necessário que seja apontar o quanto ainda é preciso caminhar, esse trabalho exalta a importância da Constituição e as afirmações de direitos fundamentais, bem como o marco e a luta que o Estatuto da Criança e do Adolescente representa ainda hoje. Sem o Estatuto esse trabalho não seria escrito, pois as medidas socioeducativas em meio aberto como as designadas para Lucas e acompanhadas por mim só foram possíveis dentro deste novo paradigma.

Apesar de toda sua importância histórica, conhecendo o menino da cabeça de coco parece-nos que algo dessa aspiração trazida pela Doutrina da Proteção Integral ressoa em tom diferente na prática. Ainda não foi possível desfazer as marcas da violência que ficaram e que

compõem a emergência dos equipamentos públicos de atenção à criança. Antes fossem apenas cicatrizes e não ainda feridas pulsantes, chicotes estalados. Assim, acredito ser importante atentar para o que Donzelot (1980) inteligentemente denuncia, no mínimo para entender as origens dos trabalhos sociais e talvez essencialmente porque seja necessário perceber não termos nos distanciado tanto quanto gostaríamos do complexo tutelar e dos tribunais de menores, apesar do sangue e suor empreendidos para derrubá-los e construir uma estrutura outra. Afinal, há algo nas respostas apressadas de Madalena que apontam nessa direção, na tentativa de se defender das inquisições feita pela polícia das famílias, sobre a qual se debruça Donzelot.

O autor nos leva pelas condições históricas, econômicas e sociais que permitiram a organização do trabalho hoje entendido como “social” e principalmente a emergência das políticas de proteção à infância enquanto interesse de consolidação do Estado Liberal pós Revolução Francesa, organizadas como um grande complexo tutelar. Nada mais importante nas políticas de infância e juventude, em especial nas relações juventude e criminalidade/criminalização, do que vislumbrar o caminho dos equipamentos e normas destinados a esse recorte. Isso porque vislumbrar apenas a lei não torna possível entender as práticas, que é sobre o que esse trabalho se debruça. Apostamos que, pensando a emergência do social e os dispositivos de controle e/ou proteção da infância, será possível dar novo tom às análises das legislações específicas para crianças e adolescentes no Brasil, suas mudanças e permanências.

Após a tomada da Bastilha e a queda do Antigo Regime, o Estado Liberal busca manter os privilégios apoiados na propriedade privada e vê como ameaça a legião de miseráveis que clamam por demandas sociais. Colocam-se, então, as seguintes questões: como resolver essa ameaça colocada pela miséria sem abrir mão do livre jogo econômico e como disciplinar as classes trabalhadoras, agora não mais submetidas à vassalagem, ora organizadas em corporações de ofício que podem oferecer resistência ao Estado Liberal, ora totalmente desorganizadas colocando o risco de uma irresponsabilidade incontável por parte da população. Em suma, busca-se um mecanismo capaz de conservar a população por meio de ações de dominação, pacificação e integração social, distanciando-a da política. Essa resposta é ofertada através da filantropia do século XIX, desenvolvida como fórmula apolítica de intervenção privada nos problemas sociais, distante o suficiente das atividades entendidas como obrigações do Estado Liberal e também longe do que se entendia enquanto esfera privada (DONZELOT, 1980).

A filantropia surge como substituição da caridade, já que esta não atendia mais os interesses das novas classes dominantes. Entendeu-se que algumas instituições de caridade davam demais sem pedir o suficiente em troca, fazendo com que alguns fingissem pobreza ou se mantivessem naquele estado a fim de usufruir desses benefícios. Visão ainda compartilhada pela primeira dama de São Paulo: “As pessoas que estão na rua... não é correto você chegar lá na rua e dar marmitta e dar..., porque a pessoa tem que se conscientizar que ela tem que sair da rua, porque a rua hoje é um atrativo, a pessoa gosta de ficar na rua” (VIEIRA, 2020, n. p.). Em realidade, a gestão da pobreza ofertada pela caridade apresentava diversos problemas para o liberalismo visto que entregavam-se bens materiais, não haviam critérios para verificar a veracidade da situação de pobreza, e as respostas ou eram a repressão, ou o assistencialismo. A caridade colocava uma questão ao Estado, que seria reconhecer os auxílios entregues como direito, passando da “caridade facultativa” para a “caridade legal”, o que inflaria os gastos e equipamentos públicos e perpetuaria esse estado de pobreza enquanto dependência, o que a longo prazo significaria a pressão pelo nivelamento das riquezas, rompendo com um dos pontos basilares do liberalismo⁷; ou reprimir os pobres violentamente, na tentativa de desencorajá-los e impedi-los de reivindicar direitos, perigando a instauração de uma revolta social. Enquanto a caridade pode apenas oferecer o engrandecimento moral e espiritual daquele que doa, subsistindo em face do terror das misérias e enfermidades, a filantropia oferece soluções pragmáticas de gestão dos pobres, despolitizando a população para impedir as revoltas, enxugando os gastos para o Estado e buscando uma integração útil dessa população para o liberalismo, que será articulada em dois núcleos: assistencial e médico-higienista (DONZELOT, 1980).

O núcleo assistencial vai remeter questões sociais de trabalho e assistência em direção às atividades privadas, esvaziando o caráter político e coletivo das reivindicações. Desloca-se a proteção de uma discussão pública para atos de “boa vontade”, a serem analisados de forma individualizada (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005). Ao invés de entregar bens materiais, ofertará conselhos e preceitos de comportamento referentes a práticas de moralidade econômica. “Trata-se, portanto, de persuadi-los de que são senhores de si para recusarem aquilo que se lhes pede” (DONZELOT, 1980, p. 57). O conselho foge da dicotomia da ordem

⁷ “[...] Esse hábito de contar com um protetor que resolve os problemas não provocaria a despreocupação culposa da população pobre? E, quando faltasse essa proteção, subsistiria no espírito do pobre o sentimento de que algo lhe seria devido? Desse dom arbitrário e gracioso não fariam os pobres um direito a reclamar imperiosamente, direito ao trabalho, direito à assistência? Ir de encontro ao raciocínio caridoso torna-se o único meio de conjurar o advento de uma caridade de Estado, espoliadora das fortunas e, portanto, o melhor meio de defender a ordem social” (DONZELOT, 1980, p. 56).

ou da doação que antes regulava as relações entre ricos e pobres, apresentando-se como alternativa sem custo nenhum, que desresponsabiliza o Estado na solução das questões sociais e despolitiza o cidadão ao encarrega-lo individualmente por sua situação econômica e social. Assim, as condições vividas pelo indivíduo seriam de sua responsabilidade e não produzidos histórica e socialmente (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005). O conselho apoia-se numa “influência moral legítima” que as organizações filantrópicas assumem diante do povo e onde qualquer benefício material oferecido está condicionado à resposta às orientações dadas, servindo apenas como suporte para esse patamar de moralidade.

É possível tecer a partir disso algumas reflexões a respeito do funcionamento das medidas socioeducativas no atendimento semanal para a garantia dos direitos humanos: ouvir para aconselhar e realizar encaminhamentos cuja efetivação depende apenas do adolescente e da família, mas que se não cumpridos resta evidente o despreparo familiar e o desinteresse do adolescente em mudar de vida, que poderia muito bem ser colocado também como uma resistência à adequação. Dessa forma, circula no discurso da Assistência Social e das medidas socioeducativas que não deve o Estado se encarregar de cumprir a efetivação desses encaminhamentos, como forma de preservar e estimular a autonomia familiar. Não deixa, no entanto, de ser uma faca de dois gumes: enquanto por um lado aparentemente se respeita a decisão da família e do adolescente, por outro lado, caso os encaminhamentos não sejam efetivados, todo tipo de diagnóstico de inaptidão social e psicológica pode ser determinado por uma decisão contrária ao que aconselha a política.

Partindo do pressuposto colocado por esse Estado onde todos são iguais⁸, não existe razão para que os equipamentos públicos se encarreguem de fornecer as necessidades materiais de forma extensa, cabendo a cada cidadão organizar e melhorar suas condições financeiras através da poupança. A poupança como recurso financeiro privado da família é apoio essencial da prática filantrópica assistencial, pois objetiva desarticular os gastos com movimentos sociais, festivais, ações coletivas e transfamiliares, em troca de autonomia:

É isso tudo que os filantropos se propõem a mudar, fazendo da incitação à poupança a chave mestra do novo dispositivo da assistência, reforçando, através dela, a família contra as tentações socialistas e estatizantes, apoiando-se nela contra as antigas formas de solidariedade e dependência e jogando a família contra estas últimas, como possibilidade de autonomia (DONZELOT, 1980, pp. 56-57).

⁸ Aqui colocado como posicionamento do Estado liberal burguês e não como posicionamento da autora.

Assim, a autonomia a ser preservada por essas ações é uma autonomia individualista, inclusive construída dessa forma como mecanismo de desarticulação dos movimentos coletivos. O que é afirmado pelo Estado à população é que, com os socorros condicionados e os conselhos dados, elas conseguirão sair da situação de miséria. Caso isso não aconteça a causa será certamente o descuido da própria família. Em troca dos conselhos e do auxílio, pode a assistência barrar outros pedidos que o cidadão venha a fazer, já que seriam um testemunho de que não se seguiu as recomendações dadas, atestando a falta de moralidade (DONZELOT, 1980). Não é difícil reconhecer esse mesmo funcionamento nos serviços de medidas socioeducativas, quando se diz oferecer todas as oportunidades e preferências para os adolescentes que as cumprem, mas se eles falharem, se não saírem do crime, se não se inserirem na escola e no mercado de trabalho, a culpa seria somente deles e do defeito moral que se lhes atribui.

Ao contrário do núcleo assistencial que visa a diminuição das intervenções do Estado, o núcleo médico-higienista busca aumentar a incidência estatal propagando normas de proteção, conservação e integração da população baseando-se na organização e nos problemas de insalubridade industriais. Sedimenta-se, principalmente, nas relações adulto-criança, pois haviam preocupações com o aumento no número de infantes, as relações promíscuas e imorais nas quais estavam crescendo – com conseqüente perigo de rebeldia, e a exploração deles pelos pais no trabalho. Assim, constrói-se uma narrativa onde o grande perigo de distúrbio da ordem não estaria no econômico, mas na autoridade familiar, que permitia tal educação. Seria preciso, então, incutir normas médico-higienistas a partir de novos formatos educativos, que vão se fazer valer através das normas de direito privado, propagadas através da escola. Os cuidados e a proteção destinada à infância não vem apenas como uma forma de garantir-lhes a sobrevivência ou como comoção moral diante de suas condições de vida, mas principalmente como tecnologia de controle para impedir revoltas.

Esses dois núcleos, assistencial e médico-higienista, encontram ponto de convergência na infância e formam um terceiro pólo filantrópico que vai reunir tanto as crianças consideradas em situações de perigo quanto as crianças já consideradas perigosas, resultando no que hoje chamamos de “social” ou “trabalho social” e todas as profissões que o acompanham: os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores. Os novos profissionais têm como nicho de trabalho os “menos favorecidos” e, dentre esses, dispõe de técnicas modernas para tratar preferencialmente o que se considera como uma dupla patologia da infância: a infância em perigo, tida como aquela vulnerabilizada pela falta de recursos e

assistência, e a infância perigosa, os delinquentes (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008).

Essa distinção marca não somente a construção do que vamos entender por infância, mas também a afirmação da sociedade de classes. As intervenções chegarão de forma diferenciada para as famílias com posses, onde haverá o esforço pedagógico de capacitação para funções de mando e uma educação mais diversa, englobando o lúdico, o psicomotor, a afirmação afetiva; e para as famílias pobres a educação se restringirá à inserção no processo produtivo: “Nessa medida, dar proteção aos pobres é fazê-los trabalhar” (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, p. 53).

Gradualmente vai-se construindo uma estrutura que engloba desde intervenções em meio aberto, como as interferências nas famílias, até a reestruturação do meio fechado, todos articulados a partir da implantação dos Tribunais de Menores. Através do dispositivo tutelar, a base filantrópica adentra o Estado no lugar de Assistência Pública e posterior Assistência Social à Infância. Apesar de possuir gestão autônoma, a Assistência Social tem uma multiplicidade de vínculos práticos e sincronizados com o jurídico, ora recebendo crianças e adolescentes assinalados pelo Judiciário, ora ela mesma os encaminhando para serem alvo de intervenções legais. Com esses artifícios, ocorre o aumento dos equipamentos coletivos sem risco para as características liberais do Estado, que funcionam não através da soberania arbitrária, mas por essa administração sutil: “conselho eficaz em vez da caridade humilhante, norma preservadora no lugar da repressão destruidora” (DONZELOT, 1980, p. 52). A nova técnica consiste em oferecer um viés educativo e compreensivo como substituição para sanções ou atos de caridade descarados, “substituindo o braço secular da lei pela mão estendida do educador” (DONZELOT, 1980, p. 81).

A infância se torna objeto de saber, ao que diversos profissionais vão se debruçar determinando as condições de formação do delinquente, seu histórico familiar, suas relações comunitárias, seu local de habitação, sua trajetória escolar, delimitando os componentes diagnósticos do pré-delinquente.

Logo no início do acompanhamento das medidas socioeducativas de Lucas, optamos por fortalecer a rede como forma de sustentar a vida do adolescente no território, evitando medidas que o privassem da liberdade, da vivência comunitária e familiar. Na primeira reunião estruturada com diversos equipamentos da região descobrimos que, diferente do que pensávamos, há muito Lucas se encontrava perseguido pelo circuito da institucionalização. O menino da cabeça de coco começou a ser acompanhado pelos dispositivos de proteção à infância por volta dos sete anos, quando o Conselho Tutelar foi acionado para dar alguma

destinação à criança que não tinha permanência escolar e passava o dia na rua com amigos. A família é cobrada a tomar posição, mas não há meios de controlar a criança. Como medida protetiva, o menino da cabeça de coco foi encaminhado para abrigo, o que não perdurou por muito tempo já que pulava constantemente os muros para retornar à casa da família. Nas páginas e páginas de ocorrências escolares e intervenções do Conselho Tutelar, a descrição de uma família que não exerce controle e disciplina sobre a criança, a precariedade dos recursos, o gosto do menino pelas ruas, a indisciplina escolar e a total ineficácia das intervenções aplicadas transitam da criança em perigo para a criança perigosa e constroem o perfil do pré-delinquente irrecuperável que chega com o menino da cabeça de coco aos doze anos para cumprimento de medidas socioeducativas.

Cinco anos após as primeiras ações realizadas referente a Lucas, com sua entrada nas medidas em meio aberto costura-se uma articulação entre redes de saúde, assistência e educação que começam a apostar em novas propostas, elaboradas conforme o caminhar do acompanhamento, sempre tensionando a posição reiterada da necessidade de encaminhamento para uma instituição fechada de proteção. Assim, ainda que as especialidades sejam um dos vários braços aparamentados do dispositivo tutelar,

Tais experiências apontam para novas produções. Longe de perceber os técnicos enquanto um exército redundante, constata-se que, contar com a participação das equipes técnicas, sem dúvida, é um avanço. Se por um lado a prática tradicional desloca o cotidiano dos indivíduos para encaixá-los em moldes universais, por outro lado traz a possibilidade de instituir olhares múltiplos a situações múltiplas. Trata-se de produzir novos espaços, buscando-se perceber cada caso em suas diferenciações, sem encaixá-los em modelos pré-estabelecidos. Abrem-se janelas para o debate sobre o contexto em que são produzidos os conflitos, de forma tal que as relações não sejam naturalizadas e os encaminhamentos não adotem "pacotes" universais, independentemente das condições particulares de cada família (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, p. 63).

Por outro lado, ainda que se considere o acompanhamento das medidas socioeducativas e assistenciais uma vigilância mais branda ou diluída no tempo em comparação com a pena do meio fechado, pode-se dizer exatamente o contrário, ou seja, um reforço do aparelho repressivo, já que se estabelece uma continuidade entre diversas instâncias de intervenção corretiva dos comportamentos e a possibilidade de capitalização da vigilância, super expondo crianças e adolescentes nessa trilha construída inteiramente a partir de uma imposição de identificação penal (DONZELOT, 1980). Na mesma esteira, Maria Lidúna de Oliveira e Silva (2005) aponta que as medidas socioeducativas carregam elementos coercitivos,

impositivos e punitivos, localizando-se no campo jurídico institucional da garantia da ordem social, mimetizando as penas do sistema penal comum. Todas essas intervenções encadeadas umas a partir das outras são extensões do Poder Judiciário, que é o modelo inicial, ainda que sua autoridade seja cada vez mais simbólica face um social de maior abrangência e com domínio ampliado das técnicas de controle. Trocar a pena por uma medida socioeducativa pode ser também entendida como uma derivação da pena, com aperfeiçoamento dos procedimentos e ramificação de seus poderes⁹.

Assim a Justiça da Infância e da Juventude se estrutura como viga-mestra de um imenso complexo tutelar: atuando como intermediária entre uma instância retribuidora de delitos, como é a justiça comum, e o conjunto de instituições distribuidoras das normas, apoiando-se nas forças penais como autoridade, capacidade de coerção e como forma de garantir o trabalho desses distribuidores. Conclui-se então que o próprio Judiciário cria seus delinquentes, já que inegavelmente há um circuito entre o tutelar e o penal, tornando aqueles que de alguma forma resistiram à ação normalizadora um alvo provável de ação continuada na esfera penal. Como uma orientação do próprio circuito, o sistema possibilita apenas duas escolhas: a sujeição às normas ou a delinquência:

Nesse sentido, pode-se dizer que é o aparelho judiciário que fabrica seus delinquentes, já que aqueles que passam do registro tutelar para o registro penal, e que constituem uma grande parte dos delinquentes adultos, foram preliminarmente testados como refratários à ação normalizadora. Essa filtragem orienta para uma carreira de delinquentes aqueles que não quiseram jogar o jogo. A partir do delito ocasional de uma criança, ou do assinalamento, por pessoas bem intencionadas ou por especialistas reconhecidos, do perigo que ela corre em sua família, por causa da insuficiência de vigilância de que é objeto, desencadeia-se um processo de controle e de tutela que a leva progressivamente a escolher entre uma sujeição às normas e uma orientação, dificilmente reversível, para a delinquência. O importante, para o aparelho, é a identificação do indivíduo, sua inflexão para uma vida "sem história" ou para uma carreira de delinquente repertoriada, e eliminar a surpresa em proveito da gestão tanto num registro como no outro (DONZELOT, 1980, p. 92).

A família, especialmente a mãe, também é um dos alvos preferidos dos dossiês

⁹ “É nesse espaço aberto pelo caráter suspensivo da pena que se estabelece a medida educativa. Quer a chamemos de "assistência educativa em meio aberto", "liberdade vigiada", "período de experiência", "colocação em centros de liberdade parcial ou "liberdade condicional", ela é sempre, por natureza, derivada da prisão. Num outro sentido, dissolvendo a separação entre o assistencial e o penal, ela amplia a órbita do judiciário para todas as medidas de correção. Se quisermos compreender as relações mútuas entre as instituições relativas à infância irregular, é necessário imaginá-las encaixadas umas nas outras segundo um princípio de superposição que tem seu apoio decisivo, e seu fim último no tribunal de menores” (DONZELOT, 1980, p. 90).

construídos contra os adolescentes. Diferente da figura da mãe que se consolida na família burguesa, a mãe da família popular é automaticamente associada à figura das nutrizes, herdando desse sistema a suspeita permanente de descuido, abandono, interesse egoísta e incompetência irremediável¹⁰. Esse esforço de devolução da responsabilidade da criação dos filhos do Estado para as famílias pobres tem por objetivo único a diminuição dos gastos públicos. Entende-se que é preciso refazer o núcleo familiar das camadas populares, numa tentativa de transformação do modo de vida operária, investindo também na perpetuação do casamento, entendendo que muitos desses filhos abandonados provêm de relações imorais e não duradouras (DONZELOT, 1980).

Os estudiosos da época entendiam que o homem operário já não se interessava mais pelo casamento pela falta do dote, não havendo atrativos para o matrimônio, escolhendo então a vida nas ruas, nos cabarés e concubinatos. Conclui-se ser preciso substituir o dote por outro tipo de valor, outro tipo de benefício para que o homem operário case. Constrói-se, então, a imagem da mulher operária como chefe do trabalho doméstico, substituindo uma despesa social por um trabalho não remunerado. É também uma maneira de inserir nas famílias operárias hábitos de higiene, alimentação, regulação dos comportamentos e obediência. Entende-se que tal construção faria com que a família operária ficasse em casa, já que o “hábito de viver em casas de cômodos, de fazer as refeições nas tavernas, de preferir, em suma, viver na rua, viver em cabarés, não está no princípio dessa decadência física e dessa independência moral da classe operária?” (DONZELOT, 1980, p. 36). Assim, a mulher dedicada ao lar controlaria o homem, seria sua salvação, abafando o espírito de independência até então cultivado nas camadas populares. Ainda, considerava-se importante que as mulheres pudessem ter uma renda digna, como forma de combater as profissões consideradas imorais, principalmente a prostituição.

À mulher são entregues, então, o poder da casa, a habitação “social”, já não sendo mais confinadas aos conventos, mas aos muros da casa e da família, a fim de vigiar o marido e mantê-lo no lar, afastar os estranhos e cuidar dos filhos. Essa construção do ideário da

¹⁰ Nas palavras de Donzelot: “Assim se constitui a mãe de família popular. Em vez de mãe, ela é nutriz, já que se origina no modelo da nutriz mandatada pelo Estado. Desse modelo ela retira a dupla dimensão de sua condição: a remuneração coletiva e a vigilância médico-estatal. Assim, por causa desse status de nutriz, o vínculo que a liga a seu filho permanecerá, por muito tempo, suspeito de desmazê-lo, de abandono, de interesse egoísta, de incompetência irremediável: herança de um confronto entre a mulher popular e a assistência do Estado, onde o aspecto positivo aos olhos de seus tutores sempre será mais o produto de uma conjunção e de uma redução imposta entre a mãe e o filho, do que de um engendramento desejado. Os menores abandonados eram chamados “filhos da pátria”. A fim de criá-los sem grande perda e com um custo mínimo, eles são devolvidos às suas mães, sendo estas e, por recorrência, todas as mães populares, transformadas em “nutrizes mandatadas pelo Estado”, conforme a fórmula de Lakana!” (DONZELOT, 1980, pp. 32-33).

habitação tem por objetivo não apenas a vigilância sanitária, mas também o controle das alianças e fusões possíveis de serem feitas pelas classes operárias quando essas moravam em aglomerados entendidos como abrigos, como uma forma de barrar a construção do habitar como local de defesa e autonomia¹¹ e direcioná-lo apenas como organização da força de trabalho.

Nessa chave de abandono de direitos políticos coletivos, também a organização do espaço das habitações populares torna-se importante: deve ser pequeno para que não se abriguem estranhos na casa, mas com espaço suficiente para que os pais possam vigiar os filhos e ainda preservar a intimidade do casal. Acaba-se com o hábito do pensionato, de sublocar quartos para artífices ou aprendizes (DONZELOT, 1980). A família e seu território circunscrito na casa são apartados do mundo da política, onde se encontrarão novamente somente por meio dos dispositivos disciplinares da “proteção” (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005). Anota-se, então, que as visitas domiciliares constantes na maioria dos acompanhamentos da assistência social, incluindo as medidas socioeducativas em meio aberto, carregariam diversas funções: averiguar se a família é de fato pobre, verificar as condições de habitação enquanto esse espaço organizado para controle familiar e do trabalhador, e também coletar, através de uma conversa aparentemente informal, indícios que possam sustentar a incompetência da família.

Reduz-se o social da habitação para construí-la como espaço reservado da família, entendida como pais e filhos:

Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos. Pretende-se que a habitação se transforme numa peça complementar à escola no controle das crianças: que seus elementos móveis sejam banidos para que nela se possa imobilizar as crianças. A busca da intimidade, a competência doméstica proposta à mulher popular, são o meio de fazer aceitar, de tornar atraente esse habitat que passa, de uma fórmula ligada à produção e à vida social, a uma concepção fundada na separação e na vigilância. Se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe (DONZELOT, 1980, p. 42).

¹¹ Interessante apontar como a autonomia aqui citada por Donzelot (1980) refere-se à possibilidade das organizações populares, enquanto a autonomia direcionada pela poupança é a autonomia individualista, que visa exatamente romper os laços comunitários.

A mãe culpada é, no entanto, a única instância de defesa possível para a criança e o adolescente no registro da tutela. A mãe é considerada advogada natural dos filhos, tendo seu papel solicitado no tribunal e nos acompanhamentos sociais para explicar ou defender as crianças e adolescentes, desde que se coloque entre a súplica e a submissão digna. Ao mesmo tempo, essa posição de defesa é insustentável dentro da lógica tutelar, visto que se a criança se encontra naquela situação certamente é por conta de alguma falha na maternagem. Restam-lhe, então, algumas poucas intervenções possíveis: a autojustificação explicando que fez todo o possível, ou pedidos de clemência e compaixão acompanhadas de choro e promessas, ou o pedido de demissão da função (DONZELOT, 1980).

Assim, quando Madalena lamenta que Lucas não seguiu internado, não se trata de uma simples tentativa de desresponsabilização, mas uma das poucas respostas possíveis a essa mulher mãe negra da classe popular, que herda as suspeitas de descuido e crueldade colocadas às amas de leite e o atestado de completa incompetência por não conseguir controlar os membros da família. É possível fazer um paralelo entre Lucas e Madalena, criança e mulher que nessas novas funções da família popular não encontram proteção ou autonomia, mas afirmações de inadequação enquanto único desdobramento possível, sustentando a vigilância e a ingerência tutelar.

Evidencia-se que as novas liberalidades da família em relação ao casamento e os papéis da mulher têm um preço: um acordo tácito feito com o Estado, onde em troca a família deve oferecer a obediência às normas que tornam seus membros economicamente úteis. Caso essa troca não seja entregue, o Estado certamente adentrará as casas e as relações familiares sob o registro da tutela. Passa-se, então, de um registro de um governo da família para um governo através da família. Sob o pretexto de proteção de crianças e mulheres, a tutela permite uma intervenção estatal ao nível de uma quase completa despossessão dos direitos privados, bem como a necessária renúncia de direitos políticos em prol da busca privada do bem-estar.

A ausência do pai de Lucas que tanto angustia Madalena e o adolescente encontra diversos fundamentos na estrutura cisheteropatriarcal da sociedade brasileira onde mais de 5,5 milhões de crianças não têm o nome do pai no registro de nascimento (IBDFAM, 2019). O pai também é componente cênico da estrutura da Justiça da Infância e Juventude na sua ausência, justificada pelo deslocamento do patriarcalismo familiar para um patriarcado do Estado, com a função de autoridade paterna agora encarnada pelo Juiz e a função disciplinadora prática tecnicizada no educador. Ainda que em raros casos esteja presente, em geral o pai permanece em silêncio, pois papel nenhum lhe é reservado, cabendo a fala

somente à mãe (DONZELOT, 1980).

Diferentemente da perspectiva apontada por Mendez (2000) que vê na leitura tutelar uma crise de interpretação do ECA (e daí a necessidade de maior regulação para enfrentar o aparato menorista), entendemos, desde a perspectiva sinalizada por Donzelot (1980) e acompanhada por outros estudiosos no Brasil (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005; SILVA, 2005) que as políticas destinadas à infância conservam, sob a égide da proteção, as formas de governo tutelar.

Enquanto desdobramento radical, Guilherme encontrou o discurso da necessidade de proteção da sociedade contra os bandidos, construídos como jovens de pele preta, que fornece justificativa e motivo para que seja assassinado em nome da segurança pública. É o radical da criança perigosa. Lucas e Madalena encontram a tutela enquanto proteção de forma diluída nos aparatos pelos quais passaram desde a escola, o Conselho Tutelar, a polícia no momento da apreensão, a Fundação CASA, a Vara da Infância e da Juventude até chegarem ao Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, conforme atesta nosso encontro em 06/04/2018, a reunião de rede e o dossiê elaborado pelos equipamentos até então.

Acessei o processo de continuidade das medidas socioeducativas de Lucas, que então se encontrava internado na Fundação CASA. Nos relatórios multidimensionais elaborados, a afirmação de que a medida socioeducativa de internação não era a mais indicada para o adolescente, já que ele não conseguia seguir regras, perambulava pelos corredores e aparentemente não entendia sua situação de aprisionamento e quais regras ela lhe impunha. A equipe concordava ser necessário uma avaliação no CAPS IJ de referência, ao que eu entendi que a única explicação possível que o dispositivo conseguia dar àquelas atitudes do adolescente fosse alguma questão psiquiátrica, à qual todos estavam ansiosos para responder com diagnósticos precisos e medicamentos prescritos. Se houvesse uma leitura atenta desse encadeamento de ações, os técnicos da Fundação CASA teriam lido que, ainda no meio aberto, Lucas passou por uma avaliação no CAPS IJ e concluiu-se que não era caso de acompanhamento por aquele equipamento. Tais colocações me lembraram as discussões ocorridas em equipe onde ora se entendia que o adolescente não conhecia os limites e deveria ser ensinado, ora se acreditavam que o adolescente, de tanto que conhecia os limites, brincava com eles.

Resta evidente que o trabalho social se agencia estrategicamente a partir das três instâncias que o compõe: o judiciário, o psiquiátrico e o educacional (DONZELOT, 1980). Esse é o aparato que cerca o adolescente, que abafa o que ele tem a propor e a dizer. É preciso

reconhecer a importância política dos posicionamentos a respeito da infância e juventude e entender que, por isso mesmo, é um ambiente murado, cercado, constantemente vigiado, constantemente interventivo. Dessa forma, ainda que o ECA tenha trazido espaços de garantia de direitos e participação dos adolescentes, esses são tensionados pelos resquícios tutelares que aparecem na nova legislação pela via da proteção. Não se trata de condenar o diploma avançado da infância e juventude vigente no país, mas reconhecer que ainda é preciso reflexão e transformações das práticas. Esse precisa ser outro ponto de partida desse trabalho, enquanto algo que está para além das reflexões teóricas, mas subsiste na prática. Nas palavras de Maria Lívia do Nascimento e Estela Scheinvar:

Por oposição, formular enunciados plurais e preservar velhos procedimentos é reforçar poderes tradicionais em nome de retóricas combativas. Inovar, desconstruir, são exercícios de grande responsabilidade por emergirem das próprias tradições que se colocam sob questão. Não se trata apenas de negar velhas estruturas, mas de reconhecer nas práticas que elas produzem a emergência de espaços a serem explorados (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, p. 64).

Por sorte ainda temos alguns meninos da cabeça de coco, que mesmo diante de tamanho aparato repressivo, ousam rir da cara do perigo e nos apontam fazeres em outras direções:

“Por que te chamam de Coquinho?”. Pela primeira vez durante todo o atendimento, essa pergunta só é possível ao menino responder: “porque minha cabeça parece um coco”, fala enquanto passa a mão pelos cabelos, enfatizando o formato. Marcamos o dia para que Lucas volte e comece o acompanhamento, anoto data e horário da próxima semana. O institucional está combinado, respondido, preenchido. Acompanho ele e a mãe até a saída e, nas margens do portão, o menino da cabeça de coco lança-me um riso maroto junto com a mãe que se despedia. Um riso que ria de mim, ria do portão, ria das palavras ditas, ria dos acordos fechados. Ao observar Lucas indo embora me pareceu que nada daquilo lhe importava, que não entendeu nem queria entender o que é uma medida socioeducativa. Daquele espaço ele faria o que quisesse fazer.

CAPÍTULO 2 - SOCIOEDUCAÇÃO E PROJETIVIDADES

Pouco importa ao menino da cabeça de coco o que lhe seria exigido daquele espaço chamado medidas socioeducativas em meio aberto. No entanto, para que possamos seguir com os questionamentos colocados por ele é preciso que mergulhemos mais profundamente nas socioeducação, já inicialmente apresentada no capítulo anterior pelo viés do histórico das políticas de infância e juventude e as críticas à chamada Assistência Social à Infância e ao discurso da proteção e rapidamente na descrição das medidas socioeducativas em meio aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Essas pontuações, no entanto, são apenas o começo do que aqui se quer discutir. Nesse capítulo investigaremos a natureza e os objetivos das medidas socioeducativas, desembocando no que chamamos de “o projeto da socioeducação”. Para isso nos apoiaremos principalmente na proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), demais resoluções normativas, especialmente quanto aos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto e cadernos técnicos de formação dos profissionais. A partir dessa exposição inicial, focaremos no projeto de vida enquanto lógica central na formulação conceitual e metodológica da socioeducação proposta, baseando-nos principalmente nas elaborações de Antônio Carlos Gomes da Costa e também no levantamento de banco de dados dos repositórios Scielo e BVS. Todas essas colocações nos serão necessárias para nos aproximarmos dos questionamentos colocados por Mariana, Michel e pelo magistrado Eduardo Rezende Melo, sugerindo que os modos de vida dos adolescentes, em sua temporalidade e em suas geografias, seus mapas de vida, nem sempre correspondem ao que é colocado pela política.

2.1. Mas afinal, o que quer uma medida socioeducativa? Natureza, objetivos e projeto da socioeducação.

Como Mendez (2000) já havia apontado, com a elaboração da Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 instaurou-se um novo paradigma legal para os assuntos da infância e da juventude. Uma das tentativas de afastar o dispositivo tutelar é criar uma separação legalmente determinada e taxativa entre medidas de proteção, destinadas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou violência (art. 108 do ECA), e as medidas

socioeducativas, destinadas aos adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos que fossem condenados pela prática de ato infracional (art. 112 do ECA).

Há posições divergentes a respeito da natureza das medidas socioeducativas, com juristas entendendo, por um lado, que apesar de seu caráter especial, continuam carregando o caráter aflitivo-penal, vez que são medidas restritivas de direitos, como já nos apontou Maria Liduína (2005). Para esse grupo seria importante reconhecer que as medidas socioeducativas carregam também o caráter sancionatório, ainda que o socioeducativo esteja em evidência, pois esse reconhecimento possibilitaria restringir a retribuição delimitando-a apenas ao que a lei determina. Uma forma de garantir o devido processo legal e de que ninguém será obrigado a fazer ou não fazer algo senão em virtude de lei (art. 5º, incisos LIV e II). Seguindo essa lógica, os adolescentes seriam inimputáveis perante o Direito Penal, mas imputáveis perante lei especial, nesse caso o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os defensores do outro viés entendem que as medidas socioeducativas não carregam nenhum caráter punitivo, o que as diferenciam dos códigos menoristas anteriores, trazendo a responsabilização apenas no nível pedagógico pelas práticas socioeducativas (MORAGAS, 2011).

É nítido que o ECA carrega inspirações garantistas ao elaborar as medidas socioeducativas, tanto pelo movimento social histórico que o antecedeu quanto pelo próprio texto que se consolidou, se relacionando com o Direito Penal Mínimo e baseando-se no Princípio do Respeito à Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento, entendendo que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos com capacidade progressiva de exercê-los, o que implica também que a responsabilização deve ser entendida e aplicada em diferentes níveis, conforme a capacidade do adolescente. Também se embasa no Princípio do Melhor Interesse do Adolescente, que ressalta atividades direcionadas a um enfoque preventivo e educativo (SPOSATO, 2006 apud MORAGAS, 2011). Se por um lado entender as medidas socioeducativas apenas enquanto responsabilização pedagógica permitiria a criação de uma nova forma de responder a transgressão juvenil considerada ilegal, ainda a ser construída na prática, a negação do caráter penal na aplicação das medidas socioeducativas ignora que, dependendo de como são aplicadas, também podem servir enquanto modo de punição e controle social. Coloca-se, então, a questão do que se almeja com a aplicação das medidas socioeducativas e como elas se operacionalizam, de modo a se aproximar mais de uma leitura ou de outra.

Havia a necessidade de instrumentos legais específicos para tornar possível o que propunha o ECA e a CF/88. Por esse motivo e pelo Estatuto expressamente indicar, alguns

anos após a publicação do ECA, iniciam-se as discussões para a elaboração de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2002. Foram diversos encontros e debates envolvendo setores como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD), juízes, promotores de justiça, conselheiros de direitos, técnicos e gestores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), contando ainda com o apoio e consultorias contratadas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da República, para que se chegasse ao texto base do SINASE em 2006 (MORAGAS, 2011; SEDH *et al*, 2006). É a partir das consultorias e discussões do SINASE que se aprofundam os conceitos e técnicas a serem utilizados como metodologia do atendimento socioeducativo. Em 2012 o SINASE é publicado enquanto Lei n. 12.594 de 18 de janeiro de 2012, trazendo diretrizes de gestão, financiamento, organização, articulação e atendimento para os órgãos executores das medidas socioeducativas, inclusive na modalidade de internação provisória. O SINASE ainda colocará as bases para as construções dos Planos Socioeducativos em nível nacional, estadual e municipal, que serão discutidos e consolidados nos anos seguintes. Nesse sentido representa avanço para as políticas de infância e juventude, criando procedimentos e diretrizes para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes baseando-se nos direitos humanos e aplicando a intersetorialidade, tentando novamente romper com a cultura da discricionariedade que por tantos anos é admitida no campo.

Complementando o ECA, o SINASE irá definir em seu art. 1º, §2º, os objetivos das medidas socioeducativas em três incisos e eixos: I - responsabilização do adolescente em relação às consequências lesivas do ato infracional e, quando for possível, incentivar sua reparação; II - integração social do adolescente e garantia de seus direitos individuais e sociais através do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - desaprovação da conduta infracional, efetivando as determinações da sentença respeitando os limites previstos em lei (BRASIL, 2012).

Em documento organizado pelo CONANDA e pela SEDH em 2006, o texto base do SINASE é esmiuçado apresentando os princípios do Sistema e os parâmetros da gestão

pedagógica no atendimento socioeducativo. Dentre todos os princípios elencados¹², nos ateremos ao princípio do “respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, artigos 100, 112, § 1º e 112, § 3º, do ECA”, único momento onde aparece descrito o objetivo das medidas socioeducativas no documento (SEDH *et al*, 2004, p. 28). Esse princípio é entendido como a necessidade de enxergar a medida socioeducativa atribuída para além da mera responsabilização pelo ato infracional, considerando também a equidade no tratamento adequado e individualizado para cada adolescente atendido, de modo a alcançar o objetivo de incluí-lo socialmente o mais rápido possível e possibilitar o seu pleno desenvolvimento como pessoa.

Alguns outros cadernos técnicos vão discorrer a respeito dos objetivos a serem buscados na aplicação das medidas socioeducativas. De acordo com o Guia de Políticas e Programas elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em 2017 a responsabilização do adolescente autor de ato infracional é realizada por determinação judicial por meio de medida socioeducativa, que deverá contribuir pedagogicamente para o seu acesso aos direitos e mudança de valores pessoais e sociais (BRASIL, 2017). Ainda nesse mesmo caderno vai detalhar mais especificadamente outros objetivos das medidas socioeducativas em meio aberto:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa (LA e PSC) e sua inserção em outros serviços e

¹² Os princípios do SINASE conforme aparecem no documento: 1 – Respeito aos direitos humanos; 2 – Responsabilidade solidária da Família, Sociedade e Estado pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA; 3 – Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades – artigos 227, §3º, inciso V, da CF; e 3º, 6º e 15º do ECA; 4 – Prioridade absoluta para a criança e o adolescente – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA; 5 – Legalidade; 6 – Respeito ao devido processo legal – artigos 227, inciso IV da Constituição Federal, 40 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e 108, 110 e 111 do ECA e nos tratados internacionais; 7 – Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; 8 – Incolumidade, integridade física e segurança (artigos 124 e 125 do ECA); 9 – Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – artigos 100, 112, §1º, e 112, §3º, do ECA; 10 – Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes – artigo 86 do ECA; 11 – Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência – artigo 227, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal; 12 – Municipalização do atendimento – artigo 88, inciso I do ECA; 13 – Descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos – artigos 204, inciso I, da Constituição Federal e 88, inciso II, do ECA; 14 – Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; 15 – Co-responsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas; 16 – Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade (SEDH *et al*, pp. 25-31).

programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;

- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2017, p. 63).

O Caderno de Orientações Técnicas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, também publicado pelo Governo Federal, apresenta praticamente os mesmos objetivos elencados acima, acrescentando apenas a necessidade de “estabelecer contratos e normas com o adolescente a partir das possibilidades e limites de trabalho que regem o cumprimento da medida” (BRASIL, 2016, p. 28). Vai ainda apresentar objetivos da estrutura de atendimento muito vinculados aos objetivos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), já que as medidas em meio aberto, diferente das demais, são executadas e coordenadas a partir da política de assistência social e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Nessa esteira, as MSE-MA devem se estruturar para garantir segurança de acolhida, de convivência familiar e comunitária e de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social. Compreende-se que o desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social é o desenvolvimento de “princípios éticos de justiça e cidadania ao promover o acesso dos adolescentes a oportunidades que os estimulem a construir ou reconstruir projetos de vida, ao desenvolvimento de potencialidades, a informações sobre direitos sociais, civis e políticos e às condições para o seu usufruto” (BRASIL, 2016, pp. 37-38). Soma-se a essas colocações a necessidade do serviço oferecer atenção socioassistencial e realizar acompanhamento em consonância com a responsabilização dos adolescentes, viabilizando acesso a direitos e serviços e construir a possibilidade de ressignificar valores que contribuam para a interrupção da trajetória infracional como mudança de trajetória de vidas, tanto dos adolescentes como das famílias. Como forma de garantir uma ação continuada de acompanhamento sistemático, os atendimentos devem ter frequência de no mínimo uma vez por semana, visando sempre a superação das causas que levaram ao envolvimento infracional e a promoção e proteção integral dos adolescentes (BRASIL, 2016).

Como evidência desse entrelaçamento dos objetivos do SUAS e dos programas socioeducativos em meio aberto, muitos desses objetivos já haviam sido formalizados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109/2009 do CNAS,

anterior inclusive ao SINASE, que vai reconhecer os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto como parte da rede de Proteção Especial de Média Complexidade, elencando enquanto objetivos principais o acompanhamento, auxílio e orientação aos adolescentes com ênfase na ação socioeducativa, inclusão da família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade enquanto elementos necessários de integração social para o adolescente enquanto referências, apoio e segurança. Enquanto objetivos específicos estabelece o que será posteriormente replicado pelo Guia de Políticas Públicas e Caderno de Orientações Técnicas das Medidas Socioeducativas, já apresentados acima.

Ainda em outro caderno especialmente sobre Medidas Socioeducativas em Meio Aberto publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, colocam-se os objetivos das medidas socioeducativas de forma direcionada a um interlocutor adolescente:

A medida socioeducativa tem vários objetivos, para ficar mais fácil, vamos enumerá-los:

1. Proteger você de qualquer forma de tortura, maus-tratos, vingança ou outras formas de violência;
2. Auxiliar a relação com a sua família, com o bairro onde você mora e com a sua comunidade. Ajudar nas relações com a escola, até mesmo a encontrar uma escola caso ainda não esteja matriculado; assim como nas questões relacionadas a sua saúde e da sua família, junto ao posto de saúde ou o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e todos os outros serviços que existem para atender você (quadra de esportes, cinema, música, teatro e por aí vai);
3. Trabalhar com você para que entenda que somos todos responsáveis pelo que fazemos, portanto, as nossas ações têm consequências para a nossa vida e das outras pessoas;
4. Construir com você planos para o futuro. É muito importante que você mantenha seus sonhos e confie no seu potencial;
5. As pessoas que vão te atender trabalham com as suas potencialidades, você tem muitas!
6. Os profissionais que vão te atender também irão ajudar em encaminhamentos para cursos profissionalizantes, oficinas e programas que forem oferecidos na sua cidade. (BRASIL, 2018, n. p.)

Uma das colocações do SINASE é a criação de Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, o que acabou ocorrendo nos anos seguintes à sua promulgação. Interessante é a definição de socioeducação disposta no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE, lançado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2013, citando seus objetivos

enquanto política pública aplicada:

A socioeducação é imprescindível como política pública específica para resgatar a imensa dívida histórica da sociedade brasileira com a população adolescente (vítima principal dos altos índices de violência) e como contribuição à edificação de uma sociedade justa que zela por seus adolescentes.

Nesse sentido, este Plano é um passo adiante dos novos marcos regulatórios e deve produzir efeitos no atendimento a adolescentes autores de ato infracional e às suas famílias, criando oportunidades de construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã.

Tarefa de toda sociedade brasileira, a atenção integral aos adolescentes para que realizem seus projetos de vida individuais e coletivos, tem neste momento o impulso inalienável da iniciativa do Estado. Este Plano é, ao mesmo tempo, um desafio e um chamado à integração intersetorial (BRASIL, 2013a, p. 8).

Importante apontar que, na versão para consulta pública deste mesmo documento, tal posicionamento não aparece, ficando restrito aos comentários sobre diretrizes e eixos operativos, retomando os posicionamentos mais encontrados em outras cartilhas a respeito dos objetivos da política socioeducativa: “[...] onde as medidas socioeducativas aplicadas alcancem seus objetivos de (re)instituição de direitos, de interrupção da trajetória infracional e de inserção social, educacional, cultural e profissional” (BRASIL, 2013b, p. 3). Também aparece enquanto uma das diretrizes do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo “a socioeducação como meio de construção de novos projetos pautados no incentivo ao protagonismo e à autonomia e pactuados com os adolescentes e famílias” (BRASIL, 2016).

No Estado de São Paulo, o processo de municipalização começou a ser elaborado em 2004, efetivando-se entre 2009 e 2011, capacitando os executores e estruturando as cidades para receber as medidas socioeducativas em meio aberto, agora vinculadas aos CREAS e desvinculadas da Fundação CASA. Dentre os materiais elaborados para guiar essa execução, está o Caderno de Orientações Técnicas e Metodológicas de Medidas Socioeducativas (MSE), de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), publicado em 2012 pela Secretaria do Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, que é expressamente referido no Plano Decenal Estadual de Atendimento Socioeducativo (2014). enquanto parâmetro para o atendimento de MSE-MA no Estado. Nesse caderno se explicita o necessário para a elaboração dos projetos político-pedagógicos dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, enquanto documento direcionador de todos os demais

documentos e ações a serem executados, sempre em consonância com os requisitos legais:

O Projeto Político-Pedagógico tem a preocupação de garantir formação aos adolescentes enquanto cidadãos de direitos e deveres (dimensão política), assim como, a intencionalidade de formar cidadãos criativos, responsáveis e críticos, através do desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social (dimensão pedagógica) (SÃO PAULO, 2012, p. 15).

A partir disso vai explicitar como objetivos das principais ações pedagógicas do acompanhamento socioeducativo a provocação de alterações reais na vida pessoal e social do adolescente e sua família, possibilitando o “aprender a ser” que o levaria a novas formas de se relacionar, favorecendo seu desenvolvimento, a ampliação de seus saberes e aptidões, a capacidade de discernimento no agir, e desenvolvimento de sua autonomia e responsabilidade. Tais ações encontram-se ancoradas na percepção de adolescência enquanto um momento do desenvolvimento carregado de ambiguidades, colocando o adolescente entre a responsabilidade e a liberdade, entre a infância e a vida adulta, marcada por diversas mudanças biológicas, psicológicas, culturais e sociais (GUARÁ, 1997; ABRAMO, 1995 apud SÃO PAULO, 2012). Por conta disso, a socioeducação deveria se debruçar sobre a identidade do adolescente para reorganizá-la no âmbito de sua individualidade (compreender-se e aceitar-se para buscar aquilo que se quer ser) e da coletividade (fortalecimento de vínculos familiares e comunitários). Para que se atinjam tais objetivos, deve-se entender a socioeducação enquanto um esforço intersetorial, envolvendo diversas especialidades e políticas públicas, a fim de efetivar os direitos e a proteção dos adolescentes. (SÃO PAULO, 2012, p. 15; p. 18).

O documento ainda vai esmiuçar os caminhos percorridos por cada uma das medidas em meio aberto para buscar esses objetivos. A Prestação de Serviços à Comunidade possibilitaria ao adolescente encontrar “em seu meio social, no convívio com pessoas que necessitam de solidariedade, o caminho pedagógico do reconhecimento de sua conduta indevida e a convicção do seu próprio valor como ser humano” (PEDROSO, 1994, apud SÃO PAULO, 2012, p. 21). Assim, a aplicação da Prestação de Serviços à Comunidade deverá articular ações de valorização da solidariedade, vivências de trabalho e relações humanas, desenvolvimento de habilidades e aptidões que levem o adolescente a construir e materializar seu projeto de vida. Já a Liberdade Assistida entende como “padrão de ressocialização” o “direcionamento a atividades ideais” (SÃO PAULO, 2012, p. 23) do convívio familiar, vida

escolar e profissional, propiciando elementos para inserção do adolescente na sociedade. Enquanto princípios metodológicos do atendimento de Liberdade Assistida estão realizar ações para promover a reflexão buscando alterar as relações pessoais e sociais do adolescente e sua família, desenvolvendo novas formas de se relacionar através do aprender a ser.

O Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo 2015-2025 da cidade de São Paulo/SP é um documento de esforço admirável na construção da política municipal de atendimento socioeducativo para uma cidade desse porte, reunindo esforços em sua elaboração dos debates e audiências públicas com os principais atores da política de infância e juventude e assistência social na cidade (Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Articulação dos Serviços de Medidas Socioeducativas da Cidade de São Paulo; profissionais; militantes da causa; cidadãos; adolescentes atendidos e suas famílias), além das secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Cultura, Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Direitos Humanos e Cidadania, Educação, Esportes e Lazer, Promoção da Igualdade Social e Saúde e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Posiciona como um dos objetivos do Plano:

Em síntese, é preciso instituir um novo sentido ao que se tem denominado de socioeducativo, na linha de uma proposição que se apoia na educação. A inovação pressupõe uma ruptura que, acima de tudo, predisponha os atores do Sistema de Garantia de Direitos para a emancipação. A inovação que promove a emancipação das pessoas é a de natureza ético-política (SÃO PAULO, 2016, pp. 19-20).

Outros objetivos são, em especial, atender às exigências legais relativas ao atendimento de adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto e instituição do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE), sempre pautados pela condição dos adolescentes enquanto sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento e a garantia dos direitos humanos. Para isso, explicita enquanto princípios a nortear a aplicação das MSEs na cidade de São Paulo: a) reconhecimento dos direitos inalienáveis do adolescentes, especialmente o direito à vida, à dignidade e à isonomia; b) direito à presunção da inocência, à defesa técnica e ao devido processo legal; c) promoção da proteção integral ao adolescente, como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento; d) respeito aos princípios fundamentais dos direitos humanos, desde o momento de sua apreensão pela polícia, até o efetivo cumprimento das medidas socioeducativas; e) promoção da responsabilização do

adolescente pela prática do ato infracional, priorizando a natureza educativa das medidas de PSC e LA. A partir desses princípios, apresenta diretrizes como bases comuns para programas e serviços na execução das MSEs. Dentre os dezessete princípios elencados¹³, por conta do que propõe esse trabalho, chamaremos a atenção para quatro deles:

- Implementação da socioeducação por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento;
- Centralidade do trabalho pedagógico com os adolescentes, incentivando metodologias grupais e coletivas;
- Fortalecimento do sentido da socioeducação como uma política pública que tem por objetivo construir, junto dos adolescentes e jovens, novos conceitos de vida, buscando fortalecer os princípios éticos e de cidadania como condição para seu desenvolvimento pessoal e social enquanto sujeito de direito;
- Gestão democrática e participação social – comprometimento com a participação ativa dos adolescentes, famílias, movimentos sociais e comunidade, no planejamento, implementação e controle das políticas de medidas socioeducativas (SÃO PAULO, 2016, p. 25-26).

Também nesse Plano Municipal destaca-se a importante integração entre objetivos do

¹³ São eles: I) Territorialização – conceber ação e território como indissociáveis, considerando as formas organizativas da comunidade; II) Regionalização – entendida como processo de organização de rede de ações, programas e serviços; III) Garantia da qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do SINASE; IV) Organização dos serviços e programas existentes para possibilitar a capacidade de respostas às exigências explicitadas pelo SINASE; V) Instauração de espaços de formação profissional para uma cultura de direitos humanos que contemplem a dimensão ético-política da prática profissional; VI) Institucionalização e integração das ações intersetoriais para a garantia do acesso e permanência no atendimento de saúde, educação, profissionalização, atividades esportivas, assistência social, de lazer e cultura; VII) Implementação da socioeducação por meio de construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento; VIII) Garantia da unidade na gestão do SIMASE por meio da gestão compartilhada entre as três esferas de governo, pelo mecanismo de cofinanciamento; IX) Estabelecimento de práticas restaurativas e de mediação de conflitos; X) Centralidade do trabalho pedagógico com os adolescentes, incentivando metodologias grupais e coletivas; XI) Interdisciplinaridade – buscar uma compreensão integrada do adolescente e de sua realidade, em seus diversos aspectos sociais, econômicos, culturais; XII) Articulação e integração das ações das políticas setoriais para ampliar a efetividade dos programas e serviços; XIII) Promover a proteção e o desenvolvimento integral dos adolescentes por meio da intersetorialidade, como nova forma de intervenção e gestão pública no Sistema Socioeducativo; XIV) Fortalecer a função protetiva da família bem como os vínculos familiares e comunitários por meio do trabalho social e contínuo com as mesmas, abordando as vulnerabilidades sociais e relacionais, promovendo o seu acesso e usufruto de direitos; XV) Fortalecimento do sentido da socioeducação como uma política pública que tem por objetivo construir junto dos adolescentes e jovens novos conceitos de vida, buscando fortalecer os princípios éticos e de cidadania como condição para seu desenvolvimento pessoal e social enquanto sujeito de direito; XVI) Gestão democrática e participação social – comprometimento com a participação ativa dos adolescentes, famílias, movimentos sociais e comunidade, no planejamento, implementação e controle das políticas de medidas socioeducativas; XVII) Responsabilização – comitê gestor, órgãos setoriais e instituições ligadas diretamente à execução de medidas são responsáveis pelo planejamento, operacionalização e avaliação dos serviços, com atuação comprometida e proativa (SÃO PAULO, 2016, p. 35-36).

SUAS e das medidas socioeducativas em meio aberto. Dessa forma, também uma das finalidades da política é identificar situações e dimensões de vulnerabilidade social dos adolescentes e famílias, situando-a ainda na histórica desigualdade social e nos processos de exclusão, sempre analisados sob o foco dos direitos humanos, econômicos e sociais, em total conformidade com os objetivos elencados na LOAS, dispostos em seu art. 2º: I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nestas a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 1993). Novamente é reforçado a importância do CREAS como elemento central na articulação da rede que atenderá esses adolescentes, construindo práticas colaborativas para que se efetive as garantias do pleno desenvolvimento.

Muito citada no Plano Decenal Municipal, a portaria nº 46 da SMADS, publicada em 2010, vai apresentar os objetivos da política socioeducativa em meio aberto no município:

Objetivo: Oferecer acompanhamento social ao adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Objetivos específicos:

Possibilitar o acesso às políticas públicas, especialmente à educação formal e saúde;

Possibilitar a inserção no programa de transferência de renda;

Criar condições para a construção de projeto de vida que vise à ruptura do adolescente com a prática de ato infracional;

Estabelecer contratos com o adolescente e o jovem sobre as possibilidades e limites do trabalho a ser estabelecido e normas e regras de cumprimento da medida socioeducativa;

Fortalecer a convivência familiar e comunitária;

Desenvolver vivências que favoreçam a autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomia;

Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e talentos, no próprio serviço ou da rede socioassistencial;

Avaliar sistematicamente o percurso do adolescente e do jovem após o cumprimento da medida por um período mínimo de 6 meses (SÃO PAULO, 2010, n.p.).

Foi longo este percurso pelos principais documentos orientadores utilizados para

capacitação dos profissionais da socioeducação no país e no estado e cidade de São Paulo até o momento, mas somente através disso nos é possível constelar os direcionamentos da política, para então seguirmos com as questões. Já que não há uma definição clara e direta nem na legislação nem nos materiais de formação do que seria socioeducação, o que nos resta é seguir suas pistas.

Diante do apresentado, vamos reorganizar os objetivos colocados enquanto direcionamento das políticas socioeducativas, o que se espera da socioeducação, aglutinando direcionamentos parecidos. Podemos iniciar pelo eixo da responsabilização do adolescente em relação às consequências lesivas do ato infracional (BRASIL, 2012), que aparece como construir o entendimento de que somos todos responsáveis pelos nossos atos e que ações têm consequências para a vida individual e coletiva (BRASIL, 2018). A partir dessa colocação, é possível aproximar a dimensão da responsabilização com aquela de desaprovação da conduta infracional e interrupção dessa trajetória (BRASIL, 2012), ou ainda com a colocação de garantir formação aos adolescentes enquanto cidadãos de direitos e deveres, aqui com ênfase nos deveres, colocado ainda no documento como sendo a direção política de qualquer plano socioeducativo (SÃO PAULO, 2016).

É verdade também que essa direção da responsabilização e interrupção da trajetória infracional vem interligada a outro objetivo, colocada como a dimensão pedagógica dos planos socioeducativos, que busca formar cidadãos criativos, responsáveis e críticos, através do desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social. Essa dimensão e objetivo aparece em diversos momentos, de variadas formas, mas geralmente articula garantia de direitos, pleno desenvolvimento, autonomia e, ainda, plano individual de atendimento ou pactuação de normas. Apesar de articulados, não são a mesma coisa ou uma relação de causa e consequência necessariamente. Por exemplo, “incluir-lo socialmente E possibilitar seu pleno desenvolvimento como pessoa”, “viabilizando acesso a direitos e serviços e construir a possibilidade de ressignificar valores”, ou ainda “integração social do adolescente e garantia de seus direitos individuais e sociais através do cumprimento de seu plano individual de atendimento”. Articula-se aqui a inclusão social / integração social / acesso a direitos com o pleno desenvolvimento enquanto distintos, mas relacionados, a serem efetivados através do Plano Individual de Atendimento.

A garantia de direitos aparece recorrentemente enquanto objetivo das medidas socioeducativas, sendo entendida geralmente como acesso à educação, saúde, profissionalização, trabalho, cultura, convivência comunitária e familiar, além de proteção

contra violências. Outra parte da constelação pedagógica vai se apresentar como: possibilitar o pleno desenvolvimento; mudança de valores pessoais e sociais; criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida; contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e capacidade de reflexão sobre as possibilidades de autonomia; desenvolvimento de habilidades e competências; desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social; construir a possibilidade de ressignificar valores como mudança de trajetória de vidas; construir planos para o futuro, manter os sonhos e confiança no próprio potencial; construção de novos projetos pautados no incentivo ao protagonismo e à autonomia; possibilitar o aprender a ser que leva a novas formas de se relacionar, favorecendo o desenvolvimento, a ampliação de saberes e aptidões, a capacidade de discernir no agir e desenvolvimento de sua autonomia e responsabilidade; construir junto dos adolescentes e jovens novos conceitos de vida, buscando fortalecer os princípios éticos e de cidadania como condição para o desenvolvimento pessoal e social enquanto sujeito de direitos.

Portanto, o pleno desenvolvimento aqui está relacionado não só à garantia de direitos, mas também à construção/reconstrução de novos projetos de vida, novos conceitos de vida e planos para o futuro. É possível argumentar que existe diferença entre construção de projetos de vida e construção de autonomia, mas nesses cadernos socioeducativos projeto de vida e autonomia aparecem interligados, sendo o projeto de vida e o desenvolvimento de potencialidades colocado como passo anterior necessário à autonomia:

A segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social fundamenta-se em princípios éticos de justiça e cidadania ao promover o acesso dos adolescentes a oportunidades que os estimulem a construir ou reconstruir projetos de vida, ao desenvolvimento de potencialidades, a informações sobre direitos sociais, civis e políticos e às condições para o seu usufruto (BRASIL, 2016, p. 38).

O acompanhamento socioeducativo então busca responsabilizar o adolescente e interromper sua trajetória infracional realizando alterações reais na vida dele e de sua família pela garantia de acesso às políticas públicas, em especial educação, saúde, profissionalização e trabalho, promovendo ainda a construção de novos projetos de vida e desenvolvimento de suas potencialidades, tudo isso a ser pactuado com jovens e famílias na forma de contratos e normas que vão direcionar o trabalho, materializados no Plano Individual de Atendimento.

Mas o que ocorre quando os adolescentes não aceitam esse caminho?

2.2. Mariana se recusa

A FILHA DE OBÁ:

Lembranças de 16/05/2018 – Diário de campo 20/10/2020:

Eram 16h da tarde de uma quinta-feira quente de maio. Os raios de sol espreguiçavam sobre a mesa e as cadeiras de uma das salas de atendimento do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, embora o calor não conseguisse transpor o abismo da mesa que se interpunha entre a técnica de medidas socioeducativas e a adolescente. Era a primeira vez que nos encontrávamos. Chama-se Mariana. Sentada de braços cruzados de um dos lados do abismo, a jovem mostrava-se indignada com a situação e falava em voz alta, com esforço para que a ouvissem do outro lado:

“Pra quê você quer saber o meu nome? Ou o da minha mãe? Já num tá tudo escrito aí?” questiona apontando para a única folha de papel que eu estendo no abismo.

“É que eu não li o que tá escrito. Prefiro ouvir de você.” respondo sinceramente, questionando agora sobre o endereço.

“Não vou te falar onde eu moro. Pra quê você quer saber?”

Explico que normalmente fazemos pelo menos uma visita na casa onde ela mora, pra conhecer a família dela, mas que sempre combinaríamos juntas antes.

“Minha família não tem nada a ver com isso. E eu não devia nem tá aqui. Eu falei a verdade pro Juiz e os polícia mentiu. Eu falei o que eu tava fazendo, mas os polícia não falaram que eles pegaram o meu dinheiro pra eles né? Isso eles não falaram” denuncia.

“Quer dizer que os policiais pegaram o dinheiro que tava com você naquele dia?”

“É isso mesmo! Mas isso eles não contaram pro Juiz”

“E falar a verdade pro Juiz faria com que não tivesse motivo pra você tá aqui?”

Ela segura a resposta por um segundo.

“Não era pra eles me soltar de LA. O que acontece se eu parar de vim?” fala numa provocação.

“Você pode escolher não vir. É um direito seu. Pra gente, isso significa que primeiro eu vou tentar te ligar, depois falar com a tua família, tentar te encontrar em casa pra conversar e

ver se você volta a cumprir, mas se depois disso tudo você não quiser vir eu sou obrigada a informar o Juiz e daí depois disso quem decide é ele e eu não posso fazer mais nada.” respondendo calmamente.

Ela pesa as respostas em silêncio e eu aproveito para fazer a minha aposta:

“Posso marcar quinta que vem então?”

“Tá bom. Então eu venho, mas só se for pra passar com você. Mas não quero ir pra escola e se você me falar de trabalho uma vez eu vo embora e nunca mais volto.”

Mariana desconfia da socioeducação. Por que haveria de repetir as respostas que já estavam todas anotadas nas folhas de encaminhamento? Já não sabíamos de tudo? Já não sabíamos onde ela morava, como era sua vida e família, as implicações de se morar na favela, toda a vulnerabilização trazida? Já não está tudo escrito? Por que haveria eu de perguntar então? Não havia encontro possível que se sustentasse entre a mesa de atendimento, os formulários e as perguntas programadas. Aquela encenação já estava posta e Mariana podia cumprir o papel esperado da que responde arrependida e obediente... ou a que se recusa.

Eu queria, é verdade, ouvir sua versão. Depois de alguns anos nesse trabalho sabia que essa escuta não lhe havia sido fornecida. Uma escuta que não colocaria nada de antemão. Embora as exigências corriqueiras do que se tornou as medidas socioeducativas não pudessem lhe ofertar isso, eu naquele momento de alguma forma tentava fazer essa oferta, que, acredito, teve efeitos.

O que ela me apresenta, no entanto, é um tanto incompatível com o que propõe a socioeducação até aqui, pensando as várias leis e documentos normativos que se esforçaram durante tantos anos para garantir. Garantir escolarização, cursos profissionalizantes, prioridade de colocação no mercado de trabalho. Mas Mariana não quer nada disso. Diz, inclusive, que se isso for em algum momento imposto a ela, não voltaria mais. Fica então a dúvida: se Mariana recusa essas garantias do modo como são ofertadas pela socioeducação, o que ela quer daquele espaço? O que lhe pareceu ali interessante para que concordasse em voltar?

Seguindo o que propõe também os cadernos orientadores, ali foi-lhe ofertado acolhimento e escuta, o que também está previsto para os atendimentos socioeducativos. Qual escuta? Fato é que, de acordo com o que propõe o viés pedagógico das medidas socioeducativas, nem só de encaminhamentos para a rede se faz um acompanhamento.

Haveria algo a ser desenvolvido durante os atendimentos individuais ou em grupo. A partir das normas poderia-se entender que talvez faltasse esse acompanhamento a Mariana e por isso ela se mostrava tão categórica em sua recusa. Por hora, vamos percorrer esse caminho.

2.3. O ‘projeto de vida’ como projeto da socioeducação

Embora muito se fale a respeito do trabalho de reflexão, construção de autonomia e projeto de vida nas normativas das medidas socioeducativas, é difícil encontrar materiais que deem preenchimento para essas expressões dentro da própria socioeducação. O referencial teórico mais completo encontrado foram os cadernos elaborados por Antonio Carlos Gomes da Costa (2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2006e) em sua consultoria para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, onde vai discorrer longamente sobre a centralidade do projeto de vida enquanto construção necessária do processo socioeducativo.

De forma a trazer as posições do autor de maneira mais próxima do que realmente foi escrito e encaminhado aos operadores do sistema socioeducativo, preservei algumas terminologias utilizadas.

Citando uma publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Costa (2006b, p. 25) utiliza o provérbio “o mundo que temos hoje nas mãos não nos foi dado por nossos pais; na verdade, ele nos foi emprestado por nossos filhos” para expressar a premissa da Convenção e de todos os regulamentos internacionais dessa época concernentes à infância de que as crianças e os adolescentes carregariam um valor projetivo, sendo portadoras do futuro, da continuidade de sua família, de seu povo, da sua cultura e da espécie humana. Por isso mesmo as legislações garantistas que vem nessa esteira buscam assegurar os direitos de crianças e adolescentes como uma forma de compromisso com o futuro, garantindo assim também direitos coletivos e individuais vindouros (COSTA, 2006b). De certa forma, o que se sugere é que é preciso que as crianças e adolescentes expressem esse carga projetiva que carregam de forma esquematizada e organizada, pelas metodologias que serão apresentadas.

O capítulo 2 do Livro 1 inicia-se com o título “Adolescência, risco e delito” e vai trazer a conceituação de adolescência na qual o material se apoia:

Quando encaramos o adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, percebemos que, tanto em termos físicos, como cognitivos e emocionais, ele já não é mais uma criança. Contudo, também ainda não é

uma pessoa adulta. Alguns autores costumam se referir a essa fase da vida como “um tempo de moratória” entre o fim da dependência característica da infância e o início dos deveres, responsabilidades e obrigações próprios da idade adulta (COSTA, 2006a, p. 30).

Parece-nos que o conceito de adolescência utilizado é aquele como um período de espera, uma moratória. De acordo com o pedagogo, esse seria um período difícil e de experimentações, no qual algumas vezes o adolescente “se perde”, mas que com o apoio da família, da escola e de outros suportes pode superá-lo com maior ou menor dificuldade. Esse se perder pode sugerir a existência de um caminho certo a se seguir e que demais rotas são entendidas como a perda do rumo, cabendo então à família, à escola e outros suportes buscar o adolescente e encaminhá-lo na direção correta.

A adolescência é um período da vida humana marcado por um *status* ambíguo entre a infância e a idade adulta. O adolescente vive o “não- mais”, em relação à criança que foi, e o “ainda-não”, em relação ao adulto que será. Esse é, pois, um período crucial do desenvolvimento do ser humano. É na adolescência que a pessoa é levada a defrontar-se com questões fundamentais como: (i) plasmar sua identidade pessoal e social e (ii) forjar seu projeto de vida (COSTA, 2006a, p. 22).

Essa premissa da necessidade de plasmar a identidade e forjar o projeto de vida durante a adolescência aparecerão outras vezes ao longo dos cadernos, como, por exemplo:

Em síntese, as ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida do adolescente, criando condições para que ele cumpra duas tarefas bem peculiares dessa fase de sua vida: i) plasmar sua identidade, buscando compreender-se e aceitar-se; ii) construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para assumir um lugar na sociedade e um papel na dinâmica sociocomunitária em que está inserido (COSTA, 2006d, p. 57).

Ou quando o autor afirma:

Temos, de um lado, o adolescente com o duplo desafio de plasmar sua identidade e construir seu projeto de vida. De outro, temos o desafio do educador de exercer a presença educativa na vida do educando (COSTA, 2006b, p. 61).

No mesmo sentido, outro trecho passível de destaque é:

Há um grupo de pessoas que diz ser importante trabalhar com os

adolescentes a questão dos direitos e deveres, da identidade, da autoestima, do projeto de vida, dos limites, da solidariedade, da democracia, da trabalhabilidade, do respeito, da cidadania, do novo mundo do trabalho e muitos outros. Estamos diante de temas que vão ao encontro do jovem que queremos formar, porque sinalizam indicadores que podem contribuir para o seu crescimento nos âmbitos da autonomia (ter bons critérios para avaliar e decidir), da solidariedade (ter uma inclinação sadia para se envolver de maneira desinteressada na resolução de questões que dizem respeito ao bem comum), da competência (ter capacidade para ingressar, permanecer e crescer no mundo do trabalho). Estamos, na verdade, diante de um elenco positivo de temas de ação educativa com adolescentes. (COSTA, 2006b, p. 56).

Para especificar essa necessidade de construção de identidade e projeto de vida, o autor busca suporte na educadora argentina Claudia Jacinto (1995 apud COSTA, 2006b, p. 59), dispondo que é na adolescência que o ser humano nasce pela segunda vez. No primeiro nascimento se nasceria para a família e para o mundo como novo integrante do convívio familiar, já que decorre do momento do parto. O segundo nascimento seria na adolescência, quando se plasma a identidade, ou seja, quando se toma consciência das responsabilidades, limitações e potencialidades, aceitando-se do jeito que se é, nascendo para si mesmo. No âmbito da sociedade, o segundo nascimento é a busca por um espaço dentro do dinamismo comunitário e social no qual se está inserido através da construção de um projeto de vida: “um sonho com degraus, um trajeto com passos que devem ser dados para atingir o objetivo almejado” (COSTA, 2006b, p. 59). Esse projeto seria uma visão de futuro, um vislumbrar de algo que ainda não aconteceu mas que, com esforço e dedicação, pode ocorrer e revestir a vida de sentido e direção. As tarefas desse segundo nascimento que ocorre na adolescência poderiam ser resumidas então em plasmar sua identidade e construir seu projeto de vida. A autora coloca ainda que a construção da identidade social do adolescente passa por dois processos: o biográfico, que parte da relação do jovem com a família, a escola e mercado de trabalho e define sua condição objetiva como ser social; e o relacional, associado à capacidade do adolescente de desempenhar os papéis esperados nos diversos âmbitos da vida social e conseguir com essa atuação o reconhecimento por parte dos outros e de si mesmo como pessoa (COSTA, 2006a).

Apresenta que para a vida dos jovens “incluídos socialmente”, a família funciona como uma rede de proteção que aciona os mecanismos necessários quando o adolescente experimenta situações de risco, a fim de “reintroduzi-lo na normalidade do seu cotidiano escolar, familiar e comunitário” (COSTA, 2006a, p. 23). A escola funciona como o centro da vida desses adolescentes e o trabalho se apresenta como uma profissão futura, para o qual

estão sendo preparados. O mesmo não ocorre para adolescentes de camadas populares ou, invertendo a própria lógica do autor, para os adolescentes “excluídos socialmente”, onde a escola é um lugar com presença enfraquecida, incapaz de responder às suas expectativas e necessidades e a família um peso com o qual ele tem a responsabilidade de arcar. A partir dessas colocações, o autor se pergunta:

Como se dão a construção da identidade e a socialização desses jovens? À vulnerabilidade, resultante do abandono da escola ou de uma considerável defasagem idade/série, soma-se a fragilidade da família, a requerer seu ingresso precoce e despreparado – tanto em termos de escolarização, como de capacitação – num mundo do trabalho cada vez mais complexo, exigente e competitivo (COSTA, 2006a, p. 23).

E continua:

É claro que, nessas condições, o mais comum é que o trabalho encontrado seja bastante precário. O que sobra para esses adolescentes é o exercício de funções desqualificadas no mercado formal ou, o que é mais comum, o trabalho informal, sub-remunerado, abusivo e explorador (COSTA, 2006a, p. 23).

Aponta, ainda, o adolescente como alvo da mídia que o ataca com apelos ao consumo desenfreado, contrastando com a realidade que lhe impossibilita oportunidades reais de inclusão e de acesso aos objetos de desejo. Nesse quadro, certas vidas são “desencaminhadas” (COSTA, 2006a, p. 24), fazendo com que um número reduzido de jovens entrem em rota de colisão com a legalidade e a moralidade de uma sociedade que falha em incluí-los:

A ausência de alternativas concretas, que lhe permitam viabilizar-se como pessoa, trabalhador e cidadão, acaba levando o adolescente a murar-se no imediatismo, esse insaciável devorador de horizontes, e na inconseqüência, a sua irmã siamesa. A partir daí, torna-se cada vez mais difícil o trabalho social e educativo com esses jovens. Agora, já não é a simples reposição do que lhes foi sonegado que os levará ao **caminho do normal crescimento de uma vida e de uma carreira**. Aqui, a existência já está comprometida em níveis mais profundos (COSTA, 2006a, p. 25, **grifo nosso**).

O autor conclui então que, “quase por intuição” (COSTA, 2006a, p. 25), a educação e a capacitação para o trabalho são pilares básicos de qualquer iniciativa para evitar que adolescentes nessa situação de vulnerabilidade e também para fazê-los retomar o caminho normal do desenvolvimento pessoal e social, arrematando que não seria possível ao jovem

olhar o futuro sem medo se não encontra perspectivas na educação nem no mundo do trabalho.

Enquanto a identidade seria questão central da dimensão pessoal, o projeto de vida pertence à dimensão profissional (COSTA, 2006b). Como se integra uma dimensão a outra e qual o caminho a ser percorrido para que isso ocorra é apresentado como “O caminho do desenvolvimento pessoal e social”, estruturado em doze etapas ou degraus, como exposto na figura abaixo.

4.1.1 O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL

O Caminho do Crescimento Pessoal e Social

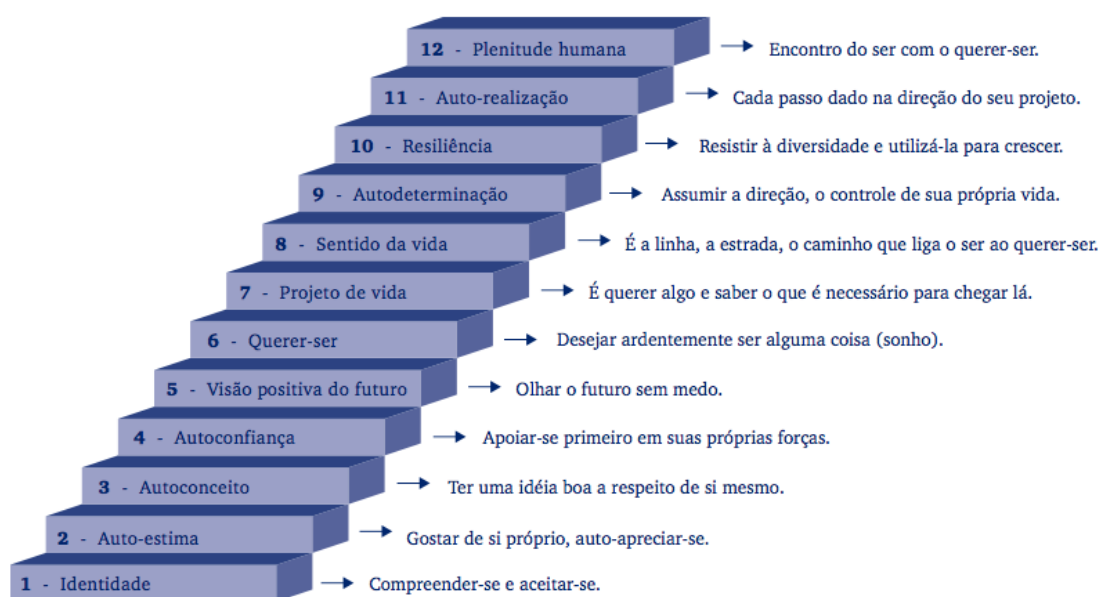


Figura 1 – Caminho do desenvolvimento pessoal e social

Fonte: COSTA, 2006d, p. 59

Costa (2006d) define esse caminho do desenvolvimento pessoal e social como contendo as etapas básicas do crescimento do ser humano, desde a sua identidade até a plenitude humana. Sustenta, ainda, que através desse esquema é possível explicar a apatia, indiferença, agressividade, sentimentos e comportamentos destrutivos que os adolescentes possam

apresentar frente às oportunidades educativas que lhes são oferecidas.

Nessa metodologia, a identidade é o primeiro degrau a ser trabalhado, o ponto de partida do desenvolvimento humano, também entendido como autoconsciência ou autocompreensão, sendo apresentada como requisito fundamental para a pessoa compreender-se e aceitar-se. É o encontro da pessoa consigo mesma, para depois conseguir encontrar com os outros. Compreender não é o mesmo que apreender, ou seja, compreender não estaria apenas na dimensão racional, também chamada pelo autor de *logos*, mas abrangeria o ser em sua totalidade complexa, integrando também as dimensões do *pathos* (sentimento), do *eros* (instinto ou corporeidade) e do *mytho* (espiritualidade). Aceitar-se seria dizer sim para si mesmo, reconhecendo suas forças e limitações, podendo então saber onde se apoiar para decidir e agir e também trazendo uma postura humilde para pedir ajuda e trabalhar em conjunto quando necessário, assumindo sua incompletude essencial. Somente com uma identidade positiva seria possível à pessoa ter um sentimento bom (autoestima) e uma boa ideia (autoconceito) a respeito dela mesma, ou seja, somente com uma identidade positiva é possível passar para os próximos degraus do desenvolvimento pessoal e social (COSTA, 2006d; 2006e).

O segundo degrau ou etapa do desenvolvimento seria a autoestima, que é o amor-próprio, o gostar de si mesmo, autoapreciar-se e ter um sentimento bom em relação a si próprio. Para que a autoestima possa aparecer, é preciso que a pessoa consiga encontrar consigo mesma e se aceite como ela realmente é. Para que a pessoa sinta que tem valor é preciso que ela saiba que tem valor para alguém, ou seja, para compreender-se e aceitar-se é preciso ser compreendido e aceito, sendo o outro um espelho existencial. De acordo com o autor, o adolescente espera mais da socioeducação do que um programa de tarefas bem definidas a serem cumpridas. É preciso que ele retorne a si mesmo e aos outros. Ele necessitaria que o educador seja um “espelho existencial”, que possa refletir virtudes, qualidades, valores, potencialidades e força, de onde o adolescente vai receber a sensação de ser compreendido e aceito ao menos para uma pessoa nesse mundo, o que é vital para que o próprio adolescente possa aceitar-se, compreender-se, e assim construir sua identidade e projeto de vida (COSTA, 2006a; 2006b). Alguém desencontrado de si não teria condições de realizar um encontro autêntico com os outros e por esse motivo a autoestima seria a base do aprender a conviver (COSTA, 2006d; 2006e).

O autoconceito enquanto terceiro degrau seria o reflexo da autoestima na razão, ocorrendo não no nível afetivo mas cognitivo, apresentando-se como a ideia boa que a pessoa

tem a respeito de si mesma. Por esses motivos não seria possível alguém ter um autoconceito positivo e uma autoestima negativa e, se isso ocorre, seria uma inautenticidade. Para que o autoconceito positivo possa se formar, é preciso que todas as outras etapas já tenham sido cumpridas, ou seja, a pessoa precisa gostar de ser o que é, ter amor-próprio, compreender-se e aceitar-se em suas forças e limitações (COSTA, 2006d; 2006e).

O quarto degrau é a autoconfiança, que seria o resultado do conhecimento que o ser humano tem a respeito do seu próprio potencial. Não se confunde, no entanto, com autosuficiência, que seria uma imaturidade enquanto autoconfiança exacerbada, alguém que não reconhece seus limites. Uma pessoa que se mostra autossuficiente demonstraria então que sua autocompreensão e autoaceitação estão em níveis insuficientes. Ser autoconfiante é “saber-se dotado de pilares interiores” e de uma disposição saudável que lhe possibilitam apoiar-se primeiro em suas próprias forças, sabendo também que, se for preciso, é possível buscar ajuda e atuar em grupo (COSTA, 2006e, p. 95).

A visão positiva de futuro, também apresentada como autovisualização, é o quinto estágio do desenvolvimento pessoal e social proposto por Antonio Carlos. Seria a capacidade de sonhar acordado, de olhar o que ainda está por vir de forma destemida, de enxergar o que o futuro lhe aguarda nos próximos anos e empenhar-se em fazer com que aconteça do jeito que se quer:

Hoje, sabe-se que as pessoas que são capazes de construir uma imagem positiva, abrangente, detalhada e profundamente entranhada do próprio futuro têm mais probabilidade de vê-la realizada do que as que não conseguem visualizar, de forma nítida, o que pretendem fazer com suas vidas nos anos que virão (COSTA, 2006e, p. 95-96).

Ainda distingue o sonhar acordado do fantasioso, colocando o sonho como uma visualização do futuro sem se desprender das circunstâncias e do que seria possível enquanto a fantasia é a imaginação correndo solta sem apegos ao mundo real. A visão de futuro deve se desprender também do imediatismo, indo além dos estímulos positivos e negativos que nos chegam através do ambiente inserido (COSTA, 2006d).

O sexto passo é a autodeterminação, também chamada de querer-ser pelo autor, que seria o impulso vital do ser humano pela construção de um futuro correspondente às suas expectativas. Seria a autodeterminação, então, a base da disciplina, enquanto essa vontade organizada que vem do discípulo e não é imposto por um externo, não se confundindo então

com regime disciplinar. A vontade por sua vez seria o conjunto de recursos internos da pessoa que a leva a dar diretividade para a sua vida e controle aos acontecimentos. Também seria uma postura desejosa e positiva diante do futuro, não se relacionando, portanto, com as decisões tomadas no passado. Afirma que quem se posiciona dessa forma na vida é capaz de projetar seus desejos no tempo e imaginá-los realizados. Aqui já se coloca uma distinção que seria uma passagem da dimensão pessoal para a profissional, pois o autor complementa que na educação para o trabalho também seria preciso que o adolescente compreendesse (nível cognitivo), aceitasse (nível afetivo) e praticasse (nível atitudinal), de forma que só assim, abrangendo o seu todo, seria possível a ele se autodeterminar profissionalmente, construindo seu querer-ser no mundo do trabalho (COSTA, 2006d; 2006e).

Chegamos enfim ao sétimo degrau, intitulado projeto de vida ou autoproposição, conceituado como um sonho com degraus. Seria a capacidade de traçar uma proposta com objetivos e metas a curto, médio e longo prazo, e também em várias dimensões da vida: estudo, trabalho, vida conjugal, espiritual e financeira. Ter um projeto de vida aparece como uma obrigação existencial de todo ser humano:

Toda pessoa deve ter um projeto de vida. Todos nós devemos ser capazes de ter uma visão de como queremos que a nossa vida venha a ser dentro de um certo número de anos. Devemos ser capazes de fazer uma prefiguração da realidade em nossas mentes e encadear, sinergicamente, uma série de atos e ações que convergem entre si para sua viabilização. (COSTA, 2006b, p. 74).

Seria possível perceber quais seres humanos tem um projeto de vida, pois essas pessoas sabem onde estão, aonde pretendem chegar, quais as etapas que irão passar e como deverão agir para chegar onde querem. Ainda que ocorram eventos inesperados que dificultem ou facilitem o caminho, a “mente autopropositiva” já tem itinerários pré-estruturados que dão rumo ao seu tempo, esforço, energia e recursos (COSTA, 2006e, p. 97). Quem não tem um projeto de vida claramente formulado pode se perder em “três tentações”: viver em nostalgia, buscando reconstituir o passado no presente; viver no imediatismo, fechando-se no presente e alheio aos ensinamentos do passado e visões de futuro; ou viver na fantasia, buscando um futuro desconectado do passado e do presente.

Para que o projeto de vida seja bem estruturado ele deve responder a três dimensões essenciais: 1 – qual é o seu plano de vida; 2 – qual é o seu plano de carreira; e 3 – qual é o programa de ação para os próximos períodos. Articular essas três dimensões possibilitaria verificar se o projeto de vida está baseado em objetivos coerentes, ou seja, se existe lógica

entre o plano de vida, de carreira e as ações a serem tomadas para que possam se concretizar. Assim, o plano de carreira só ganha sentido se contribui para o plano de vida e o programa de ação só tem significado se contribui para a vida e a carreira (COSTA, 2006b).

Com o projeto de vida estruturado, o próximo e oitavo degrau é o sentido da vida ou autotelia, colocado como todo o caminho entre o que se é e o que se deseja ser na trajetória da existência humana, de forma direcionada, com um rumo traçado como uma linha pontilhada em um mapa (COSTA, 2006e). Para fundamentar sua posição, Antonio Carlos busca a Antropologia Filosófica de Edvino A. Rabuske: “Quem não tem valores e fins válidos, que dão, à sua vida, sentido e orientação, este não sabe mais, em tudo isso, nem porque e nem para onde. Sente um vazio interior, um profundo mal-estar e se revolta contra tudo isso” (RABUSKE, 1995 apud COSTA, 2006e, p. 98). Assim, tudo o que faz com que a pessoa avance na direção almejada faz sentido para ela, enquanto o que a desvia desse caminho não faz sentido. Mais uma vez, o autor termina a etapa existencial apresentada fazendo relações intrínsecas com o mundo do trabalho. Aponta que, se o trabalho torna-se apenas uma ferramenta para a subsistência, ele deixa de ter sentido em si mesmo, sendo apenas um meio, deixando então de ser fonte de autorrealização. É nessa busca de sentido e nos seus esforços de resposta que vai fundamentar que é essencial a construção de filosofia de vida a partir do mundo do trabalho, talvez para que o trabalho não se torne essa atividade esvaziada de sentido (COSTA, 2006e).

O nono degrau é o da autonomia ou autodeterminação, conceituadas como a capacidade de reger-se por critérios próprios, tomando decisões a partir de suas crenças, valores, pontos de vista e interesses, assumindo a direção de sua vida e tornando-se agente da transformação. O autor também relaciona autonomia com liberdade, apontando ser possível três abordagens: a “liberista” [sic], que seria uma exacerbação da visão liberal, onde a liberdade não está restrita aos desígnios do indivíduo; a determinista, onde o ser humano se tornaria livre na medida em que se torna ciente dos condicionamentos econômicos e culturais que o afetam; e a personalista, onde a liberdade é a participação no “ato” de criação (COSTA, 2006e, p. 98). No trabalho socioeducativo o que se busca seria a terceira abordagem e o autor traz o exemplo do Plano Individual de Atendimento (PIA), ainda não chamado dessa forma e colocado como Programa de Ação (PA), que seria o momento de participação do educador/técnico e do adolescente/educando na criação das normas que vão reger as atuações e os resultados a serem obtidos:

Na gestão do trabalho socioeducativo, educador e educando, na primeira metade da tarefa educativa (planejamento), discutem um Programa de Ação (PA). Este é o momento de **participação de ambos no ato criador das normas** que, na segunda metade da tarefa educacional (execução), vão reger a forma de atuar de cada um no esforço de geração dos resultados pactuados. A partir do **pacto psicológico** firmado, o educando fica livre para decidir e agir dentro dos limites estabelecidos no seu PA, os quais foram estabelecidos com a sua participação e o seu acordo (COSTA, 2006e, p. 99, **grifos do autor**).

E então o autor aponta como conclusão óbvia que uma filosofia de vida centrada no trabalho e na educação tem um ser humano como fonte de liberdade e autonomia, iniciativa e ação, de compromisso e responsabilidade. A liberdade e consequentemente a autonomia não seria então a ausência de limites, mas a participação consciente da pessoa na construção dos limites nos quais ela deverá decidir e agir.

Após compreender-se e aceitar-se, cultivar o amor-próprio e uma boa ideia de si mesmo, reconhecer seu potencial e suas limitações, sonhar com algo possível, ter vontade organizada, disciplinada e direcionada no tempo em um plano/projeto, elaborar essa direção enquanto caminho existencial, e criar limites como expressão de liberdade chegamos à décima etapa, a da resiliência ou autopreservação. Considerando a resiliência como um termo do estudo das resistências dos materiais e utilizando observações de psicólogos sociais americanos e holandeses que afirmam que as pessoas também tem essa capacidade frente às adversidades, a resiliência seria a capacidade de não se entregar às adversidades e, ao contrário disso, ainda utilizá-las a seu favor para o crescimento pessoal, profissional e como cidadão (COSTA, 2006d; 2006e). A resiliência não seria uma qualidade, mas um conjunto de qualidades corretamente articuladas e desenvolvidas, sendo elas: (a) a capacidade de identificar um sentido e um significado para a vida; (b) a capacidade de sentir-se aceito por pessoas significativas em sua vida; (c) o sentimento de ter algum tipo de controle sobre o próprio destino; (d) autoestima; (e) senso de humor. Cita, ainda, como grandes exemplos de resiliência as histórias de Anne Frank e da Bíblia. Seria através da resiliência, então, que se enfrenta as situações adversas do mundo do trabalho ou fora dele, possibilitando a continuidade do caminho do desenvolvimento pessoal e social (COSTA, 2006e).

O penúltimo degrau é o da autorrealização. Entendendo a realização humana como processo e não resultado, a autorrealização seria a capacidade de se entusiasmar com os pequenos feitos, com cada passo dado rumo aos grandes objetivos, almejando sempre mais e melhor, impedindo que forças de deterioração se instalem e exerçam um peso descendente.

Parte do princípio de que a realização funciona para as organizações numa perspectiva empresarial, funcionando também para as pessoas, enquanto certeza de que não se está parado e se está no caminho certo, ainda que não se tenha atingido plenamente todos os objetivos e metas. Dessa forma, “o presente passa a ser moldado pelo futuro” (COSTA, 2006e, p. 101). Tornar reais as potencialidades de cada um seria o que se chama desenvolvimento humano. Conforme se cresce, se desenvolve, se realiza. Autorrealizar-se seria, então, dar significado à sua presença no mundo de forma prática, perante si mesmo e os outros, preenchendo a existência de sentido.

O final do caminho do desenvolvimento pessoal e social seria a plenitude humana ou a autotranscendência, o encontro do ser com o querer-ser de cada um, possibilitando, assim, um ir além de si mesmo. Antonio Carlos novamente recorre à Antropologia Filosófica de Edvino A. Rabuske:

Podemos definir o sentido como aquilo mediante o qual algo se torna compreensível e apreciável. Não é o simples fato de existir, mas algo mais: razão, fundamento, verdade, valor. Este algo mais surge da participação do ente num todo que o transcende e que o engloba. Sentido é o enquadramento do particular, tomado em sua realidade integral, num todo abrangente. O sentido dum ente é inseparável de uma conexão de sentido. Esta pode ser de diversas espécies: a vida, a cultura, o mundo, a história universal. Mas também essas grandezas, porque são finitas e em constante transformação, apontam para um centro de sentido (RABUSKE, 1995 Apud COSTA, 2006e, p. 102).

E continua:

Passando do conceito contextual para um conceito intencional de sentido, é um fenômeno indiscutível que o homem procura autotranscender-se. Tem a tendência insopitável de superar-se a si mesmo, de ir além do que é faticamente, de realizar ulteriores possibilidades. (RABUSKE, 1995 apud COSTA, 2006e, p. 102).

Dessa forma, toda e qualquer esfera de atividade humana teria a autotranscendência como destino e desejo no horizonte. Alguns exemplos que o autor traz são a colação de grau depois de anos de estudo, o casamento depois de anos de aproximação, o reconhecimento profissional pelo qual se lutou por anos. Nesses breves momentos o ser e o querer-ser se encontram em instantes de plenitude humana (COSTA, 2006d; 2006e).

Como é possível observar, além da dimensão que seria “pessoal”, o autor vai enlaçando os degraus do caminho do desenvolvimento social com conquistas escolares e profissionais. A

partir disso, Antonio Carlos vai ressaltar como resposta óbvia ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa o trinômio família – escola – trabalho, que deveriam ser entregues mediante políticas públicas ou solidariedade social. Ressalta, ainda, que na prática é difícil encontrar iniciativas que articulam corretamente essas três dimensões consideradas essenciais para ele em uma política para a juventude. (COSTA, 2006a).

2.4. Projetividades e adolescências

A fim de nos aprofundarmos na discussão sobre projeto de vida, realizamos um levantamento nos bancos de dados da Scielo e da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) propondo cruzamento entre os descritores “projeto de vida” e “socioeducação”, ou ainda combinando com “medidas socioeducativas” que nos ofereceram 4 resultados para a Scielo e 26 resultados para o BVS. Desses, consideramos 8 que realmente tratavam de algum contato com a socioeducação, sendo que os demais traziam relações de projetos em saúde ou educação e não necessariamente com adolescentes. Desses, cinco traziam projetos sociais em contato com a socioeducação (ANTUNES; SILVA, 2018; MOREIRA; SOUZA, 2017; MAGALHÃES; MALTA, 2015) ou projetos de sociedade (COSTA; SOUZA, 2012). Outros três, apesar de citar o projeto de vida enquanto proposta da socioeducação, não o apresentaram como eixo de análise ou não apresentaram delimitação conceitual sobre (DIAS *et al*, 2015; LIMA; PEDRO, 2018; MARINHO *et al*, 2019).

Considerando o resultado obtido, resolvemos ampliar a busca e combinar “projeto de vida” com “adolescência”. Dentre os achados, encontramos uma revisão de literatura sobre definições de projeto de vida na adolescência (DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015), que será um texto base deste item. As autoras realizaram pesquisa na Biblioteca Virtual de Saúde e no PsychNet da American Psychological Association buscando trabalhos que relacionem projeto de vida, concentrando-se nas definições de projeto de vida apresentadas, com recorte entre os anos de 2000 até 2012.

Salientam que o tema “projeto de vida” não é novo na psicologia, sendo estudado especialmente pela psicologia do desenvolvimento. Do levantamento, concluíram que a maioria dos estudos não apresenta uma definição explícita de projeto de vida, sendo que os que não apresentam nenhuma delimitação conceitual apenas relacionam projeto de vida com ações específicas para verificar sua efetividade e aplicação. Outros não apresentam delimitação conceitual clara do que seria projeto de vida, mas esboçam articulações,

relacionando projeto de vida com vivências na infância, religiosidade e projeto de vida, projeto de vida como a adaptação do sujeito à realidade, ou projeto como busca humana de superação de uma situação objetiva. Aqueles que apresentam uma definição, trazem uma diversidade de definições, sendo elas: (a) a apresentada por Damon *et al* (2003 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) e utilizada pela maioria dos trabalhos em inglês, entendendo projeto de vida como modo de alcançar alguma coisa e de transformar a realidade; (b) projeto de vida como estrutura psicológica, apresentado por D'Aurea-Tardeli (2010 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) ao realizar estudo com jovens do ensino fundamental em uma escola pública de Santos - São Paulo; (c) como ação de escolher, colocado por Leão *et al* (2011 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) em estudo com adolescentes do Ensino Médio no Pará; e (d) projeto de vida como aspirações, conforme sustentado por Nascimento (2006 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) que também conduziu trabalho junto aos adolescentes do Ensino Médio em Belém do Pará. As autoras entenderam que o número reduzido de trabalhos que apresentam definições de projeto de vida ocorre por uma dificuldade de delimitação conceitual intrínseca do tema e também pela diversidade de perspectivas teóricas que inspiram e sustentam esses estudos, o que causam implicações metodológicas e de análise de resultados.

Letícia Dellazzana-Zanon e Lia Freitas (2015) ainda realizaram aproximações dos estudos analisados, verificando as conexões trazidas entre projeto de vida e fases do desenvolvimento, sentido da vida, contexto cultural e inclusão do outro. No que tange à relação fase do desenvolvimento e projeto de vida, a primeira aproximação é a concordância de diversos autores de que o projeto de vida começa a ser construído na infância, sendo influenciado pelo convívio familiar e comunitário. Apesar de iniciado na infância, para Nascimento (2006 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) o projeto de vida adquire maior clareza durante a adolescência por conta das demandas biopsicossociais e, para Locatelli *et al* (2007 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) isso ocorre porque a adolescência é fase do desenvolvimento onde o indivíduo tem o dever de construir um projeto de vida. Erikson (1968/1976 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) apresentava que as resoluções ofertadas para a crise de identidade do adolescente seriam a base para a construção de seu projeto de vida, que seria então a orientação dos objetivos fundamentais de um indivíduo, e por essa razão essencial na composição da identidade e do bem-estar individual. Dessa forma, projeto de vida estaria intimamente ligado ao bom desenvolvimento do adolescente. Locatelli *et al* (2007 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015),

acompanhado de Borges e Coutinho (2010 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015), também relacionam a adolescência como momento propício para a construção do projeto de vida por aproximarem projeto de vida de escolha profissional e colocarem que é nesse período que se realiza a decisão quanto ao futuro profissional.

Pode-se, então, pensar que a construção do projeto de vida acontece, de diferentes modos, ao longo de todas as fases do desenvolvimento humano: (a) inicia na infância, por meio da convivência familiar e social, (b) torna-se uma possibilidade concreta durante a adolescência, considerando-se os avanços cognitivos, afetivos e morais próprios deste período do desenvolvimento e (c) por seu caráter de projeção futura, envolve toda a vida adulta. O projeto de vida é especialmente importante durante a vida adulta, uma vez que ele pode funcionar como um guia para a vida do indivíduo. Assim, dependendo das ações do sujeito, o projeto de vida poderá ou não ser concretizado. (DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015, p. 288).

Piaget e Inhelder (1955/1976 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) também vão apresentar a importância do trabalho para o adolescente como realização de uma tarefa efetiva, transformando sonhos em realidade. Para os autores, considerando a capacidade do pensamento, a adolescência seria o período onde se torna possível a construção do projeto de vida, o que também se relaciona intrinsecamente com a capacidade do adolescente de constituir sua vontade e hierarquizar valores. Piaget (1964/2007 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) vai apresentar que o programa ou plano de vida constituiria um fator de formação da personalidade, participando do processo de integração do adolescente no mundo adulto. Através de estruturas formais, ou seja, da organização de regras, valores e afirmação da vontade, seria possível ao adolescente criar hipóteses e “ultrapassar as fronteiras do real”, servindo ainda como fonte de disciplina para a vontade. Através dessa construção de um programa de vida, poderia a personalidade se constituir. A vontade é tema importante para Piaget e se relaciona ao projeto de vida, pois seria através dela que hierarquizamos valores e priorizamos nossas ações e as planejamos, sendo esse planejamento o projeto de vida. Assim, de acordo com Freitas (2003; 2011 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015), analisando Piaget: “há vontade quando, após oscilarmos entre um prazer tentador e um dever, optamos pelo dever” e “o sistema de valores da pessoa é que define quais os fins de sua ação, ou seja, em que ações, em que projetos, ela investe suas energias” sendo que esses valores se apresentariam em escala, e a hierarquia que se configura entre eles é determinante na razão de ser do indivíduo e seu sentido da vida, sua direção e significado.

Já apresentada a relação entre projeto de vida e sentido da vida para Piaget, outros autores também relacionam esses conceitos, entendendo o sentido da vida como direção do projeto de vida, que aparece explicitamente em Damon *et al* (2003 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) como a “intenção de alcançar algo significativo para si e que gere um compromisso produtivo para além de si”, ou ainda como o rumo organizador da vida do indivíduo, que para Marcelino *et al* (2009 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) é uma organização multidimensional, abrangendo dimensões socioafetivas, sociocognitivas e espaçotemporais. O sentido da vida estaria também relacionado ao significado daquelas ações, entendido em Damon *et al* (2003 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) como significativo o suficiente para manter o interesse no projeto de forma voluntária e automotivada. Para Francis (2000 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) o sentido da vida proporcionado pelo projeto de vida seria “o que faz a vida valer a pena”, argumentando ainda que o suicídio seria o destino de um processo de perda de sentido da vida.

O projeto de vida também é encarado como um dentre os seis elementos principais para o bem-estar psicológico, entendido como o elemento dos objetivos, intenções e senso de direção que habitam indivíduos com funcionamento positivo e que proporciona a sensação de vida significativa.

Na relação projeto de vida e contexto cultural, a construção do projeto de vida aparece articulado às relações que o indivíduo estabelece com a sociedade concreta, sendo que passado e presente devem ser considerados na construção do projeto de vida já que ocorrem transformações de uma geração para a outra, impactando o social e o cultural. Leão *et al* (2011 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) aponta que é necessário criar um projeto de vida que seja possível de ser concretizado no contexto socioeconômico e cultural que se insere, e Furlani e Bonfim (2010 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) acreditam que um posicionamento crítico diante de si e do meio em que se vive é componente necessário para a construção de um projeto de vida. Considerando os posicionamentos de todos os estudos analisados, as autoras concluem que não se pode desvincular o projeto de vida do adolescente da sua realidade sociocultural, salientando ainda a posição de La Taille (2009 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) para quem viveríamos “tempos de mal-estar moral” que dificultariam a construção dos projeto de vida, sendo necessário então, a sedimentação de uma história pessoal para conseguir construí-lo.

Na relação projeto de vida e inclusão do outro, de acordo com a definição de Damon *et*

al (2003 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015), utilizada em diversos trabalhos, todo projeto de vida deve acompanhar um compromisso produtivo que inclua o outro. Em Bronk (2008; 2010 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) essa inclusão aparece na necessidade do projeto de vida ser significativo para outras pessoas, além de si próprio. A partir dessas colocações, Hill *et al* (2010 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) vai concluir que projeto de vida tem sido entendido como uma intenção pró-social. Já alguns autores (ANDRADE, 2012; D'AUREA-TARDELI, 2008; MIRANDA, 2007 apud DELLAZZANA-ZANON; FREITAS, 2015) acreditam que existem dois tipos de projeto de vida: os conectados e os desconectados, sendo que os primeiros colocariam outras pessoas, grupos e instituições de forma central e os segundos considerariam os outros como um meio para alcançar o fim desejado, sendo possível portanto projetos de vida que não incluam o outro.

Esta revisão nos permite situar dimensões recorrentes da relação projeto/adolescência que circunscrevem o projeto em relação ao bom desenvolvimento, seja como adaptação do sujeito à realidade, seja como superação de uma situação objetiva, sendo mais raras as tematizações sobre projeto que o circunscrevem sócio-politicamente, segundo os quais viveríamos “tempos de mal-estar moral” que dificultariam a construção do projeto de vida.

No caso dos adolescentes selecionados pelo sistema de justiça, esta leitura projetivista tem pertinência? Passamos a olhar, então, informados também por Michel, perspectivas críticas à projetividade.

2.5. Michel, o tempo e o inominável

O MENINO QUE TINHA DOIS CORAÇÕES:

Lembranças de 2016 a 2019 – Diário de 13/11/2019:

Estávamos esparramados no chão, aproveitando o gelado do piso para refrescar o calor que fazia. Foi sorte conseguir atender com aquela sala desmontada, sem a mesa de atendimento e as cadeiras austeras, que agora se acovardavam em um dos cantos, cobertas por tecidos coloridos. O chão também se misturava nas cores das chitas espalhadas e nas almofadas colocadas em clima acolhedor para o grupo de mulheres que havia acontecido poucas horas atrás. Eu tinha uma tarefa difícil. Michel chegou para atendimento aos 13 anos, no dia

21/06/2016. Os olhos grandes como a lua cheia na pele escura da noite. Foi um dos primeiros adolescentes que acompanhei. Muito calado, dificilmente compartilhava algo sobre si, preferindo realizar outras atividades, como jogar ping-pong, onde eu sempre ganhava, ou confeccionar pipas e jogar dominó, onde ele era imbatível. As pipas que eu fazia “não desbicava”, contava o menino, tirando um sarro. Ainda assim me ensinava a fazê-las. Do dominó nunca me contou o segredo, rindo boa parte da partida, já sabendo da vitória. Uma situação familiar muito difícil, muita miséria, o pai preso há anos e a mãe presente em ausência. Começou a trabalhar aos 10 anos para ter seu próprio dinheiro, principalmente para conseguir garantir o que comer e comprar alguns mimos, que logo iam embora quando precisava vendê-los para ter dinheiro de novo. Bicicleta, tênis, roupa, celular. No fim do mês iam-se todos. Deixou a escola na quarta série e a pedagoga da nossa equipe avaliou que ele não havia sido alfabetizado completamente. Agora lhe exigiam que voltasse a estudar, como requisito para encerramento da medida. Tentamos inseri-lo no MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) para concluir a alfabetização antes de enfrentar a escola, tarefa que o menino aceitou mas não conseguiu cumprir. Contou um dia, muito tempo depois de realizado o encaminhamento, que chegou a entrar na casa onde funcionava o equipamento: entrou e logo saiu, não conseguiu ficar lá dentro. Também não tinha nenhum documento pessoal consigo, todos haviam sido perdidos em uma inundação. Enquanto para a certidão de nascimento oficiamos o cartório de registro, o RG não havia meios do adolescente tirar. A mãe já havia se comprometido a levá-lo, mas não efetivava. Nos dispusemos a ir com o adolescente, mas ele não queria. Ficou muito empolgado quando chegou a certidão de nascimento, foi quando aprendeu seu dia de aniversário. Hoje, no entanto, eu precisava conversar com ele para conseguir algo, por mínimo que fosse, para escrever no já atrasado relatório de acompanhamento, pois haviam se passado muitos sem ações consideradas “efetivas”. Fiquei feliz pela sala estar mais aconchegante, quem sabe ele se sentiria mais à vontade. Esparramados, ele deitado com a cabeça em uma almofada de coração e eu o olhava, apoiada nos cotovelos. “Michel, como você tá? Você sabe que chegou de novo o momento de eu escrever pro juiz e a gente precisa rever algumas coisas. Como vai ficar aquela situação da escola? Você quer mesmo tentar ir estudar com os outros meninos ou prefere tentar aprender a ler em um lugar específico pra isso?” Enquanto eu falava ele dava leves petelecos no meu braço e perguntava sempre: “Tá doendo?” Eu respondia que não e continuava a odiosa saga de conseguir alguma sustentação para um relatório que mantivesse o adolescente em liberdade. Alheio ao que eu falava, Michel pega a almofada de coração bordada com um “TE ADORO”, onde apoiava a cabeça, e me pergunta o que tá

escrito. Peço pra ele tentar ler primeiro, como exercício. “TEM A DOR RO” fala ele devagarzinho, puxando o R. “Quase lá. Tenta de novo”. “TEM A DOR O” repete o menino.

E de repente eu ouço, a dor no coração!

Lembro de um único atendimento no primeiro ano de acompanhamento onde, depois de alguma outra atividade já perdida no tempo, ele sentou no sofá da recepção e contou algo que destoava completamente de todo o resto. Me disse que tinha dias que o coração dele doía tanto, o peito ficava tão pesado que ele não conseguia levantar da cama e que ele achava que era depressão, porque tinha visto na TV e a mãe havia lhe falado. Aquilo me pareceu importante e nos encontros seguintes ao invés de perguntar se ele tava bem comecei a perguntar “e aí Michel, como tá o coração?”. Tirando algumas poucas respostas quando ele dizia que o coração tava “a milhão”, não se desenvolveu mais muita coisa a partir daí e eu comecei a achar que tava forçando o desenvolvimento de algo que ele não queria desenvolver.

Anos se passaram e agora esse coração doído aparecia de novo. Eu ali falando, pedindo para que ele me desse algo para o relatório, alguma ação possível dentro do formatinho designado do que os outros querem da socioeducação e ele me entregava novamente o que ele queria. O tempo todo esse coração que dói estava no atendimento, os petelecos e a constante pergunta “tá doendo?”, a almofada de coração na cabeça, o coração na cabeça. Perguntei do que doía, mas ele não sabia dizer. Pouco dizia sobre si e sobre os outros. Dizia que era preciso ser “cauteloso”, não sair falando as coisas por aí. O cauteloso que lhe mantinha atento e muitas vezes garantiu sua segurança era também o que não sabia falar de si. Emudecer, passar despercebido, desaparecer. Ele finalmente tirou um novo RG, mas só foi me apresentar mais de um ano depois. Na semana seguinte a isso, perde o documento. Segue sendo o menino que nunca entregou sua identidade.

Muito, muito tempo depois do dia do TE A DOR O, Michel pega uma caneta e disse que ia dar uma entrevista para a Rede Globo, que naquele cenário era eu. Já que ele finalmente se coloca em frente às câmeras, resolvo fazer perguntas e peço para que ele fale um pouco mais sobre ele. Na entrevista para a TV ele conta que, além de fazer as pessoas rirem, ser humilde, calmo e simpático, ele também tem um coração de ouro. O TEM A DOR O em algum momento virou A D'OURO: um novo coração foi produzido. Diferente do coração que dói e é cauteloso, o coração de ouro sobe no palco, canta, dança e manda umas rima falando sobre quem nasceu pra brilhar. Quando perguntado se ele nasceu pra brilhar Michel desvia os olhos, falando que ele acha que não, porque só nasce pra brilhar quem tem estrutura: família, casa, carro, estudo. “Quem tem dinheiro então? Quem tem ouro?” pergunto e ele

concorda com a cabeça. “E quem tem o coração de ouro, não nasceu pra brilhar?” e ele sorri, em um dos poucos momentos desarmado: “Depois dessa não tenho nem o que te responder”.

Diante de um projeto de medidas socioeducativas que exige um plano continuado, estruturado, direcionado, escalonado e racional como o proposto por Antonio Carlos, relacionando escola e trabalho com o desenvolvimento pessoal e social do adolescente rumo a plenitude, a socioeducação criada por Michel não dá respostas, não atende a solicitações.

O que ele procura na socioeducação é espaço para seu coração, que por tantas vezes dói uma dor não se sabe de onde, nem porque, impossível de nomear. O menino que tinha dois corações caminha sempre a seu tempo, ignorando as solicitações feitas pelo Judiciário, trazendo o coração para a boca somente quando esse resolve aparecer, e é isso que lhe importa na socioeducação. O tempo desse coração ora a milhão, ora cauteloso demais para dar as caras é um tempo que rompe o linear. Esse coração não sobre escadas, não assume compromissos, não fecha contratos. Apenas aparece, se precipita na leitura e nos petelecos do menino, às vezes até contra a sua vontade.

Seria então falha no acompanhamento técnico não forçar esse coração a falar? Deveria a técnica ter empurrado esse coração para que pudesse nomear sua dor, ou imputar interpretações para além do que era dito pelo menino, de modo que as normas e os fluxos burocráticos pudessem então dar uma destinação a essa angústia? Seria essa a angústia do coração do menino ou a angústia de um saber técnico falho, incapaz de garantir a plenitude humana e de responder a todas as solicitações?

Enquanto a pessoa que estava acompanhando aquele processo socioeducativo, não me furtava das demais responsabilidades do acompanhamento, realizando os encaminhamentos de cuidados com a saúde, as tentativas em relação à escola e a alfabetização, contatos com a cultura, o esporte e o fortalecimento da família. No entanto, entendi que o que Michel queria da socioeducação era outra coisa, ainda que fosse impossível declará-la como objetivo no Plano Individual de Atendimento.

Mais do que isso, acredito não só que não me cabia apressar o coração, quanto não era possível para mim oferecer diagnóstico ou remédio àquela dor. Michel me confirmava isso quando passava tempos sem trazer o coração para bailar, ainda que eu por ele perguntasse. Fui entendendo que esse coração era muito arisco, muito machucado e forçá-lo a aparecer, a nomear-se e a fazer algo que não fosse de sua vontade e no seu tempo seria mais uma violência. Por isso, quando ele aparecia, o que eu fazia era segurá-lo junto com o menino.

Sustentar conjuntamente esse coração que dói apostando que isso pudesse levar a algum lugar outro, onde nem eu, nem o menino, nem o coração sabíamos de antemão qual era, que acabou por dar em um lugar ouro.

2.6. Tensões do projetivo

Ainda que Antonio Carlos Gomes da Costa rejeite a abordagem da educação bancária criticada por Paulo Freire, se aliando a concepção da abordagem pedagógica das medidas socioeducativas ao encarar o educando como sujeito do processo educativo, como fonte de iniciativa, compromisso e liberdade, protagonista das ações no contexto familiar, escolar e comunitário, há que se perguntar o que ele pretende ao dizer “caminho do normal crescimento de uma vida e de uma carreira” (COSTA, 2006a, p. 31) ou ao colocar todas as etapas e compartimentos que significariam o desenvolvimento pessoal e social de todo ser humano (COSTA, 2006a, p. 25).

Como o autor oferece poucos indicativos de suas referências, especialmente no que concerne ao projeto de vida e ao desenvolvimento, buscamos encontrar suas bases na pesquisa de Raniere (2014). Nela o autor retrata Antonio Carlos Gomes da Costa como um intelectual e militante apaixonado, cuja contribuição foi enorme para os direitos da criança e dos adolescentes. Mas, assim como Mello Mattos, acreditava em uma utopia correcional, a reabilitação dos adolescentes infratores, tendo sido capaz de reavivar essa utopia a nível nacional, motivo pelo qual seria a face que melhor retrataria o que quer a socioeducação.

Apesar de bem intencionado, é ele quem introduz a socioeducação como “aprender a ser e a conviver”, metodologia que ao longo de sua vida e obra vai avançando em direção ao empreendedorismo. Esse “aprender a ser e a conviver”, objetivo almejado da socioeducação para os adolescentes, vai ignorar os processos contínuos de singularização, paralisando-os, sobrando conceitualmente apenas a identidade¹⁴. Mais do que a identidade fixa como ponto de

¹⁴ “Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. Essa referenciação vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação, quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira de identidade, sua impressão digital, etc. Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável (...) Ora, o que interessa à subjetividade capitalística não é o processo de singularização, mas justamente esse resultado do processo, resultado de sua circunscrição a modos de identificação dessa subjetividade dominante” (GUATTARI e ROLNIK, 2000, p. 68-69 apud RANIERE, 2014, p. 69).

partida ser no mínimo questionável, considera-se quase como se o adolescente não tivesse uma visão válida e positiva de si antes de submetido ao processo socioeducativo, ou, ainda, que algo nessa construção até então está errada e precisa ser, de alguma forma, reiniciada, o que explicaria então o ato infracional. :

O pensamento de Antonio Carlos Gomes da Costa é completamente identitário. Ele analisa tudo ao seu redor a partir de modelos circunscritos, como se a vida nos apresentasse caixinhas com propósitos, e nos coubesse segui-las ou conquistá-las. Dessa maneira o ser é destituído do processo de criação, da individuação, da singularização, de toda transdução. Antônio Carlos pensa a experiência existencial como uma escada que temos por obrigação ética subir. Nela, avançamos à medida que nos desenvolvemos, ou nos desenvolvendo à medida que avançamos. Trata-se de um pensamento linear, onde progredir, cumprir etapas, chegar à meta final é o que verdadeiramente interessa (RANIERE, 2014, p. 69-70).

O “aprender a ser” é então o aprender a corresponder ao modelo previamente definido, o “caminho do normal crescimento de uma vida e de uma carreira”. Inspirado pelo empreendedorismo, com o qual mantinha estreita relação, assessorando diversas empresas e sendo profundo admirador de Norberto Odebrecht (inclusive escreveu sua biografia), Antonio Carlos monta seu modelo para a socioeducação. Para Raniere (2014), as evidências se encontram nos paralelos possíveis entre os escritos das assessorias realizadas para as empresas e a assessoria feita para a elaboração do SINASE, bem como o paralelo temporal das obras, escritas em 2004. Dessa forma, o SINASE pretenderia ensinar empreendedorismo aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, instrumentalizando-se a partir do PIA, um planejamento para atingir metas.

É um aperfeiçoamento da fórmula disciplinar do horário para acordar, para rezar, para estudar, etc, atualizada pelo empreendedorismo. Um aprimoramento da utopia correcional para além da docilização dos corpos, a fabricação de sujeitos responsáveis e criativos, capazes de elaborar, planejar e atingir metas a todo tempo, “administrar a identidade, tornar-se um empresário de si” (RANIERE, 2014, p. 76).

O “aprender a conviver”, como complementar do “aprender a ser”, paralisa a relação no dever, na responsabilidade individual, a ser fundamentada nas escolhas enquanto movimentos individuais. Analisando o dispositivo do desenvolvimento em sua tese, o magistrado Melo (2019) pode indicar outros direcionamentos críticos. O autor aponta logo de início que o desenvolvimento é tema largamente utilizado nos diplomas jurídicos vigentes da

infância e juventude, mas carece de discussões no âmbito internacional e especialmente no nacional, apontando uma certa naturalização em sua aplicação. Intrigado, busca os possíveis efeitos que a falta de um debate amplo sobre o tema pode gerar na subjetivação jurídico-política de crianças e adolescentes. Fazendo ampla leitura dos diplomas nacionais e internacionais, incluindo dentre outros a Convenção dos Direitos da Criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, o magistrado divide as abordagens do desenvolvimento em três eixos: i) desenvolvimento como objetivo, meta a ser atingida, finalidade – problematizado a partir da ideia de projeto, plenitude e autonomia; ii) como condição especial de crianças e adolescentes – colocando como questão se seria o processo de desenvolvimento algo específico e circunscrito a crianças e adolescentes e o que essa delimitação implica em sua subjetivação jurídico-política, bem como qual temporalidade do direito se aplica a esse processo; e iii) como normalidade – ou normalização, numa análise crítica.

Embora toda a construção da tese seja matéria importantíssima para qualquer aplicador das políticas de infância e juventude, focaremos no momento na discussão a respeito de projetividade e funcionalidade. De acordo com os estudos do autor, no final do século XX as discussões sobre progresso trazem consigo o entendimento de desenvolvimento enquanto projeto. Partindo da leitura de Amartya Sen (2011 apud MELO, 2019), essa visão vai entender progresso como uma continuidade e evolução natural, dada através de estágios de desenvolvimento apresentados de forma rígida, em gradual apreensão do conhecimento e realização humana, a ser entendida como um bem estar integrado: moral, espiritual e material do ser humano. É possível perceber logo de início a conexão entre essa abordagem e as colocações do desenvolvimento pessoal e social escalonado que adentraram a socioeducação.

Para Sen (2011 apud MELO, 2019), liberdade econômica e política se fortalecem mutuamente, afirmando que o crescimento econômico traz melhora de vida e permite que sejamos seres sociais mais completos. Liberdade individual e desenvolvimento social se relacionam enredando as oportunidades econômicas, políticas e sociais que estão disponíveis ou não para cada indivíduo, considerando que a privação de liberdade econômica geraria uma privação de liberdade social, sendo o contrário também válido. Assim, desenvolvimento e liberdade aparecem em relação intrínseca, pois somente através da liberdade seria possível avançar no desenvolvimento, com o desenvolvimento consequentemente também sendo então um medidor da liberdade. Dessa forma, tempo, projeto e liberdade aparecem enquanto construtores dos direitos humanos. A liberdade para Sen é a flexibilidade de escolha possível,

sendo que essa aumenta de acordo com as capacidades disponíveis individualmente, que permitem a cada pessoa organizar e criar alternativas. Esse conjunto capacitário individual seria o conjunto de oportunidades reais da pessoa, por exemplo, seu acesso à educação, saúde, moradia, valorado a partir do uso otimizado que cada um pode fazer delas, calculado levando em conta um comportamento maximizador e a ausência de incertezas. Assim, o agente livre é aquele que, a partir de seu conjunto capacitário, promove mudanças de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de algum critério externo.

Apesar de Sen (2011 apud MELO, 2019) afirmar não existir um modelo único de desenvolvimento por haver uma multiplicidade criada a partir das experiências individuais, Eduardo ressalta que a teoria do autor se pauta claramente no mecanismo de mercado e sua relação com a liberdade, supondo que a expansão do mercado expandiria a renda, as riquezas e as oportunidades econômicas das pessoas, que então expandiria, por consequência, a liberdade. Ao invés de focar no capital humano, Sen defende ser necessário focar na capacidade humana, melhorar as escolhas reais que as pessoas possuem para que possam levar uma vida que valorizem, num retorno à abordagem integrada do desenvolvimento econômico e social defendido por Adam Smith, onde cada indivíduo faz um esforço natural de melhorar sua própria condição e que, se exercido com liberdade e segurança, pode sozinho e sem auxílio conduzir a sociedade à riqueza e prosperidade.

Sen segue, então, baseando sua concepção de liberdade e capacidade na teoria da escolha social, intimamente relacionada à ligação entre bem-estar e melhoria da justiça social: “A liberdade de escolha dá a oportunidade de decidir o que devemos fazer, mas com a responsabilidade pelo que fazemos” (SEN, 2011 apud MELO, 2019, p. 81). Nesse sentido, a teoria da escolha social se interessa nos mecanismos racionais dos juízos sociais e decisões públicas entre as alternativas que aparecem, entendidas como plausíveis, não buscando mundos considerados imaginários. É através dessa teoria que se fariam as escolhas a partir do conjunto de capacidades de cada indivíduo, que então valorariam suas possibilidades a partir das oportunidades apresentadas, que constituiria então seu nível de liberdade. Quanto maior a liberdade de escolha, sempre dependente da liberdade econômica, maior seriam as mudanças possíveis de serem realizadas, sucedendo um maior desenvolvimento social, aumento de riquezas e bem-estar. Cada agente atuaria apenas em interesse próprio, na expressão do *homo oeconomicus*, otimizando seus interesses, que podem ou não envolver outras pessoas. Essa configuração também só seria ótima em um regime democrático e economicamente liberal.

Melo (2019) então resume o posicionamento de Sen no desenvolvimento como

aumento de capacidade, e liberdade como uma ideia de realização produtora de mudanças, sempre relacionada a imagens e ações de expansão, melhoria, completude, aumento, valorização e potencialidade correlacionadas às lógicas de mercado, remetendo a um esquema produtivo e projetivo. Pelo posicionamento de Sen, qualquer abordagem crítica é entendida como imaginária ou idealista. Dessa forma, citando os estudos de Bauman sobre Sen (BAUMAN, 2001 apud MELO, 2019), desloca-se o discurso ético-político por uma sociedade justa para a dos direitos humanos, enquanto o direito individual de escolher conforme a sua vontade. Mas a vontade é medida pelo crescimento material, tanto da produção quanto do consumo, e não por serviços como lazer, saúde e educação. Assim, o autor arremata esse primeiro sobrevoo pelas ideias de Sen:

A premissa tácita que torna a equação crível é a de que a felicidade nos chega na sequência da satisfação dos desejos. A conclusão desse quase silogismo é de que o desenvolvimento é necessário, desejável e eticamente correto, porque aumenta o volume da felicidade humana, enquanto em outra rodada de raciocínio circular, essa conclusão é corroborada, repetidas vezes, pelas estatísticas de aumento de renda e do volume de comércio na parte desenvolvida do mundo (MELO, 2019, p. 83).

Utilizando Foucault, Melo (2019) salienta como o mercado, ao se tornar mecanismo de formação de verdade, muda o processo de concepção de liberdade. Enquanto anteriormente se entendia a liberdade enquanto direito natural existente a ser reclamado por toda sociedade, como nos ideais franceses, no utilitarismo inglês a liberdade é concebida como a independência dos governados frente aos governantes, havendo entre esses dois sistemas uma diferença essencial. A reivindicação por direitos humanos, então, levantaria sempre essa questão, se estariam sendo reivindicados pela perspectiva jurídica, aliada aos ideais franceses, ou numa perspectiva econômica, no modelo inglês. Assim, para Foucault, a liberdade não deve ser considerada como universal. Sobre essa segunda perspectiva da concepção de liberdade, prefiro utilizar as palavras do magistrado:

Esta liberdade liberal se refere, assim, a uma prática governamental que não se contenta em respeitar esta ou aquela liberdade; ela é consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar quando haja efetivamente um certo número de liberdades: liberdade do mercado, do vendedor, do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão e eventualmente de expressão. A nova razão governamental precisa, portanto, de liberdade, consome liberdade e é obrigada a produzir e

organizar a liberdade, sendo gestora da liberdade (MELO, 2019, p. 86).

No neoliberalismo, a nova roupagem transforma o formato empresa no regente de toda a sociedade, adentrando os corpos e o tecido social, de modo que a vida de cada indivíduo seja uma empresa permanente e múltipla. Se o liberalismo se concentrava em encontrar um espaço livre para o mercado na sociedade política, o neoliberalismo derrama seus esforços em reger todo poder político pelos princípios de uma economia de mercado. É essa lógica que adentra a infância enquanto projetividade e produtividade, através do *homo oeconomicus* e sua teoria da escolha social colocada por Amartya Sen. Nessa lente, todo jogo carrega como critério de valoração o interesse, sendo o *homo oeconomicus* o sujeito de interesse. O sujeito de interesse é guiado pela sua escolha individual, irredutível e intransmissível. Nesse contexto, a política social age apenas para garantir a entrada dos indivíduos no jogo econômico. Não é meta dessa política combater as causas da pobreza, somente seus efeitos, e a assistência se dará apenas para que se possa adentrar o jogo econômico, onde a partir de então cada um deverá ser uma empresa (MELO, 2019). Assim, o papel do Estado não é intervir no mercado e seus efeitos destruidores sobre a sociedade, mas na sociedade mesma, para garantir os mecanismos concorrenciais, enquanto liberdade.

A segurança social, portanto, é um instrumento do poder que indica maior autonomia dos indivíduos, embora, paradoxalmente, implique em maior dependência. O discurso da sociedade liberal se dá no sentido de garantir a “liberdade” de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, essa liberdade está condicionada à capacidade de se enquadrar na estrutura econômica e nos modelos sociais. Capacidade que esbarra nas contradições da sociedade capitalista, sustentada na especulação do mercado, onde uma das mercadorias é a força de trabalho. Portanto, segurança social, no sentido de oferecer independência ao cidadão, apenas opera para quem já está inserido em uma estrutura econômica determinada. Do contrário, a dependência operará por outras vias, que no Brasil se localizam nas políticas de assistência social (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, p. 55).

Ainda, nessa lógica, para que se produza liberdade ao mesmo tempo é preciso limitá-la, criando controles, coerções, a serem aplicadas por diversos modos de intervenção desenvolvidos a partir da segunda metade do século XVIII. Para Foucault, o custo dessa liberdade é a segurança, tanto frente aos fenômenos naturais quanto aos dos processos econômicos e sociais. Assim, em algum ponto, haverá a necessidade de proteger os interesses individuais de qualquer ameaça de limitação que possa surgir do interesse coletivo. A necessidade de segurança para garantir a liberdade coloca os indivíduos numa contínua

situação de perigo, fazendo que, às avessas, o imperativo cultural do liberalismo seja “o medo, e não a liberdade” (MELO, 2019, p. 90). O medo e a busca por segurança provoca uma exacerbação dos procedimentos de controle e a emergência das variadas técnicas disciplinares contemporâneas.

Assim, a lógica produtiva e projetiva que adentrará a infância tem relação intrínseca com a concepção de desenvolvimento enquanto liberdade, a teoria da escolha social e o indivíduo enquanto empresa. Podemos, ainda, fazer o paralelo da liberdade enquanto medo, necessidade de controle e segurança, como as políticas de proteção da infância que, como já vimos, muitas vezes se expressam enquanto domesticação e controle dos corpos.

Se debruçando sobre a concepção de produtividade na infância, Melo (2019) busca em Qvortrup suas referências. Sustenta o autor que a atividade escolar é um trabalho feito por crianças e adolescentes, já que lhes é cobrado frequência e produtividade, além de ser considerado um investimento numa mão de obra futura. No entanto, persiste a ideia de que crianças e adolescentes são inúteis e improdutivos na sociedade. O confinamento das infâncias à família, à escola e às áreas de lazer, sustentado por uma visão universalizante de infância, que a coloca enquanto receptáculos do conhecimento dos adultos, torna sua inserção social limitada e descontextualizada. Mais além, de acordo com Qvortrup perde-se sua utilidade social.

Nesse ponto, Melo (2019) salienta a despotencialização da crítica, pois na tentativa de tentar resgatar a produtividade da infância não é desfeita a ligação estrita colocada entre educação e cultura empresarial, ignorando a força política da educação enquanto espaço público de discussão e criação, atestando a continuidade da lógica funcionalista imanente ao sistema. O magistrado aponta, ainda, que tal posicionamento encontra-se também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao colocar como finalidade da educação em seu art. 2º “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” em leitura díspar do apresentado na Convenção sobre os direitos da criança, onde não se faz essa ligação. Como já apontado por Maria Lívia do Nascimento e Estela Scheinvar (2005) no capítulo anterior, para os pobres a proteção chegará como a obrigatoriedade de ingresso no mercado produtivo. Essa visão de educação torna-a um bem de consumo, onde estudantes e pais aparecem como consumidores que buscam garantir seus direitos de forma atomizada, sempre a partir do sujeito de interesse, o *homo oeconomicus*, esse indivíduo que realiza suas escolhas a partir do interesse próprio.

Para falar em projetividade, resgatamos Sen e a liberdade relacionada com a destreza

para realizar o que valorizamos, não importando qual é o processo através do qual essa realização acontece. A partir de uma base kantiana e smithiana, o projetar aparece como um movimento natural do ser humano, que relacionado à produtividade é a busca por resultados valiosos através da articulação entre processos e oportunidades, que resultariam em mudanças. Para Melo (2019), discutir projeto é uma questão central quando pensamos desenvolvimento, porque está intimamente ligado às ideias de progresso, crescimento, evolução e, conseqüentemente, liberdade. Como já apontado, essas questões necessariamente também remeterão aos limites e formas de intervenção na infância e juventude.

A fim de aprofundar as discussões sobre projeto, vai analisar a obra “Antropologia do projeto” de Boutinet (1990 apud Melo, 2019). Para ele, o projeto é uma das formas de antecipação do futuro a fim de domesticá-lo. Dessa forma, projeto é também uma forma de entender o tempo, nele apresentado como um movimento linear, tripartido (passado, presente e futuro) e irreversível ligado às raízes judaico-cristãs, relacionado às fases da vida (no passado o nascimento, no presente a existência atual e a morte futura). A forma com que vivemos essas fases relaciona-se principalmente com a valoração desproporcional que fazemos de cada uma, estimando sempre a parte mais longa de sua vida – quando novo, o que ainda não viveu e, quando velho, o que já foi vivido.

O presente ocupa uma posição peculiar nessa dinâmica, pois é o momento que mescla passado e futuro, carregando uma possibilidade propositiva a partir disso. O passado vivido traz a história social e pessoal do indivíduo, impactando o presente, enquanto o futuro apresenta ao mesmo tempo uma continuidade e ruptura com o vivido, pois é impactado pela racionalização crescente. Assim, progresso e projeto seriam a expressão do desejo humano de tornar-se criador, a capacidade de fazer história. Mesmo diante de uma cultura marcada pelo rápido descarte e produção contínua, o progresso aliado à tecnologia produz um discurso que almeja a permanência e o universal. O projeto estaria ligado a essa capacidade de criar do presente enquanto ligação determinante entre passado e futuro, expressão privilegiada da modernidade: “mais que o plano, o objetivo e a meta, o projeto, com sua conotação de globalidade, é destinado a ser integrado em uma história, contribuindo tanto a modalizar o passado que é presente nele como a esboçar o futuro” (MELO, 2019, pp. 100-101).

Assim, projeto aparece em Boutinet (1990 apud Melo, 2019) como uma antecipação operatória parcialmente determinada. A antecipação para o autor é uma das condições da liberdade, aproximando-se do desenvolvimento como liberdade de Sen, sendo a antecipação essa capacidade momentânea de suspender a direção dos acontecimentos para tomar um curso

diferente, numa construção aperfeiçoada e desejada para melhorar indivíduo e sociedade.

Boutinet (1990 apud Melo, 2019) ainda vai se aproximar do tema com recorte específico em relação a crianças e adolescentes, apresentando três perspectivas. A primeira é o que ele chama de idades de vida, entendidas como situações existenciais de projeto, onde de um ponto de vista psicológico dependendo do estágio de existência seria possível aos indivíduos antecipar o próximo estágio, num esforço de se tornar o que se antecipa. Um exemplo típico apresentado por Boutinet é o de orientação profissional na adolescência, quando ocorre um chamado de distanciamento da infância e aproximação do mundo adulto. Por meio de seus projetos, o adolescente explora novas relações entre o possível e o real. Os projetos tem tempos diferentes, curto, médio e longo prazo, sendo interconectados. Para o adolescente, um projeto a curto prazo seria, por exemplo, seus interesses prioritários de estudo. A médio prazo, o projeto de inserção socioprofissional. O projeto de vida seria o projeto a longo prazo do adolescente:

[...] o projeto de vida é um projeto sentimental e familiar que remete a um projeto de longo prazo concernindo o estilo de vida que o jovem conta adotar de agora a alguns anos (vida celibatária, marital, militância...) (BOUTINET, 1990, p. 84-88 apud MELO, 2019, p. 101).

Em nota de rodapé, Melo (2019) esmiuça de onde Boutinet (2015 Apud Melo, 2019) apreende tal conceito, do campo que o autor chamará de rudimentos teóricos de uma psicologia do projeto, onde a psicologia behaviorista e experimental vai se debruçar sobre o tempo futuro na figura do projeto, entendido como uma antecipação temporária e cognitiva com o objetivo de auxiliar na adaptação do ser humano; a psicologia humanista e fenomenológica entende projeto como a valoração de uma motivação ou aspiração do indivíduo no que ele escolhe fazer, favorecendo sua atualização; e uma corrente psicanalítica que entenderá projeto como a tensão feita pelo superego e que torna quase impossível a continuidade de ser criança para que se possa atingir o patamar adulto, nos lançando em busca de um estado de perfeição onde o reconhecimento e a satisfação só ocorreria pela sublimação (BOUTINET, 2015, p. 142-145 apud MELO, 2019, pp. 101-102).

A segunda aproximação que Boutinet faz do campo da infância e juventude é o projeto de desenvolvimento, que teria um viés socioeconômico e uma abrangência mais coletiva, onde tanto os atores sociais destinatários do projeto quanto aqueles que o elaboram estão implicados, em uma realização cooperativa em prol de uma finalidade social e econômica.

A terceira aproximação aparece nas práticas pedagógicas, entendidas como as ações destinadas a crianças e adolescentes relacionadas ao campo profissional, operatório e temporal. Em comum, essas subdivisões carregam uma mesma metodologia: a pedagogia do projeto. Boutinet (1990 apud Melo, 2019) critica as abordagens sempre positivas de utilização de projetos na educação, colocando o que para uns pode ser uma liberdade acordada, transforma-se em destino para outros, citando Sartre. Para além das questões existenciais, o projeto pode ainda apresentar-se mais como uma expressão carregada de conotações do que um conceito com denotações. Assim, a pedagogia do projeto pode produzir emancipação como também pode produzir sujeição, a depender daquele que o aplica.

Melo (2019) chama a atenção para quais possibilidades são oferecidas para que se escape desse “destino”, considerando que Boutinet entende que os alunos tem um papel secundário no projeto educativo, como também no projeto de desenvolvimento. Nessa metodologia do projeto, entende-se que os atores propõe uma iniciativa de mudança utilizando o projeto como princípio fundador, assumindo tanto a elaboração quanto a execução. Há, porém, uma divisão entre aqueles que pensam o projeto e aqueles que executam, além do projeto exigir uma resposta necessariamente inovadora, conectada a uma perspectiva individual, o que o afastaria de uma abordagem universal. Essa ligação com uma autenticidade individual, a necessidade de um núcleo autoral ou líder carismático mesmo em projetos coletivos que trazem soluções criativas para problemas complexos, explorando as oportunidades apresentadas, relaciona-se com a destreza apresentada por Sen. Resumindo, “o projeto será especificado por meio da implementação de uma estratégia apropriada, encarregada de governar a ação à vista do projeto e das circunstâncias consideradas sobre um certo número de recursos que se trata de inventariar, sobre os obstáculos a identificar em vista de contorná-los” (MELO, 2019, p. 104-105). Para provar as benesses dessa estratégia, apoia-se no reconhecimento social, que pode ser feito de forma informal com reações espontâneas, testemunhos, ou através do reconhecimento formal de uma instituição de autoridade, em geral aquela responsável pelo financiamento do projeto. Salienta Melo, então, que para Boutinet todo projeto tem autor e que projetar, nesse sentido, é sempre “se” projetar. Qual seria, então, o lugar dos demais nesse projeto intensamente individualizante? São considerados apenas até certo ponto. Percebe-se pelos mecanismos de validação do projeto que basta uma validação circunstancial, não havendo necessidade de uma avaliação real envolvendo aqueles afetados por sua aplicação, com estes ficando novamente em lugar secundário, posição que já ocuparam na elaboração, na execução e agora também na validação.

O magistrado tece diversas críticas à abordagem de Boutinet (1990 apud Melo, 2019) , em especial à ausência de uma dimensão política a ser levada em consideração na elaboração dos projetos, pois se consideram universais de autoconsciência e autodeterminação, bem como um reconhecimento identitário que levaria a produção de um sentido, desconectados de uma dimensão de subjetivação necessariamente determinada pelos outros e pelas relações de poder e saber. Há uma incessante busca pelo novo, sem se indagar a quem servem as novidades e que rupturas estão sendo de fato realizadas. O próprio Boutinet reconhecerá uma operação limitada e até tirânica do projeto moderno ao pretender uma ruptura com um passado que não foi revisitado e assumido, e ao presumir um futuro necessariamente melhor que o momento presente. A dimensão coletiva envolvida nos projetos necessariamente vão impor um “processo unificador destinado a produzir um laço social com tendência consensual, sem aprofundar as bases desse consenso, sobretudo num contexto de pouco relevo à alteridade [...]” (MELO, 2019, p. 106).

Esse consenso irá ignorar, ainda, as condições para essa cultura de projeto. Boutinet (1990 apud Melo, 2019) irá valorizar a ruptura da sociedade contemporânea com a tradicional em sua capacidade de projetar em direção ao que ainda não é, se posicionando em um tempo dilatado, quase imóvel, em contraposição às sociedades tradicionais que são reduzidas a uma dependência do inesperado, sempre afetadas pelo acaso, em um tempo irregular, concentrado, agitado, onde a peregrinação é um movimento necessário. Para Boutinet essa vivência imediatista ainda perdura nos excluídos e marginalizados das nossas sociedades, já que as necessidades do momento impedem o movimento de antecipação obrigatório para a construção do projeto. Assim, impossibilitadas de acessar as condições necessárias para a construção do projeto, mas obrigadas a construí-lo em troca de alguma ajuda subsidiária com a promessa de emancipação, essa população fica à mercê da desilusão e dos resultados decepcionantes, já que o projeto a elas imposto foi artificialmente construído, muitas vezes com um terceiro confiscando a posição de autor. A homogeneidade temporal citada também se aplicaria às crianças, motivo pelo qual a escola deveria modificá-las para incluí-las na cultura do projeto. Melo ainda afirma:

Na prática brasileira relativa a crianças e adolescentes, é a lógica do projeto que hodiernamente tem emergido como “salvadora”, emancipadora, embora como veremos, prevaleça uma dimensão interventiva, planificadora e instrumentalizadora quando da elaboração de planos de atendimento, sendo Boutinet invocado quando se trabalham esses planos (MELO, 2019, pp. 110-111).

O autor faz um paralelo dessa lógica projetiva com os Planos Individuais de Atendimento (PIA), instrumental elaborado para a previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas no contexto da Proteção Especial da Assistência Social, analisando os de medidas socioeducativas e de serviços de abrigamento. Apresenta que, apesar de serem instrumentais centrais no atendimento, a bibliografia é rasa, sendo os documentos governamentais a maioria das produções referenciais.

O PIA deve compreender o adolescente como sujeito de direito e exprimir as ações em duas vertentes: da proteção e da responsabilização, almejando o rompimento com a trajetória infracional e a autonomia do adolescente. A proteção embarcaria todas as ações governamentais e não governamentais referentes à garantia da proteção integral, enquanto a responsabilização seria a reflexão feita sobre a trajetória infracional, permitindo que o adolescente projete alternativas e faça escolhas, podendo se comprometer com sua escolarização, com sua saúde, com a cultura, novos vínculos comunitários e ofertas de profissionalização e inserção no mercado de trabalho. A partir dessas premissas, o PIA é construído através de uma leitura técnica interprofissional que avalia a realidade e necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias, sendo que na socioeducação há previsão legal expressa da necessária participação do adolescente e da família nessa elaboração. As escolhas e o projeto feito pelo adolescente podem adentrar o PIA, desde que pautados na reflexão e leitura crítica a respeito da realidade social em que vivem e incidem.

No entanto, Melo (2019) ressalta que não há uma metodologia que favoreça essa leitura crítica para além do atendimento individual e familiar, o que restringe sua atuação em mero instrumento técnico:

Os planos, deste modo, inserem-se no que Boutinet descrevia como projeto de orientação e de inserção de adolescentes, fundamentalmente como projeto de vida, mas numa perspectiva basicamente instrumental, e não crítico-existencial, muito menos política, pautada num “melhoramento” - em termos de desenvolvimento -, em que a crítica aparece como elemento marginal, meramente justificador, mas não orientador das práticas e metodologias (MELO, 2019, p. 116).

Ainda que a crítica apareça enquanto justificativa da elaboração, ali se restringe, transformando o PIA na prática em ferramenta de gestão de pessoas, próximo do que Donzelot (1980) havia chamado de inquérito social, como já apresentado no Capítulo 1 e agora

retomado por Melo (2019). O PIA transforma-se em instrumento técnico de compilação de informações e contratos que cercam a família, a criança e o adolescente, servindo como ponte na atuação entre Assistência Social e Judiciário. Não haveria, de fato, espaço para criação e participação por conta do jogo de poder embutido na sua elaboração, deixando apenas duas escolhas possíveis: sujeitar-se ou ser punido.

A partir das elaborações de Antonio Carlos, percebemos que a autonomia e a liberdade almejada para o adolescente na socioeducação seria um espaço delimitado no qual ele poderia construir conjuntamente com o institucional os próprios limites, a serem expressos na pactuação psicológica do PIA. Se seguirmos a lógica do autor, seria cômico se não fosse trágico pensar autonomia, criação e liberdade, que em tese deveriam abranger uma vida toda, revestida de sentido até a autotranscendência, confinadas enquanto elaboração conjunta com o institucional de limites expressos no PIA, vinculando o adolescente ao seu cumprimento, não apenas como obrigação legal, mas como meta de vida! Há que se levar em consideração, ainda, que por determinação do SINASE, essa pactuação do PIA deveria ser elaborada, apresentada e contratualizada, a ser entregue para o Judiciário em apenas 15 dias após o primeiro comparecimento do adolescente ao Serviço de cumprimento de medidas socioeducativas.

Mas o “papa da socioeducação” não está sozinho em seu posicionamento. Suas premissas têm estreita ligação com a lógica neoliberal, produtivista e funcionalista, partindo de uma concepção permanente e universal de autoconsciência e autodeterminação, tomando o progresso humano como um movimento natural, linear, direcionado, crescente e expansor. O desenvolvimento ainda tem estreita conexão com a liberdade, aqui entendida e limitada à liberdade de mercado, da escolha individual, do *homo oeconomicus*, aquele que age em interesse próprio, o sujeito de interesse. Seria a busca pela efetivação desses interesses individuais que fariam com que o homem se desenvolvesse, aumentasse suas capacidades, sua renda, satisfizesse seus desejos pelo consumo, resultando em maior felicidade. Com a expansão do mercado haveria expansão de renda, riquezas e oportunidades econômicas para as pessoas, o que resultaria em maior liberdade de escolha, que possibilitariam maiores mudanças, que então trariam maior desenvolvimento social, aumento de riquezas e bem estar, num circuito perfeito e perfeitamente dependente da liberdade econômica.

O projetivo que adentra a socioeducação como necessidade para o desenvolvimento pessoal e social normal do adolescente carrega essas premissas, a liberdade de caminho único, que não comporta diversidade. Ato falho do plano de metas de Antonio Carlos: resiliência

como “resistência à diversidade”. Bertol e Ferreira (2019) citam Foucault (1988) apontando que o discurso jurídico trabalha com o *dever ser*, também *aprender a ser e a conviver*, categorias ideais com saberes prévios a serem aplicados para crianças e adolescentes. Dessa forma, o desenvolvimento acaba por anteceder as próprias existências das infâncias e juventudes, tornando-se sua própria natureza. Ao entendermos crianças e adolescentes como “portadoras de futuro”, as vemos como “seres humanos em potencial”, cobramos que elas trabalhem por e para esse futuro, servindo a esse futuro planejado por adultos e sobre o qual não as chamamos para elaborar ou avaliar. Se chamássemos, provavelmente receberíamos respostas como a de Mariana, Michel e Lucas: nada disso os interessa nem aparece como urgência. Seus interesses são outros. Não é a receita escola-curso-profissionalização que, eles sabem, os levarão a serem mais um em empregos subalternos, isso se conseguirem empregos efetivamente. Não é o tempo linear, crescente e expansor do desenvolvimento pessoal e social normal, é o bater miúdo de um coração que se esconde, dá voltas, retorna ao passado. Que tempo da vida é esse onde a vida nunca chega?

VENTANIA: PERCURSOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem como um dos seus eixos analisadores o tempo porque acho que ela mesma, em sua feitura, teve diversos tempos. Resgata minhas memórias enquanto técnica socioeducativa, vividas desde 2016 até o início de 2019 e percorre o mestrado em seus inúmeros percursos quebrados, também esses muitas vezes lembrados para poderem ser escritos.

Esse mestrado se iniciou com um projeto que pretendia acompanhar as construções de autonomia dos adolescentes nos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da cidade de São Paulo. Nos primeiros momentos houve muito esforço da minha parte e uma certa preocupação por parte daqueles que me acompanharam nessa trajetória em criar um campo de pesquisa onde algo novo pudesse florescer, uma tentativa de buscar novos lugares para pesquisar que permitissem me desvencilhar do perigo que pode ser pesquisar onde um dia já se trabalhou, por conta das implicações que podem vir junto.

Um lugar ideal para se florescer não é, no entanto, o campo onde se situa essa pesquisa. É desenvolvida em solo hostil, onde muitos foram enterrados e ainda há grandes esforços para se enterrarem muitos mais. É pesquisa realizada em tempos de asfixia, quando ocorreram queimadas de grandes extensões de florestas e áreas de mananciais, retirada massiva de recursos da ciência e tecnologia e a pandemia de COVID-19, que por si só já dificulta a respiração, agravada pelos esforços de aniquilamento reiterados por direcionamentos fascistas e genocidas da política nacional, somados às ações da segurança pública que matam pessoas negras por sufocamento, tiro, ou o simples descaso de uma sociedade racista que aceita que crianças pretas caiam pelos ares. O ar, ou a falta dele, também dita muito dos percursos desse trabalho.

Chamo esse pequeno capítulo de Ventania por relacioná-lo a Oya ou Iansã, Orixá dos ventos, furacões, raios e tempestades. É ainda, de acordo com seus *itans*¹⁵, a força direcionadora dos espíritos ao desencarnar. Iansã nos empurra para os caminhos que devemos seguir e nem sempre essa mudança de rumo ocorre enquanto brisa. Para mim essa mudança de direcionamento ocorreu em um atropelamento. Eu ainda estava buscando o local ideal para pesquisar e havia acabado de sair de um SMSE-MA onde o trabalho parecia ter sido incrível, mas infelizmente o equipamento estava fechando:

¹⁵ *Itans* são contos iorubás, que trazem ensinamentos sobre os Orixás e sobre a vida.

ATROPELAMENTO – TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

Diário de 23 de setembro de 2019:

O trabalho que foi feito aqui foi incrível, é uma pena que esteja fechando, é uma pena! será que esse povo vai topa se encontrar depois? se isso acontecesse seria incrível, seria o que eu quero ver. tanto os trabalhadores quanto os meninos fora dos muros do MSE. enfim, e saí clandestinamente, saí tocada, pela própria gerente de certa forma, porque a supervisora tava chegando e eu precisava desaparecer. e subi a rua. e aí fui andando pra direita, porque achei que o ponto [de ônibus] era à direita. depois me dei conta que não era não, que eu tinha é que atravessar a rua. e a cabeça a milhão. olhei pra um lado, todos os carros parados, olhei pro outro não tava vindo carro. e atravessei. próxima parte eu to jogada no chão não entendendo absolutamente nada do que tinha acontecido. eu olho tava todo mundo ali no ponto de ônibus horrorizado com a situação e eu ainda sem entender, tudo o que eu queria era levantar, falar que tava tudo bem e sair fora porque eu precisava voltar pra casa. me deu um negócio assim de que eu precisava voltar. esse foi meu primeiro instinto e daí me dei conta de que tinha sido atropelada.

Relendo algumas passagens e lembrando alguns encontros, me pego rindo. Essa é uma delas. Gravei esse diário um mês depois do ocorrido, instigada pela minha orientadora (obrigada, Cris!) que já tinha entendido que os acidentes seriam partes importantes dessa pesquisa. Acho engraçado porque há uma certa conexão entre o convite que fiz para os profissionais daquele Serviço que estava fechando, o de fazer um encontro entre os profissionais e adolescentes atendidos fora dos muros do Serviço enquanto o acompanhar de uma (des)medida, e o que eu já estava fazendo, embora não mais enquanto profissional da assistência, mas enquanto pesquisadora. Nesse momento, no entanto, essa ficha ainda não havia caído. Remonto, ainda, a saída dessa reunião como a minha própria saída enquanto trabalhadora de medida socioeducativa: o que seria esse sair clandestinamente para que a supervisora não me visse? E saí tocada, afetada, de que forma? Acho interessante como os acidentes simbolizam tantas coisas dessa pesquisa. Acidentes são quebras, desvios bruscos de percurso:

[continuidade do diário anterior]

[...] então fui atropelada, fui jogada no chão, meu caminho foi interrompido, e não adianta o quanto eu corra, tem algo que me atingiu e que mudou tanto o percurso das coisas quanto o

curso das coisas. algo que me forçou a parar. e aí eu fico pensando, precisei ser atropelada para me dar conta de que eu precisava parar. [...] o que que é isso, que me atropelou tanto nesse processo de mestrado? São as políticas de governo, é a bolsa. é o fato de ter que ter saído do serviço. é o fato de ter batido em vários SMSEs, e por mais que as pessoas tenham sido receptivas, eu não encontrei lá esse suposto lugar ideal onde a pesquisa de campo ia florescer. um campo de flores. e eu precisei ser jogada no chão, ser atropelada, para me dar conta de todas essas coisas que estavam fora do meu controle. um furacão.

Houve muito esforço em encontrar esse local ideal de pesquisa, muito esforço em tomar outros caminhos, caminhos mais iluminados, sinalizados e planejados. Projetados. O que realmente aconteceu foi que acabei com a cabeça arremessada ao chão naquele atropelo que, em certo ponto, eu estava fazendo comigo mesma e também com esse processo de pesquisa. O atropelamento me fez parar de correr, ainda que nesse parar eu já não soubesse mais com certeza para onde ir.

O que se seguiu foi muito curioso. Comecei a ter dificuldade para dormir, embora naquele momento ainda não passasse noites acordada. Era só uma dificuldade, uma demora no adormecer, a inquietude do sono, que só consegui melhorar começando a dormir de cabeça para baixo, no sentido de que, onde normalmente eu deixava os pés, comecei a deixar o travesseiro, invertendo o sentido do deitar. Outro tratamento foi fazer algumas invertidas, exercícios onde a cabeça vai ao chão e as pernas ao alto. Foi durante esse período que escrevi o seguinte:

CERTIDÃO DE ÓBITO / NASCIMENTO

Diário de 02 de dezembro de 2019:

Quando eu não sei mais porque nem por onde escrever, quando eu me paro e me jogo nessa inércia, nessa grande escuridão, quando me parece que é tudo em vão e que nem ali eu deveria estar, quando me enterro e me dou por morta, paira a escuridão e o silêncio. É o fim. Já está enterrado/a. Tudo o que ficou pra trás, é preciso dar como morto. Veja, nem se mexe mais. Não respira, não cheira, não está mais lá. Habita o fundo da terra e não é de agora, não consegue ver. Busque o que está na superfície, menina, o que ainda vive. As construções que sobrevivem, que ainda pairam. E eu, enterrada, choro. Choro porque o que se enterrou se enterrou comigo e eu com eles. Choro, mas meu choro mal produz água. É seco, é mudo. Esse choro nem te pertence, você nem tava aqui, foi tudo fantasia, devaneio, não existe mais.

De toda forma, foi você que jogou a última pá de terra. Não era o que você queria? Porque finge estar morta como os outros? Onde está você que não onde é teu lugar, entre os vivos, entre as paredes sólidas iluminadas e os lugares das gentes? Porque insiste em permanecer nesse lugar morto, onde não consegue falar, onde mal pode se mexer, onde reina o silêncio? Deixe-me viver a minha morte em paz. Deixe-me descansar em paz (pra onde se vai sem o descanso?) Silêncio. Terra. Escuridão. Então, um leve deslizar. Pequenos grãos rolam, se mexem, como uma infiltração, um escorregamento. Imperceptíveis aos de fora, aos da luz. Eu, mergulhada na terra, no escuro e no silêncio, escuto o romper das sementes, o espalhamento das raízes. Que é que nasce? E fico ali, a ouvir o nascimento. Espio por fora do meu túmulo com os olhos tímidos, sem tirar os ouvidos da terra. Já consigo espreitar três brotos, cada qual com duas folhas verdes. Que é que nasce?

O diário do dia do atropelamento foi o primeiro que fiz conscientemente enquanto método de pesquisa, embora hoje perceba que o primeiro diário de pesquisa foi feito em 25 de julho de 2019, como vocês lerão nas páginas porvir. Naquele período eu escrevia diários como uma forma de organizar meus pensamentos, contar para mim mesma o caminho percorrido, revisitá-los. Depois fui entender que meu campo e método de pesquisa já estavam ali. A cartografia é pesquisa-intervenção que “pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas” (BARROS; PASSOS, 2015a, p. 17) preferindo inverter a ordem do método: ao invés de percorrer um caminho com um destino pré-fixado, a cartografia caminha acompanhando os processos e seus movimentos, sendo estes os focos/desfoques de pesquisa. Assim, não se estabelecem saberes externos e fixos *a priori*, mas deixa-se levar pela experiência enquanto emergência de saber:

Determinadas práticas investigativas, como a cartografia, colocam-nos enquanto pesquisadora(e)s diante de algumas condições que extravasam o campo dos protocolos e procedimentos, uma vez que nos convocam não só a pensar ou agir sobre determinado campo, mas vivenciá-lo em suas múltiplas dimensões, num movimento ético de porosidade e composição (COSTA, 2020, p. 13).

Mais que uma metodologia, a cartografia é um posicionamento ético diante do pesquisar e da vida, porque necessário que a própria pesquisadora se assuma enquanto parte da investigação, não somente enquanto interventora e cocriadora da pesquisa, mas vivenciando as questões lançadas também sobre si mesma, seus desejos investigativos e as relações com os

espaços pelos quais passa e habita A prática diarística me parece um método privilegiado de registro dessas várias vibrações que atravessam a pesquisadora e o pesquisar no seu processo de feitura:

Nesse sentido, podemos dizer que o diário instala outra camada do território percorrido, do encontro vivido entre sujeitos, sensações, forças diversas. Desse modo, apostamos no uso de diários como ferramenta para a produção de dados objetivos e subjetivos de pesquisa, como formas múltiplas de expressão do vivido, com descobertas, frustrações e limites de pesquisa e das pesquisadoras, trazendo para análise os acontecimentos, afetos, inquietações provocadas no processo de pesquisar (AZEVEDO *et al*, 2019a, p. 37).

Acredito ser ainda mais importante essa ética e método quando pesquisamos com infância e juventude, sobre os quais tanto já é pré-determinado, em maior intensidade para adolescentes negros, periféricos e marcados pelo sistema de justiça. Assim, assumir uma posição de pesquisa, e também de trabalho, que não sabe de antemão é permitir a aproximação e a escuta com crianças e adolescentes. O adulto não pode ser um parâmetro de referência e ajuste (BESSET; CASTRO, 2008). Dar espaço para vibrações outras que não as puramente racionais é permitir-se levar pela intensidade da juventude. Não se trata de se igualar àqueles com quem pesquisamos, como uma forma ilusória de apagar as diferenças, mas de reconhecê-las, ressaltá-las, e a partir disso experienciar composições de e no comum. A cartografia, a prática diarística e a análise de implicação dão corpo aos fazedores da pesquisa, em posição epistemológica apartada da suposta imparcialidade da ciência. É pesquisa que se faz com os pés, tocando o chão e deixando ele te tocar, esquivando-se da abordagem colocada como puramente racional para dar passagem aos afetos (AZEVEDO *et al*, 2019b, p. 14).

Tocar o chão e deixar ele te tocar aqui significa se deixar enterrar, se deixar tocar pelos territórios de morte que pairam e assediam toda a quebrada e toda a infância e juventude. Apesar de ser impossível para mim ter a mesma experiência que eles, ainda assim algo dessa vibração me afetou. “Quando Deleuze e Guattari escrevem que cartografamos em prol das linhas de fuga, é necessário pensarmos no quanto estamos eticamente dispostos a experimentar e a suportar o mundo em sua imprevisibilidade e variação” (COSTA, 2020, p. 14). Visualizar, escutar e vibrar esses territórios de morte, observá-la em cada esquina pelos olhos ou pelas leituras, enxergar com mais clareza as grades materiais e sociais impostas a esses adolescentes me colocou debaixo da terra. As inúmeras mortes por coronavírus e por morte matada também. Achei que não houvesse mais motivos para escrever se tudo que se

observa é esse aparato sofisticado e aparentemente absoluto de controlar a vida e deixar morrer. *Um objeto sim / um objeto não / Um surgindo do céu / Outro vindo do chão* (GIL, 1973), indicou que para além dos espaços iluminados e ideais, para além das estrelas que seguimos no céu, há aquilo que surge do chão, da escuridão onde não se vê, das raízes impossíveis de mapear. A cartografia é composta por linhas rizomáticas de desdobramentos imprevisíveis, onde não há intenção de localizar causas, primeiros motivos ou finalidades. Mais importante que chegar a algum lugar, é a predisposição ao abandono, não se fixar especificamente em ponto nenhum, deixar-se levar.

O capítulo seguinte foi organizado como um convite ao deixar-se levar, numa tentativa de que seja possível também a quem lê caminhar embaixo da terra. Não há intenção em conter, descrever, ou explicar o que ocorre, mas em produzir espalhamentos, suscitar afetos, cultivar mais dúvidas do que certezas. Uma vez enterrados, seguimos semente.

SEMENTE

Pedrinha miudinha
Pedrinha de Aruanda ê
Lajedo, tão grande
Tão grande de Aruanda ê

Três pedras, três pedras
Três pedras dentro dessa aldeia
Uma é maior
Outra é menor
A mais pequena é que me alumeia
A mais pequena é que me alumeia
(Ponto de caboclo boiadeiro)

CAPÍTULO 3: DO PROJETIVO AO MANIFESTANTE:

3.1. Caminhantes subterrâneos: cartografando um coletivo artístico da cultura independente

3.1.1. Portão afora: de uma Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) coletiva para a cultura independente

Existe um projeto de Prestação de Serviços à Comunidade Coletiva criado, batalhado e sustentado há mais de sete anos pelo Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA) no qual eu trabalhei. Essa PSC Coletiva é motivo de orgulho para muitos dos trabalhadores, já que fruto de anos de elaboração e discussões para viabilizar junto ao Judiciário e outras políticas públicas uma Prestação de Serviços à Comunidade que fizesse sentido para adolescentes e comunidade, muito além do pintar paredes, carimbar formulários ou organizar livros. Nesse projeto local, trabalhávamos com a construção de instrumentos musicais a partir de materiais reciclados, oficinas de percussão e apresentações artísticas valorizando a cultura popular brasileira, resgatando ainda as festas de bumba-meu-boi em formato de teatro de bonecos.

Muito poderia se falar a respeito das experiências acontecidas através desse espaço construído no SMSE-MA, mas para vias de continuidade da discussão dessa dissertação, focaremos em um dos caminhantes que cruzaram esse projeto, que é Máfia¹⁶. Máfia tinha uma PSC considerada curta a cumprir, poucos meses e apenas 4 horas por semana. Ouvindo o adolescente ele me conta que adora percussão. Para alguém que vive correndo e com a cabeça quente, tocar é o momento em que sua mente está em paz, *pique descansa tá ligado*. Faz parte de uma das escolas de samba da região e era o mestre do naipe dos surdos. A partir disso questiono se não gostaria de cumprir a PSC na própria escola de samba onde já está, mas o adolescente disse preferir cumprir no projeto coletivo do serviço por não querer se misturar nas disputas internas da escola. E assim foi feito. Inserido no grupo, Máfia tinha muita facilidade em se integrar nas músicas e auxiliava participantes mais novos a pegar o ritmo, tendo ainda tocado em diversas das apresentações musicais que fizemos pela quebrada e por outros locais da cidade.

¹⁶ Todos os nomes aqui são ficcionais e escolhidos pelos participantes da pesquisa.

Apesar de trazer alegria e cadência para os encontros, não tinha uma frequência regular e aparecia quando não estava correndo atrás de resolver outros problemas e/ou quando vencia a preguiça. Para a lógica das medidas socioeducativas, uma frequência irregular é um problema, pois pode ser encarada como falta de compromisso do adolescente com sua punição, o que pode ser caracterizado por muitos como descumprimento. Por sorte, Máfia sempre foi uma pessoa aberta e acessível e das vezes que aparecia no SMSE-MA conversávamos longamente, às vezes por tanto tempo que o adolescente ajudava a fechar o Serviço conosco. Em uma dessas conversas Máfia conta sobre seus sonhos, sua vontade de realizar mais eventos culturais na região, e solta que tem vários projetos escritos e guardados em casa. Eu, que precisava achar outra forma dele cumprir as horas restantes a fim de evitar o descumprimento e ao mesmo tempo tentar manter o jovem cumprindo de uma forma que fosse interessante para ele também, pedi para que trouxesse os projetos.

Dois dias depois aparece Máfia com a pasta cheia de letras de música e outras ideias. Dessas, me conta que o que gostaria mesmo era de realizar um festival onde fosse possível cantar a música que ele fez para o amigo assassinado pela polícia. Também conseguir mostrar tudo o que tem de bom na quebrada. E também, se fosse possível, fazer algum projeto cultural com as crianças. Tirei cópia de alguns dos escritos e falei para que voltasse na segunda-feira, pra gente tentar pensar junto no que fazer com esses sonhos.

Naquela mesma noite uma conversa inesperada aconteceu. Estava jantando com uma das pessoas que morava comigo e seu namorado e eis que eles me contam que estavam abertas as inscrições para um edital da prefeitura que tinha como foco produções artísticas periféricas. Eu nunca havia entrado em contato com essa parte de fomento financeiro e institucional à cultura e ouvi com atenção o que me estava sendo ensinado, comentando que tinha atendido um adolescente com muitas ideias culturais para a quebrada dele, contando ainda que ofereceria para ele essa opção de concorrer no edital. Me aconselharam que, se fosse feito, precisaria ser rápido, pois as inscrições se encerravam na próxima segunda-feira.

A primeira coisa que faço no dia seguinte é ligar para Máfia e explicar a oportunidade, pedindo para que ele aparecesse no mesmo dia ao Serviço. Como morava perto, ele chegou em poucos minutos. Explico a possibilidade de pegar aqueles projetos dele e inscrevê-los no edital de fomento, fazer a coisa acontecer. O jovem logo levanta, todo empolgado e eu explico o que seria necessário, de acordo com as regras do edital: formar um coletivo, montar o projeto e enviar outros documentos, tudo num prazo apertadíssimo. Pro coletivo falei para ele pensar em quem corria com ele, quem ele tinha confiança e sabia que ia somar, porque seria

necessário alguém que, mesmo brigando, conseguisse conversar depois. Máfia me pergunta em seguida se pode pegar o telefone emprestado para fazer algumas ligações e começa a procurar as pessoas. Das três primeiras contatadas, uma não atendeu e duas disseram não. Ele começa a ficar nervoso e desce pra tomar uma água e fumar um cigarro. Depois volta e liga pra quarta pessoa e eu ouço ele frisando na ligação: “mas tem que aparecer aqui agora porque nois tem só até segunda pra fazer isso”. Desliga e já lança um “Ufa!”, falando que o Gilsinho topou e logo logo ia encostar. Pouco depois começa a ficar preocupado, porque já tinha ligado para todo mundo e não conseguia encontrar a terceira pessoa para formar o coletivo. Eu então perguntei se poderia chamar alguém que eu conhecia, e daí eles trocariam uma ideia para ver se conseguiriam trabalhar juntos. Diante da concordância de Máfia, fiz o convite para Alicia, uma adolescente que eu havia atendido há dois anos atrás e recentemente havia voltado para a quebrada. Alicia é percussionista desde criança e também descrevia o momento de tocar como um momento de paz e descanso. Achei que eles poderiam, quem sabe, ter uma boa conversa e desenvolver algo interessante. Também pensei que a presença de uma mulher negra no coletivo seria enriquecedor.

Enquanto esperávamos a chegada dos possíveis participantes, trocamos ideia sobre o porquê de realizar esses projetos. Como Máfia tinha muitos escritos, achei que era melhor começarmos instigando o pensamento no que o move a querer fazer tais eventos culturais e o que ele faria se fosse possível superar as dificuldades, que nas palavras dele seria “*se o dinheiro não fosse um problema e tudo fosse possível*”. Máfia responde pensativo que queria fazer um projeto que possibilitasse uma “*expressão livre do descontentamento*”, pois sente que muitas pessoas da região sofrem com o silêncio e guardam para si os maus tratos e opressão que já viveram. O jovem também aponta que seria uma forma de falar sobre os direitos das pessoas, pois muitas “*não tem o conhecimento do próprio direito e acabam não sabendo se colocar em um momento de desrespeito*”. A partir daí, puxa o direito à cultura, que para Máfia é “*tanto uma forma de amor e carinho e até mesmo gestos representativos*” e também uma forma de “*plantar [nos jovens da comunidade] um sentimento de alegria que é ter cultura na própria vida no nosso dia a dia*”. Ainda, de acordo com ele, “*não há coisa melhor do que tirar o extraordinário do simples, do que costuma ser visto, e é sempre difícil ser mostrado*” (trechos de documento produzido por Máfia em 04/04/2019).

Elaboradas essas primeiras ideias, são trocadas com Alicia e Gilson e acabam resultando em dois primeiros desenhos de projetos: um o Festival de Cultura Hip Hop, que reuniria e apresentaria vários dos artistas locais; e o outro nomeado Direito é ter Voz, um

documentário que reuniria depoimentos das pessoas do bairro, especialmente os jovens. Uma questão me marca a memória, quando Máfia sustenta que direito seria poder falar, ter voz, Alicia questiona se direito não seria ser ouvido. Como dos três Alicia é a única mulher e não é amiga próxima de Máfia e Gilson, acaba sendo voto vencido. Ficou faltando o nome do coletivo, que de acordo com os jovens tinha que mostrar que não era coisa de um só, mas um movimento, como uma tribo que procurava atrair atividades culturais e exercer seus direitos. Naquele ponto fizemos uma junção de palavras como Tribo Cultura, mas não soou exatamente como eles esperavam. Minimamente estruturados os dois projetos, combinamos de nos reunirmos novamente no dia seguinte para continuarmos trabalhando.

Chegando em casa encontro novamente as pessoas que me falaram a respeito do edital aberto e eles me perguntam se o adolescente tinha topado fazer o projeto. Conteí que sim e que estávamos estruturando os projetos, tinham saído dois, e já havia um coletivo formado, faltando escrever, organizar os documentos e o orçamento. Nesse momento, um deles se oferece para ajudar, dizendo que poderia encontrar com eles para explicar como funcionava o edital e dar dicas da montagem do projeto. Compartilhei o quanto era também significativo para mim fazer aquele corre, agradei demais a ajuda e disse que ia perguntar se o recém-formado coletivo gostaria desse auxílio. No dia seguinte, quando nos reunimos todos novamente no SMSE-MA, falei dessa possibilidade e combinamos de nos encontrarmos no sábado para essa troca. Chegado o dia da reunião, os adolescentes expuseram o que haviam pensado, porque o projeto era importante para eles, o que esperavam com a execução das atividades e como tinham pensado em organizá-las. O homem que ia ajudar então conta que vai juntar os dois projetos, transformando em um projeto que teria como tarefas a execução de um documentário que escutasse os moradores da quebrada e depois, em um festival, expusesse o que eles tinham a dizer. Se dispõe a ajudar ainda mais, propondo escrever o projeto deles e fazer o orçamento, contando que tinha experiência e que para ele não seria um grande trabalho, que ele ficaria feliz em contribuir para algo no qual ele também acreditava. O coletivo também finalmente ganha um nome: “Subterrâneo”, pois o fazer deles é o da cultura independente, underground, subterrânea.

Eu e o coletivo nos organizamos para mandar todos os outros documentos necessários: currículos, documentos pessoais, comprovantes de residência, declarações. Peço para que o homem envie, se possível, o projeto para que o coletivo pudesse ler e fazer alterações, pois me importava que o projeto pudesse exprimir o que era realmente de elaboração e vontade dos adolescentes. No entanto, já no prazo final do envio dos documentos, recebi o arquivo do

projeto e do orçamento em pdf, o que certamente dificultava qualquer alteração, ainda mais considerando a urgência da hora. Embora estivéssemos eu e o Subterrâneo reunidos no SMSE-MA, não foi possível ler o projeto escrito nem fazer modificações, e só deu tempo de criar outro arquivo de orçamento, onde o coletivo realocou alguns gastos.

Acho que esse é um primeiro ponto importante a ser salientado: ainda que eles tenham coletivamente derramado e articulado ideias, na hora de colocá-las no formato burocrático um outro aparentemente muito prestativo coloca as ideias deles em palavras que não lhes pertencem e barra qualquer possibilidade de modificação, pelo menos naquele formato de projeto escrito a ser enviado. Lógico que de certa forma isso era necessário para que se pudesse ter alguma chance na competição do edital, que exigia linguagem formal e articulada à maneira das instituições, o que não estava naquele momento ao alcance e nem no interesse dos jovens. Posteriormente, esse homem caridoso que lhes ofereceu ajuda inicialmente de graça, conta que estava esperando ser chamado para participar do projeto, sugerindo que poderia ser o diretor do documentário. Como uma retribuição entende, pela ajuda prestada. No entanto, essa suposta retribuição devida não é colocada nos primeiros encontros e só é apresentada após a aprovação do projeto. Ressalto, não era só participar, mas dirigir, tomar as rédeas do trabalho, como foi feito também com as ideias no momento de escrevê-las. Ajudar, direcionar, proteger, emancipar, mas a que custo? Certo é que as palavras muito bem colocadas pelo de fora que ofereceu ajuda foram decisivas na seleção que premiou o projeto como um dos escolhidos, mas havia uma contraprestação que de início não estava colocada e vai se impor posteriormente. Foi também uma captura de ideias, ideias e vivências dos adolescentes. Logo de início algo do fazer deles também fica necessariamente de fora pela modificação do projeto escrito na hora do envio ter sido interditada e também pelo próprio formato exigido impossibilitar suas colocações da maneira como aparecem, ainda que as ideias e todas as elaborações tenham sido deles.

Assim surge o Subterrâneo e seu projeto de documentário e festival que procuram ser uma livre expressão do descontentamento, uma luta por direitos e uma forma de falar e ser ouvido. O projeto é um dos muitos selecionados pela iniciativa de fomento cultural da prefeitura e o Subterrâneo começa a realizar reuniões quinzenais para dar vazão a toda a energia que eles têm para realizar o projeto. Uma das questões primeiras foi o logo do grupo, o desenho e nome que significaria o que é o Coletivo Subterrâneo. Dessa reunião tenho apenas os apontamentos de caderno e a memória. Para a elaboração do símbolo comecei a perguntar porque estavam fazendo aquilo, porque queriam realizar aqueles eventos. Me

contam que querem ajudar a comunidade, especialmente as crianças e jovens, que às vezes estão revoltados, com a mente fechada e impulsivos, como dito por Máfia, com concordância de Alicia. Máfia quer oferecer oportunidade, formação artística para crianças em moda, música, modelo, grafite e também cursos como operador de máquina. E trocamos mais ideias: um baile nostalgia para os tiozinho com samba rock e funk das antigas, a vontade de ser o alicerce do futebol na quebrada, dar palestras para as pessoas do Brasil inteiro, eventos soundsystem de reggae onde ninguém imaginou, como o Teatro Municipal, mas tudo isso de forma diferente das ONGs, porque eles querem ir até a comunidade. Máfia e Alicia lembram da manifestação que eles foram tocar junto com o SMSE-MA, uma manifestação no centro da cidade à favor do SUAS, seria *pique* isso. Para Gil o importante é fazer as pessoas acreditarem no próprio potencial, fazerem o que elas quiserem, não o que a sociedade impõe, já sugerindo que o símbolo do coletivo pudesse ser a foice e o martelo. Exponho então o meu receio em utilizar esse símbolo porque, apesar das ideias e da direção poderem ser essas, talvez o governo não fosse ver com bons olhos um símbolo desses em um coletivo financiado pela prefeitura, considerando o resultado das últimas duas eleições.

Escolho naquele momento fazer essa ponderação porque era início de 2019 e o presidente eleito tinha um forte discurso contra o comunismo, além de colocações de cunho racista e LGBTfóbico, muitas vezes dizendo ser necessário assassinar as pessoas que se aliavam a esse posicionamento político ou maneiras de ser. Os apoiadores desse discurso estavam (e ainda estão) por toda parte e, considerando a vitória nas eleições, não se sabia quais desdobramentos isso iria tomar. Eu então temi pelos adolescentes, não queria que eles fossem excluídos ou rotulados, o que agora percebo ter sido uma ingenuidade minha, já que por serem negros e periféricos esse processo já estava dado. Em nome de uma proteção que eu imaginava precisar garantir, talvez tenha sido mais uma poda no pensamento e expressão deles.

Decidiu-se então que até quarta-feira Gil iria elaborar o símbolo, já que ele tinha acesso a um bom computador e mais facilidade com ferramentas de edição de imagens. Duas semanas depois o jovem apresenta três letras unidas estilo grafite, desenhando um SUB que se ergue sobre um livro aberto à frente de um símbolo que lembra aquelas medalhas com fitas em premiações. Abaixo, uma grande faixa como um banner, em branco. Todos gostam do símbolo e já decidem que irão fazer as camisetas, símbolo nas costas, com o vulgo de cada um dos participantes. Eu também ia ganhar a minha, escrito “Magrela”. Gil e Máfia saíam para fazer o levantamento dos preços de lugares de camiseta que eles conheciam, um da quebrada

e outro no shopping. Eu questiono então se já iriam fazer as camisetas mesmo com a faixa em branco, se não escreveriam algo nela. Isso gera uma discussão a respeito da mensagem que estaria ali colocada, que condensaria os objetivos do Coletivo Subterrâneo. Lembro de Máfia colocar que o desenho do livro tinha a ver com educação e a medalha/estrela com o fato de eles serem premiados, um trabalho de excelência, mas quanto ao preenchimento da faixa não sabia muito bem o que colocar. Nenhum deles sabia quais palavras escolher para colocar naquela grande faixa em branco do símbolo. Máfia sugeriu “Coletivo Subterrâneo: direito à saúde, educação e cultura”, ao que Gil rapidamente ponderou, falando que tinha que falar que era a cultura independente, porque tem diferenças entre as culturas. A cultura independente é o que eles fazem, e a ideia era dar voz para os artistas que não são reconhecidos, é um manifesto. Um manifesto da cultura independente. Concordaram que seria isso que apareceria na faixa então “Coletivo Subterrâneo: manifesto da cultura independente”.

Apesar da seleção no edital, como muitos procedimentos institucionais e burocráticos, a data oficial para o início das atividades demora a acontecer e muitos papéis precisam ser preenchidos e assinados até lá. Cansados de esperar, o Subterrâneo decide começar a gravar sem a verba ter caído e antes do início oficial do projeto:

3.1.2. A rua em disputa: juventude, arte e repressão

PRIMEIRA FILMAGEM DO SUBTERRÂNEO

(diário de campo de 25 de julho de 2019):

Saí atrasada de casa porque já imaginei que eles não estariam lá no horário combinado. Das 19h, cheguei 19h30. Apesar de trabalhar na região há quase três anos, nunca estive na praça à noite. Cheguei e reparei na pequena aglomeração de adolescentes com moletons. Um deles com um caderno. Ali estavam os organizadores da batalha de rima, com a então pequena aglomeração dos participantes. Dei a volta na praça para ver se achava os integrantes do coletivo. Na pista, alguns senhores caminhavam. Na escada do lado escuro da praça, outra aglomeração, mas nenhum dos integrantes estava lá. Ao fundo, perto do piscinão, dois grupos de jovens com bicicletas. Desci para a parte de trás, encontrei mais um grupo ouvindo reggae e outro jogando futebol. Nem Gil, nem Alicia, nem Máfia. Me dei conta de que estava adentrando um território até então desconhecido para mim, embora esse fosse apenas o início dessa sensação que me acompanharia durante e depois da noite. Voltei e fui

para o meio da praça, sentei em um banco de concreto embaixo do que deveria ser um suporte para trepadeiras que nunca existiram. De um lado dois mlks fumam um. Do outro, um jovem mexia no celular. Sentei ao lado do segundo, vai que ele também esperava alguém? Nisso fui ajustando a câmera, vendo como ficavam as gravações. Perguntei para ele se podia tirar umas fotos para testar. Ele disse que sim, sem empolgação. Tirei algumas mas fiquei tímida novamente diante da falta de conexão. Pouco depois ele me perguntou se tava dando certo. Falei que sim e agradeci, em parte pelas fotos, em parte por estar mais relaxada.

Pouco depois chega Alicia e eu sempre me alegro ao vê-la. Ela queria aprender a mexer na câmera, eu mostro um pouco mas ela não se aventura. A convido pra gente testar algumas iluminações da praça. Ela começa a me contar como a irmã dela também estava grávida, a mais velha, mas que a mãe achou que era a mais nova e tinha autorizado a realização de um aborto. "Você acredita? Pra minha irmã ela deixou, quando fui eu não podia". Descendo a rampa vem Gil de bicicleta, já cumprimentando todos. O cara é realmente popular. Disse que a Day e o Bruno, os outros colegas, iam colar também, pra gente se conhecer, reforçando que eles correm junto. Os amigos chegaram, mas não conseguiram se misturar muito de início. Gil já toma a câmera da minha mão, com todo o respeito, e começa a mexer nas configurações. Ele tem conhecimento. Depois fala que tem vontade de voltar a fazer aula de audiovisual. No entanto, não chega perto do pessoal da batalha. "Eu não falo com esses caras. Quem tinha que falar com eles é o Máfia", então filma tudo de longe. Alicia discute com ele, diz que eles têm que ir lá trocar uma ideia pra poder filmar. Gil resiste, diz que depois eles vão. Alicia sai andando sozinha na direção da batalha, mas ao ver que não está sendo acompanhada, recua. Gil inventa outra desculpa: "Primeiro a gente fuma um, depois a gente vai lá pra começar a gravar". Assim, Day começa a bolar o primeiro da noite. Toda a praça já tava perfumada naquele momento.

Enquanto o beck passava de um para o outro, Gil ia elencando as pessoas que eles poderiam chamar para entrevistar. Tinha uma timidez de todos naquele momento. "Quem você conhece aqui, neguinha? É você que conhece os cara" falou Gil para Day. "Eu conheço, mas não troco ideia" respondeu Day, não querendo assumir a resposta que inclusive nem era dela. Nisso Alicia revisava as perguntas que Gil havia feito para as entrevistas: Por que você rima? Onde vc quer chegar com o seu rap? O que é o rap pra vc? Já sofreu preconceito pela música? Alicia adiciona uma pergunta muito longa, sobre as condições de vida no bairro. Gil ao invés de colar nos cara, chama um que ele conhece para conversar, o Silvio, apresentando o parceiro pra gente. Silvio diz que não é mais responsável pela batalha, que agora é o Z.

Isso parece reforçar a resistência de Gil em colar nos caras para filmar. Quando ele vai explicar o que estavam fazendo ali, não menciona os objetivos do projeto para Silvio e isso me chama atenção. Máfia chega com a "mulher" dele, Larissa, que está grávida. O menino tá com o cabelo recém cortado e as correntes que comprou naquele dia no centro, no dia que entregou os primeiros documentos na Secretaria Municipal de Cultura. Me pergunto se o brilho do ouro tem a ver com a riqueza material ou com o brilho de estar fazendo algo importante, ou os dois. Apesar disso, não está com tênis no pé: só chinelo e meia. Penso naqueles dedinhos gelados porque começa a fazer muito frio na praça e eu mesma me encolho. Máfia cumprimenta todo mundo, menos Alicia. Diz que as camisetas ainda não ficaram prontas mas que já pediu.

A batalha está fervendo, muitos participantes na rodinha, com manifestações de aprovação, desaprovação e eventuais coros de "mata ele! mata ele!". No resto da praça, alguns grupinhos, um deles o nosso. Muitos meninos de bicicleta, dando grau. Um deles foi atendido no MSE, colou em mim e já mandou um "tudo bem tia". Não sei o que ele pensou de me ver ali, mas fiquei feliz em saber que ele estava tendo um tempo de lazer como aquele. Gil quis filmar um parceiro dando grau sem as mãos e depois cruzando elas no guidão. Os meninos da bike colocaram uma pequena rampa de madeira no caminho para continuar suas manobras. Ouço comentários de "cé loko", "se quebrar, imagina". No canto oposto ao que estávamos, o grupo da escada também tinha aumentado.

Do nada aparece um policial com as mãos para trás, descendo a rampa. Tudo acontece muito rápido. Passou reto pela batalha, apressou o passo, já sacou a arma e surpreendeu os mlk da escada. Máfia comenta que o cara fez isso pros mlk não escapar, que a viatura já taria esperando lá embaixo. Eu fico sem reação naquele momento. Do outro lado da praça vejo Gil com a câmera correndo em direção a abordagem. Meu coração gela. E se os caras verem? E se marcarem os meninos por estarem filmando? E se quebrarem a câmera? E se baterem no Gil? Fico sem reação. Alicia corre pra acompanhar Gil. Ele finge que tá filmando ela e se aproxima. Ao se aproximar, o policial desce com os mlk da escada pra trás do muro da praça, em lugar escuro. Máfia já fala que os cara levaram pra parte de trás pra poder amassar. Ele também vai atrás de Gil e Alicia. Dessa vez eu me levanto pra ir também, pensando que posso servir como escudo se precisar. Gil sabe disso e me entrega um pacotinho, que eu escondo no bolso do casaco. Eles se aproximam por trás, para tentar filmar a abordagem. Apoiam a câmera no muro e conseguem o registro. Ao ver o policial subindo, Máfia assovia. Gil, eu e Alicia então nos distanciamos, apontando a câmera para

baixo.

A chamada praça da feira-livre é construção recente na região e foi projetada para ser um controle de enchentes. Lembro quando foi inaugurada em 2016, com brinquedos novos, paredes pintadas em desenhos de linhas retas e cores complementares. Grama nova plantada, mudas de árvores em todos os cantos, os suportes para trepadeiras. No 25 de julho de 2019 a praça já havia sido pixada em várias partes, bancos haviam sido quebrados e as trepadeiras nunca foram colocadas. A grama, assim como o resto da praça, já exibia outros caminhos para além do que foi ali medido. Modificada, a praça tem frequência altíssima dos moradores, sejam as famílias nos brinquedos, os senhores que correm na pista ou os jovens que em cada local encostam e deixam ali sua marca, alterando sua paisagem e funcionamento, o que também é feito pelas pessoas que escolheram ali montar suas barracas e fazer da praça um lar. Alguns moradores dos arredores reclamam, chamam de vandalismo o que foi feito com aquele espaço. Nas pequenas aglomerações, nas pixações, nos gritos e música ecoando alto, na fumaça compartilhada e beijos trocados, os jovens entortam as linhas retas projetadas. Essas marcas são também indícios de um território em disputa. A rua é território em disputa. O Estado insiste em perseguir e afirmar pela força bruta que os espaços públicos não foram feitos para pessoas como eles, jovens pretos e periféricos. E, se feitos, devem ser usufruídos dentro de regras impostas, que pouco condizem com o que ali se valoriza, ou como ali se constroem os afetos ou a relação com a terra. A curtição, a cultura que ali brota não é dada, é reciclada da organização estranha que lhes é entregue, criada a partir da destruição. Parece que essa é a cena da cultura independente que Máfia e Gil tanto falam.

O que ronda Alicia é um pouco diferente. Preocupada com sua segunda gravidez e a gravidez das irmãs, enquanto caminha pela praça pensa o que seria ter a possibilidade de abortar que lhe foi negada. Ela também não é cumprimentada por Máfia quando ele chega com a esposa, um movimento muitas vezes visto nesses grupos, onde não cumprimentar outras mulheres é um sinal de respeito com o marido de Alicia e sua própria esposa, mas que acaba também reforçando um lugar secundário, invisibilizado, quase como se Alicia não estivesse ali. Ela tenta romper com alguns protocolos, toma a frente na direção dos organizadores da batalha de rima, chamando Gil ao movimento enquanto esse se mantém distante, observando de longe os organizadores, numa timidez misturada com mágoa. Apesar de não seguir Alicia em direção a batalha, sua iniciativa tem efeitos e ela e Gil começam a

revisar as perguntas que serão feitas aos artistas da noite, tentando direcioná-las para a importância da arte e cultura na vida de cada um, enlaçando com a vivência no bairro.

Os Subterrâneos sentam apartados das pessoas da batalha e conversam apenas com os conhecidos que se aproximam. Observam tudo de longe. O que estão esperando? Não estavam ali para gravar o que acontece, conversar com as pessoas? Ainda assim, eles esperam, observam, como se fosse existir um momento exato para realizar a aproximação, que acaba não acontecendo. As gravações são feitas por Máfia e Gil, entrevistando os amigos que vem falar com eles. Alicia não é chamada para conduzir as gravações e entrevistas, mas também não se aproxima dos dois para exigir seu lugar como membra do coletivo. E assim seguem as gravações, em ritmo lento, observador, distante. Algumas dificuldades de movimento se apresentam desde então: o recorte de gênero, se aproximar daquilo que se diz querer gravar, fazer as camisetas que publicizam o coletivo. Dificuldade de movimento diametralmente oposta à agilidade com que Gil se levanta para gravar a abordagem policial, seguido rapidamente por Alicia e Máfia.

Uma noite fria aquecida pela vontade do Subterrâneo de retratar o cotidiano, que logo volta a esfriar por conta da demora da disponibilização do dinheiro, que marca o início oficial institucional do projeto, de onde começa a correr o prazo para realizar as atividades. Depois dessa primeira gravação pouco se encontram, não há muito o que fazer. No início de agosto Máfia é convocado para ir novamente à Secretaria de Cultura assinar os últimos papéis. Ele assina seu nome nas várias folhas e fala baixinho “*ó, parece que sou gente*” enquanto enxuga com gestos rápidos as lágrimas que assanham ao redor dos olhos. Dia 04 de setembro de 2019 a verba cai, dando a largada que tanto esperávamos, possibilitando a compra dos equipamentos necessários e a volta das atividades.

3.1.3. Quebradas: ausências e desvios

REUNIÃO DO SUB

(diário de 17 de outubro de 2019):

Todos concordaram em fazer essa reunião no SMSE-MA por ser tranquilo e conseguirmos usar a impressora caso precisássemos. Estávamos todos sabendo da reunião, mas chego lá e

só estão Alicia e Gil, sentados em uma mesa na garagem muito compenetrados em seus afazeres. Uma harmonia paira no ar enquanto Gil mexe no notebook e Alicia se debruça sobre folhas brancas fazendo um modelo de calendário para servir de cronograma. Discutimos sobre algumas exigências do projeto, montagem de relatórios, fazer as contas para rever o orçamento. Também lembro que a faixa do símbolo do coletivo continua em branco. Conversamos sobre o que eles têm achado até então. Gil fala que tá sendo muito diferente do que eles achavam que ia ser – achava que iam tá a milhão – mas ficaram acomodados com a repercussão da página do Facebook. Alicia discorda e acha que fizeram coisas até demais para o momento, já tem várias filmagens da feira-livre e a página do Facebook ficou boa. Gil reconsidera e pensa que se adiantaram no que podiam adiantar, mas é preciso replanejar a execução do documentário, selecionar os artistas. De positivo fica a repercussão, “tudo o que nois aprendeu e que estamos aprendendo a se organizar melhor”. De negativo, as dificuldades de prestação de contas, como organização das notas, camiseta e equipamentos que faltam. Uma pergunta martela na minha mente: o porque ainda não conseguimos fazer as camisetas. A ideia da camiseta para divulgar o coletivo e fazer com que parecesse um grupo mesmo é sempre lembrada, mas nada delas serem feitas. Gil em geral pontua que o dinheiro tá com o Máfia e nem nessa reunião ele tava, disse que ia vir e não apareceu. “Por que a gente ainda não conseguiu fazer a camiseta?” Gil sorri um riso meio divertido, meio incomodado, responde “Sei lá, parece que a programação tá sempre quebrando. A gente marca mas daí não sei o que acontece, quebra!” Como resposta, ficou combinado que nos veríamos mais vezes e que seria marcado no cronograma pra ninguém esquecer.

REUNIÃO SUB: Alicia, Gil e eu

(diário de 24 de outubro de 2019):

Começamos conversando sobre a possibilidade de fazer um sling pra Alicia, pra ajudar a carregar a nenê que estava para nascer. É sua segunda filha. Novamente estávamos eu, Alicia e Gil no SMSE-MA em mais uma tentativa de reunião do Subterrâneo, mais uma vez sem Máfia. Cheguei e Gil estava ouvindo o “Preciso me encontrar” do Cartola. Achei que a música destoava do Dancehall que o jovem curti e perguntei “Cartola?”. “É. To fazendo a edição do vídeo do Besouro, foi aniversário dele e ele gosta dessa música”. Partimos para uma discussão desse fazer cultural anti-indústria, independente, falando sobre os vários

artistas do bairro, a falta de investimento e a vontade de dar visibilidade a eles com o projeto. Disse que ia ver se tinha alguma coisa pra gente comer, se eles queriam um café da manhã, já que a gente tinha se encontrado logo cedo e Gil brincou algo a respeito de eu comer uma hóstia. Esse lugar santificado sempre me incomoda, já falei pra Máfia parar de me chamar de anjo e agora Gil vem com essa da hóstia, com uma mistura de respeito e deboche. Sobre os combinados, Alicia ficou de ir tirar umas fotos dos trabalhos de grafite do Vilão, um artista da Vila Clara, mas para isso Gil deveria ter trazido a câmera, que acabou esquecendo em casa: “Falha minha”. Eu fico de agilizar o ofício pra subprefeitura. Questionando se estamos fazendo o que tava previsto no projeto e a resposta de Gil é rápida e provocativa “lógico que tá!” e a respeito disso eu lembro tudo que ainda não tinha sido feito e que tava no cronograma: inscrições de artistas, divulgação do festival, derivas. Sobre o que se quer com o projeto, querem que as pessoas olhem e falem “mesmo eles não sabendo eles fizeram umas coisas daora. Porque, querendo ou não, a gente tá competindo, a gente e os outros coletivos. Eles querem saber o que a gente tem pra entregar. Por isso que tem que ser melhor do que o que tava no projeto” justifica Gil, complementando que eles “tem que se adiantar”. “Mas como vai fazer a mais se nem o que tava no projeto pra fazer a gente tá conseguindo?” questiono mais uma vez e ele responde mais inquieto dessa vez “Sei lá, a programação tá quebrando” se referindo a tudo o que se combinava em reunião ou por escrito e chegava na hora ou não saía ou saía de outro jeito.

Os Subterrâneos criaram uma página no Facebook para divulgar as atividades do coletivo e tinham combinado de postar pequenos vídeos das filmagens que integrariam o documentário, como *teaser*. A melhor parte seria guardada para o filme final, é claro. E assim foi. Acessando a página na rede social vemos pequenos vídeos com entrevistas de artistas locais, onde contam sobre a importância da arte, as dificuldades e dores que tiveram e carregam pela vida, opiniões a respeito do que a Prefeitura podia fazer pelo bairro e porque morar lá é mais seguro e interessante do que nos bairros mais ricos. As entrevistas são gravadas na casa dos artistas no meio da quebrada, nos pontos de ônibus onde alguns deles trabalham vendendo balas, ou nas aparições de outros eventos culturais que ocorreram na praça da feira-livre, como os grafites sendo feitos por um artista local, rodas de capoeira de um CCA junto com um participante da batalha mandando uma rima, encontro de carros antigos e ensaios de bateria de escola de samba. Destoa desse conjunto a única entrevista feita com uma mulher, comerciante do bairro, que conta sua história na barraquinha onde vende

cachorros quentes a preços acessíveis, dizendo que seu sucesso e sustento veio de um milagre e promessa para Deus. É nessa barraquinha onde Gil, Máfia e Matheus comem antes ou depois do pão. Outra presença marcante nos vídeos são os carros de polícia passando lentamente em frente às casas, na avenida, ou em volta da praça, e os Subterrâneos fazem questão de mostrar essa constante vigilância. Como um vigiar aquele que vigia. Todos os encontros de filmagens e edições foram feitas por Gil e Máfia, em parte porque Gil ficou com a câmera e por ser o único que tem conhecimento de edição, mas também porque os amigos moram próximos e já tem uma rotina juntos. Não há um grande esforço em criar espaços para que Alicia possa participar das filmagens, ela que aparentemente deveria adequar seus horários. A única filmagem da qual participa é a da senhora comerciante, famosa “Tia do Dog”. Mais uma vez essa dificuldade em deixar Alicia participar da filmagem e do manifesto do documentário está no esquecimento de Gil em trazer a câmera para que ela pudesse gravar a entrevista na outra semana.

Também tem algo do momento. Apesar de marcarem dia, horário e local de encontro para as filmagens, elas dificilmente aconteciam conforme o planejado. É a programação que quebra, os combinados que eles mesmos fazem e não cumprem. É a ausência de Máfia nessas duas reuniões, das quais ele combinou e se comprometeu a participar. Apesar da programação, as filmagens e eventos acontecem quando resolvem acontecer, fugindo do planejado pelos jovens e do firmado com as instituições. Aqui se inicia também um movimento de dizer que aquele membro do coletivo que falta em algum evento combinado, seja reunião, seja filmagem, seja qualquer outra atividade, é o membro que falta com compromisso. Nesses dois encontros acima, essa (ir)responsabilidade recai sobre Máfia, presente em ausência. São sinalizações que vão se repetir em encontros seguintes: a quebra da programação/planejado/combinado; a dificuldade na prestação de contas; o fazer a mais / fazer a menos; as ausências marcadas; a faixa em branco; a falta das camisetas; o lugar não humano que eu ocupo; o se adiantar/ se atrasar / estar a milhão;

As reuniões já haviam acontecido na casa de Gil, na praça da feira-livre e agora no SMSE-MA. Volta e meia o grupo escolhia se reunir no Serviço de Medidas Socioeducativas e dizia ser por conta da facilidade da internet, da possibilidade de impressão gratuita fornecida gentilmente pelos funcionários e também por ser suave, um lugar tranquilo. Além disso, claro, um local onde sempre existia algo para comer, nem que fosse apenas para beliscar nos dias onde o orçamento do Serviço estava mais apertado e onde de vez em quando se oferecia uma macarronada para quando havia uma doação especial e ficávamos boa parte do dia

trabalhando. Era também um local onde se confiava nas pessoas, onde se encontrava conhecidos entre as funcionárias e os atendidos.

Para seguirmos, preciso atualizar os leitores sobre outras atividades do coletivo. Apesar do combinado formal do projeto organizar atividades de filmagem do documentário e de organização do Festival, para além disso os Subterrâneos decidem começar a organizar eventos, pequenos bailes de reggae pela quebrada, “*sem perder a essência e a originalidade de quem nasceu e vive no ghetto*”. Ao todo foram 17 eventos organizados, 16 realizados, o último deles cancelado por conta da pandemia recém-chegada ao Brasil. Tocava a melhor seleção do Dancehall, em parceria com outros coletivos soundsystem da região. Os eventos eram nomeados, organizados e inspirados na própria quebrada (eventos Entre Becos e Vuelas – 01/11/19; Quinta free Zaira -19/12/2019; Pantanal no morro virada do ano – 31/12/2019; 0800 Zaira Dancehall na rua – 31/01/2020), nos artistas tocados ou parceiros (especial Bob Marley e Sister Nancy – 02/11/2019, Cupecê Hi-Fi + convidados na Missionária – 22/11/2019 e 01/12/2019) ou ainda como homenagem aos queridos que se foram (0800 Feira Livre eterno Jamals – 10/11/2019). Esses eventos já eram realizados anteriormente por Gil e Máfia, via outros coletivos ou simplesmente no encontro de amigos. Decidem agora fazê-los através do Subterrâneo e falaram que seria uma forma de já divulgar o festival e também tirar fotos e fazer vídeos desses eventos para integrar o documentário. Alicia fica de fora, pois não comparece aos eventos tarde da noite. Ela resolve então buscar seus próprios caminhos de criação no coletivo.

3.1.4. Prisões, sonhos, máquinas e anjos: desventuras de Alicia e o inorgânico em mim

CONVERSA NO MESSENGER COM FELIPE, MARIDO DE ALICIA

(diário de 11 de novembro de 2019)

Felipe:

Oi boa tarde

Sabe me dizer se ontem teve o coletivo de vocês

E se a Alicia compareceu?

Eu:

Eu não estava

Mas vi as msgs sim

Acho que ela filmou com o Vilão da Vila Clara

Moça me ajuda

Ela não foi grava

E aconteceu uma coisa com ela

Ela mentiu para mim

Eita como assimmmmmmm

É foi fazer o errado

É ela tá presa

Pera, vamo devagar

Eu sei q ela ia filmar esse final de semana com esse artista da Vila Clara

Só não sei se no sábado ou domingo

Domingo ontem

Eu nunca to nas gravações de fds

Pera! deixou ver aqui com o resto do SUB

Mais não comenta q ela foi presa

Tô contando pra vc

Apesar das dificuldades de incluir Alicia nos dias de gravação, ela mesma fez o corre e entrou em contato com um artista conhecido do bairro onde havia crescido e vivido boa parte de sua vida, chamado Vilão. Contou então que havia marcado com ele de realizar a filmagem e entrevista no final de semana e, como Gil havia esquecido a câmera, combinaram de se encontrar para que ele pudesse levar o equipamento e acompanhá-la no dia da filmagem. Marcaram encontro na praça da feira-livre pela manhã e de lá subiriam para encontrar o entrevistado. No entanto, acordo na segunda-feira com essas mensagens de Felipe, querendo saber o que havia acontecido com Alicia. Ao saber que ela havia sido presa fico muito preocupada, pois pensei que talvez ela e Gil pudessem ter sido presos enquanto faziam as filmagens, ainda mais sabendo do interesse dos adolescentes em retratar o veneno cotidiano destilado pela polícia na região. No entanto, a história era outra. Alicia saiu de casa no domingo à tarde contando que estava indo para a filmagem e na verdade havia combinado com uma amiga de furtar um supermercado. Pergunto no grupo de Messenger do SUB se Alicia apareceu para a filmagem e Gil desgostoso fala que ficou esperando ela na praça, mas ela nunca apareceu nem mandou mensagem. Tava montada a situação. Alicia grávida de sete

meses, presa por furto em supermercado. A família correu atrás de advogado e eu também busquei contatos que pudessem ajudar. No final, acabou sendo solta com suspensão condicional da pena, já que era sua primeira passagem no sistema penal de adultos. Ao saber que ela estava em liberdade agradei a Xangô e já pedi para nos encontrarmos. Me pareceu muito simbólico que bem no dia em que ela conduziria uma entrevista, ou seja, quando apareceria enquanto artista para o coletivo, acaba escolhendo realizar um crime no mesmo horário, deixando Gil a lhe esperar com a câmera em mãos.

Nos encontramos na própria praça da feira, e ela já me aguardava sentada no chão em um dos cantos, fumando um cigarro, os olhos inchados. Conta que o plano era ir até o supermercado e levar vários potes de Nutella, que ela venderia na quebrada por um valor um pouco abaixo do cobrado no supermercado, mas que o segurança percebeu. Daí foram presas e ela ficou no corró pela primeira vez, um local apertado e sujo da delegacia, onde se aguarda transferência para outros locais. Disse que nunca tinha passado por isso e que não queria nunca mais ter que passar. Contou ainda do ódio que viu nos olhos do marido quando ele foi visitá-la, dizendo que agora ele não queria mais ficar com ela pois se sentia traído pela mentira contada. Eu ouvia o relato falado com a voz embargada de lágrimas e repleta de promessas de que iria mudar, mas que o furto era *pique um vício. É a adrenalina*, conta ela. Eu poderia ouvir o relato e não questionar as coincidências da situação, simplesmente aceitar o que me era dito. Mas acompanho Alicia há muito tempo e pensei que eu precisava pelo menos devolver algumas coisas para ela. Tá, eu havia entendido que ela furtava pequenas coisas em supermercados com alguma frequência pelo que ela estava me contando, mas porque marcar um grande furto bem no dia e horário marcado para a gravação? Afinal, ela havia marcado com o Vilão e com o Gil, eles tinham ficado esperando por ela. Essa entrevista era dela. Ela não soube me responder, só repetir que faz tudo errado. Outra coincidência é que mais uma vez ela foi presa grávida, da primeira vez que levou ao cumprimento da medida também. Nisso ela discorda, diz que não estava grávida quando foi presa a primeira vez, mas eu conto os meses com ela e a constatação parece vir como uma surpresa. *“É mesmo, das duas vezes eu tava grávida”*.

Não contei a respeito da prisão para os outros integrantes do SUB, mas conversei sobre o que ela falaria quando eles perguntassem, já que haviam combinado e ela faltou e talvez eles devessem saber os motivos. Quando chegou a hora do questionamento, feito por Gil, Alicia disse que teve uns problemas e não pôde comparecer. Máfia ficou quieto. Depois Ali me conta que havia contado pra Máfia, mas não pra Gil, porque Máfia iria entender já que

também já tinha passado por aquela situação, enquanto Gil tinha outra visão e vivência. Acho que essa ideia vinha do fato de tanto Máfia quanto Ali já terem passagem, terem cumprido medida, enquanto Gil nunca foi do crime, tendo terminado a escola certinho, trabalhado de carteira assinada, feito cursos e até passado na faculdade, que ele depois escolheu não cursar.

ALICIA ME CHAMA NO MESSENGER:

(diário de 24 de novembro de 2019)

Alicia:

Bom diaaaa

Sonhei ctg

Vc era uma especie de robo ai tinha muita gente querendo por a mao em vv

VV

Vc

Dai nos ficava fugindo lutando com os caras

Mano parecia um filme de acao

Eu:

Hahahaahahaha

Bom dia!

Que bom q a gente conseguiu fugir

Só não sei porque eu era um robô kkkkk

Adorei

Sim vc não era humana

Medo

Rs

Tinha um rapaz que ajudava agente mais não lembro o rosto dele

Ele era meio loiro

Loiro tipo eu ou cabelo pintado?

E você, era humana?

Tipo vv

Vc

Eu era humana tava muito ferda e não tava grávida

Muito ferida?

E oq mais mi chamou atencao foi que as persiguisoes eram pelas ruas da vila clara

Ai acordei com a gente na cupece

A gnt conseguiu escapar então?

Pq te chamou atenção ser nas ruas da vila clara?

Eu acordei agente ainda tava cendo perseguida ainda

Esse não é o primeiro sonho que os Subterrâneos me contam. Lembro de Máfia me mandando mensagem pela manhã um dia, dizendo que acordou chorando porque sonhou com o pai falecido, falando para ele que tudo ficaria bem. Ele me manda uma foto chorando e logo depois apaga e pede para não falar para ninguém. Mas é o primeiro sonho que Alicia me conta. Ela me chama de manhã no Messenger e relata o sonho intenso que teve naquela noite onde ela, que na vida acordada tinha acabado de ser presa e solta depois de não ter ido até a Vila Clara, vive em sonho outra perseguição de moto, onde nos salvamos de sermos capturada graças aos meus dons não humanos, sendo auxiliadas, ainda, por um menino de cabelo loiro como o meu. Robótica, maquina, apareço como aquela capaz de fazer o que ela não consegue por estar muito ferida. No sonho eu sou a pessoa que é perseguida e ela me acompanha: “tinha muita gente querendo por a mão em vc”. Traço um paralelo desse local de máquina que ela me coloca com o angelical reiterado por Máfia e Gil, ambos não são humanos, possuem alguma distinção que me permite fazer atos diferentes dos deles e também me distancia dos jovens. Tem coisas que eu não vou entender. Algum tempo depois Alicia me conta outro sonho, em dia de reunião do Sub.

PRIMEIRA REUNIÃO DO SUB DE 2020:

(diário de 13/01/2020)

Imaginei várias coisas para hoje. Diversos cenários e conversas já passaram pela minha cabeça. Acho que existe um ponto em comum entre as possibilidades, ou todos damos risadas juntos, ou as discussões afloram e algo se quebra. Será possível fazer os dois? Queria, também, levar algum presente. Tornar daquele momento um marco. Acabei optando por uma caixa de bombom porque Alicia disse estar com vontade.

Foi ela mesma que despertou o grupo esse ano. Ela, também, quem mandou mensagens de feliz natal e feliz ano novo. Isso em meio ao turbilhão de parir e de se fazer pai e mãe, que ela e Máfia experimentaram mais uma vez esse ano, ambos na virada de novo. Pra mim foi

uma felicidade saber que os bebês Leo e Pérola nasceram bem. Eu chamei, na segunda passada, a primeira reunião do ano para hoje, às 14 horas, na casa da Alicia. Pensei em fazer lá porque não sabia como seria para ela se deslocar pouco tempo depois do parto e com uma bebê pequena. O primeiro a me responder foi Máfia: “Por mim fechou”. Pouco depois, já manda foto do filho: “Tá super bem meu gordão”. Alicia responde também pouco depois falando que tinha mudado de casa e sugeriu que fizéssemos na casa dos pais dela, pois já sabíamos onde era. Eu falei que gostaria que fosse na casa nova dela e que a gente dava um jeito de chegar. Daí ela explicou onde era e a verdade é que eu não entendi nada.

Chegar na casa nova da Alicia seria um problema então mandei mensagem e pedi para que ela nos encontrasse na casa dos pais dela, para então nos levar até a casa nova. Logo depois dela concordar em nos levar até lá, começa a me contar sobre mais um sonho. Ela estava no estacionamento de um supermercado. Em algum momento ela pega um danone de frutas vermelhas e come. “Menina deu pra sentir o gosto do danone kkk”. Depois chegam Gil e Máfia, os dois de camiseta amarela que nem o sol. Mas ela só reconhece o Gil, porque o Máfia tava diferente, de trança. Também disse que o Gil tava com uma namorada linda. Depois que eles chegam, todos tomam danone juntos e ela elogia os olhos da namorada de Gil. O que me vem na cabeça é de onde veio o danone, já que Alicia foi presa da última vez furtando mercado. Perguntei sobre o danone do sonho e ela me contou que havia pegado no mercado, enrolado em uma blusa.

Nesse sonho não há lugar santificado ou robótico. São apenas os Subterrâneos se encontrando do lado de fora de um supermercado, compartilhando o danone furtado. A delícia de poder comer o danone, algo que na vida acordada dificilmente se encontra na geladeira de Alicia, marca a intensidade do sonho. O danone é proibido porque constantemente negado à fome de Alicia. Desse proibido, surge o fazer pelas beiras, o enrolar do pequeno pote de morango na beira do casaco, para que todos os adolescentes de camiseta amarela possam degustar a delícia do lado de fora do estabelecimento que tantas vezes os perseguiu e prendeu. Naquele momento eles se encontram e são um coletivo, se encontram apesar das diferenças e não falta ninguém, envoltos em suas blusas amarelas iluminadas da cor do sol e a beleza que vem acompanhada na namorada de Gil e nas tranças de Máfia. Compartilham algo impossível de compartilhar comigo, penso de início, embora seja comigo que se compartilha o relato do sonho. Esse sonho que Alicia me conta também me lembra uma ocasião onde fomos comprar umas bolachas com o dinheiro do projeto e

Máfia aproveita a ida ao mercado para trocar de chinelo, deixando o velho pendurado nas prateleiras e saindo com o novo no pé. Também me lembra a conversa que tivemos na primeira vez que fomos na casa de Gil, onde Máfia elogia a goma do parceiro e pergunta se a reforma foi feita com o dinheiro do processo de Gil contra o Extra, em ocasião onde filmou o segurança o perseguindo reiteradamente no mercado.

O sonho, no entanto, é apenas o começo de tudo que se apresenta naquele dia. Sigamos o diário.

3.1.5. Incômodos em silêncio: o que entra e o que não entra nas reuniões

[continuação do diário de 13/01/2020]

Fico apreensiva porque Gil está bastante ausente nesse início de ano. Ele até visualiza as mensagens do grupo, mas não fala nada. Também me parece que ora é ele que faz isso, ora é o Máfia. [...]

Cheguei quase 14h na feira livre pra buscar Gil e Máfia, mas chegando lá estavam só Gil e Matheus. Matheus andando de skate, Gil conversando. Cheguei e ele se distanciou dos pessoal pra sentar comigo, trocamos ideia sobre o fim de ano, as viagens e as festas. Ele parece ter aproveitado bem e parece ter entendido a importância das férias, que ele fervorosamente defendia não serem necessárias. Disse que já está cheio de ideias, pensando em várias coisas pra fazer e dizendo que a gente trabalhou pouco ano passado, que foi bem menos do que ele achava que deveria ser feito. Comentou ainda que “a gente é um coletivo que não é um coletivo” e que pro ano que vem ele quer uma carteira de trabalho assinada, que acha que não vai rolar outro projeto. Apontei que o coletivo se constrói e que, até elaborarem o projeto, eles não eram um coletivo mesmo. Desde então eles vem se aprendendo como coletivo. Mas ele me apontou pra falta de responsabilidade, aparentemente se referindo a Alicia e principalmente a Vitor, dizendo que desde que virou ajuda de custo ninguém quer saber do projeto, só do dinheiro. “Nois sempre fez de graça, sem receber nada”. Na visão dele a ajuda de custo atrapalha a execução do projeto, porque ai “todo mundo só quer saber de receber” e falou que por ele dividia o valor da ajuda de custo final em duas parcelas de R\$ 500,00. Conversei dizendo que achava a ajuda de custo importante, que achava importante eles receberem pelo trabalho que estavam fazendo, mas que tem que ter os dois lados, não adianta receber sem fazer nada. “Até porque, foi algo

que vocês escolheram”, lembrando que o projeto nasceu do desejo de todos os envolvidos e que a continuidade ou não continuidade depende das mudanças e permanências desse mesmo desejo ou de outros a se formar.

Mais uma vez, estávamos esperando Máfia para poder prosseguir. Perguntei dele e Gil já mandou que não sabia, que o Máfia havia mandado mensagem pouco antes, avisando que tava chegando, mas que já fazia um tempo desde a última notícia. Avisou, ainda, que provavelmente viria ele, o bebê e Larissa, “a mulher dele”. Confesso que tenho achado problemática a presença de Larissa e outros “maridos, companheiros, esposas” nas reuniões do Coletivo. Quando essas figuras estão junto tem algo de prestar contas, de mostrar que o projeto tá mesmo sendo feito, de mostrar quanto dinheiro ainda tem e, bem, de não conseguir mostrar com mais profundidade o que se quer mesmo, porque afinal é preciso manter a pose de “marido” e “esposa”. Logo mais chega Máfia, com os acompanhantes que Gil previu. Ele carrega o filho nos braços, envolto em várias mantas de cor azul e revestimento carneirinho. O sorriso é marca registrada. Com carinho genuíno, ele vem me abraçar e perguntar se estou bem, se tinha sido bom o fim de ano e que finalmente estávamos nos encontrando. Larissa parecia melhor também, até esboçou um sorriso. Perguntei do Leo, como ele tá, e Máfia já mostra o “gordão do papai”. É um bebê grande mesmo, que dorme em seus braços, com uma expressão de quem está bastante confortável.

Íamos seguindo para o carro, quando me ocorreu perguntar a Matheus se ele iria também. O adolescente pensa um pouco e consigo perceber certo desconforto em seu olhar, desconforto que já observei outras vezes. Apesar disso, o garoto diz que vai sim, se despede dos amigos, pega o skate e segue com a gente até o carro.

Peço desculpas por até o momento não ter apresentado Matheus nessa narrativa. Precisei selecionar alguns dos vários diários para contar a caminhada dessa pesquisa e Matheus acabou não aparecendo até agora nesses relatos, embora esteja presente desde o início do projeto. Talvez seja, então, o momento de contar como ele transita por essa história. Diferente dos outros Subterrâneos, Matheus é branco e poderia muito bem ser o menino loiro que Alicia encontra em sonho, iniciando sua caminhada no coletivo com apenas 14 anos, embora nos falasse o tempo todo que tinha 15, diferindo dos outros integrantes que somam 18, 19 e 20 anos no início do projeto. Depois descobrimos, ao ver o RG do menino, que ele tinha na verdade 14. Enquanto Gil fica mordido achando que

Matheus mentiu a idade, lembro de Michel e penso que talvez ele só não sabia ao certo quantos anos tinha, nem sua data exata de nascimento. Matheus é muito próximo de Gil e ambos dividem a paixão pelo skate, o reggae, a erva e mulheres. Gil se entende enquanto amigo e mentor de Matheus, ensinando a caminhada certa para ele e por isso também chama o *menó* pra colar junto nos eventos, ensina truques de câmera e som para ele, dá conselhos e broncas sempre que acha necessário. Por o adolescente acompanhar os eventos do coletivo o tempo todo, inclusive realizando muitos trabalhos, foi colocado em reunião se ele deveria integrar o coletivo também e fizemos o esforço de enviar os documentos para a prefeitura, pedindo para que ele fosse incluído, tudo certinho, com assinatura da mãe dele autorizando. No entanto, o pedido é rejeitado pelo adolescente ser menor de idade. Dessa forma, Matheus participa do coletivo de forma clandestina, como aprendiz, mas também muitas vezes na condição de *menor*, sendo colocado para fazer diversas funções pelos mais velhos. Logo depois do pedido de inserção negado, Gil e Máfia começam a falar que Matheus não deveria participar do coletivo, que ele ainda tem muito o que aprender e precisava conquistar o seu lugar ali, que não tava apreciando a oportunidade que eles tavam dando para o adolescente. “Não tem responsabilidade” repetiam os jovens e dessa vez Alicia já concordava. Quando Matheus então aparecia, Gil e Máfia ficavam falando o que ele deveria fazer e isso foi cansando o menino, que se sentia injustiçado e desprestigiado, dizendo que estava trabalhando de graça. Me parece que por esses motivos ele não teve certeza se deveria ir na reunião daquele dia, aparentemente ninguém o havia chamado para esse evento do coletivo, sendo solicitado apenas para fazer os reggaes. Eu o chamei enquanto intervenção, pois achava que era preciso marcar um lugar que não fosse o do *menó*, mas enquanto parte pensante e criadora do coletivo. O menino hesita diante do convite, mas acaba botando o skate embaixo do braço e entra no carro conosco.

“É o primeiro rolê de carro com a tia Yliah”, diz Máfia para o bebê. Gil no banco da frente me dava as direções. Direita, esquerda, esquerda. Matheus tentava complementar do banco de trás, mas às vezes se confundia e levava um pito de Gil. “Aê, menó, nem parece que cê tá aqui toda semana, tio. Sabe nada do caminho”. Chegamos em uma parte da quebrada que eu não conheço, o famoso Pantanal, onde ocorrem os maiores bailes da favela. Aparentemente os mlk tinham conversado com Felipe, marido de Alicia, e ele explicou onde estavam morando. Gil logo entendeu que era perto de um dos lugares onde eles faziam o Reggae, o morrão. Chegamos em frente a um morro com um portão de madeira e muito lixo

do lado de dentro. Gil falou que podia parar ali: “aqui é tudo nosso!”. Felipe nos esperava na esquina e disse que a casa era mais pra dentro, que seria melhor levar o carro pra lá. Dei a chave na mão de Gil e falei pra ele tocar. Virei de costas e fui seguindo Felipe, Máfia e Larissa, que tiravam um sarro com Gil e comigo, falando do “perigo” de deixar Gil dirigir. Pouco depois ouço Matheus gritando, apoiado na porta do carro parado, pedindo pra eu voltar. Então voltei e entrei no banco de trás. Gil disse que não sabia o que tinha que colocar no câmbio. Carro automático, “nem todo mundo sabe”, falei. Dei as instruções e, com gentileza, demos ré, e seguimos em direção à casa de Alicia. Gil estava tenso, consegui perceber, mas ao mesmo tempo era uma questão de honra (ou de masculinidade?), ainda mais com todos os outros homens caçoando dele. Foi tudo bem, ele foi devagarzinho, prestando bastante atenção, só em um momento que ele freou bruscamente, eu dei uma voadinha pra fora do banco e Matheus também foi pra frente. Gritei um “puta que pariu, Gil” e Matheus riu. Gil não riu. [...]

Felipe nos guia pela viela até um portãozinho de ferro que, apesar de estreito, abre-se num quintal amplo da família de Felipe. Se tem algo que eu gosto na quebrada são os jardins escondidos, que ainda não encontrei em outras partes da cidade. Enquanto caminhamos para a última casinha ao fundo, passo por vasos de manjerição, um mamoeiro e outras folhas que não consigo distinguir, todas num verde brilhante, lavadas pós chuva. Essa parte da quebrada me lembra o interior, onde cresci. Chegamos na casa ao fundo, dois cômodos e um banheiro. Pequena para uma família de quatro pessoas, bem limpa e organizada. Abraço Alicia e Yasmim, sua irmã, que estava de visita e que lembro dos tempos de Folgedos no SMSE. Também abraço e beijo Luara, a filha mais velha de Alicia, agora com quatro anos, que vi bem pequenininha também no MSE. Conheço Pérola, mas não é Alicia que me apresenta a ela, vou conhecê-la no berço, junto com os outros. Que nenê bonitinha, um olho grande! E quietinha, quando reclama são só alguns barulhinhos, como se estivesse incomodada. Mesmo assim tenho receio de pegá-la no colo e recuso quando Alicia vem tentar fazer eu carregá-la.

Isso me faz pensar que hoje cedo Alicia me convidou para ser madrinha da Pérola. Eu tive que recusar, me assusta o fato de ser responsável por uma criança. Mas não sabia como falar isso pra ela. Expliquei que não era madrinha de ninguém até o momento porque eu tinha medo de bebês, o que é uma explicação simplificada da relação que eu tenho com crianças pequenas. Ela riu, mas me convidou mesmo assim. Perguntei se não poderia ser madrinha dela, já que ela já é adulta. Ela riu de novo e disse que já era batizada. Me

perguntou se eu seria, então da Luara. Em nenhum momento disse não, mas acho que mandei o recado. De toda forma, quando chegamos na casa ela não parecia chateada com isso. Mesmo assim fiquei me perguntando se estava.

De início, o cigarro. O pessoal vai pra fora fumar. Voltando, Alicia amamenta Pérola, enquanto as pessoas conversam. Tive o entendimento que estávamos esperando ela terminar para começar a reunião. Pensando agora, acho que a gente deveria ter começado com ela amamentando, incluir as mães. Assim que a amamentação termina, trago a caixa de bombons que havia comprado por ser a primeira reunião do ano. Todos pegam um e Máfia solta que é “pra adoçar a vida”. Enquanto comem, Felipe e Matheus passam pegando um trocado do pessoal, pra ir comprar maconha e seda. Máfia sempre dá um palpite, dizendo que é pra comprar duas ao invés de uma e diz que a seda está mais cara lá pro lado onde ele mora. Felipe complementa falando que no Pantanal ainda é 75 centavos.

Gil puxa a primeira pauta: “eu só quero saber o que a gente vai falar pra Helena amanhã” e Máfia responde que tá tudo certo, que eles fizeram tudo o que precisava fazer. Que só faltava o remanejamento dos recursos. Helena é a funcionária da prefeitura responsável por acompanhar o projeto. Gil balança negativamente a cabeça e diz que acha que o relatório de lançamento das notas não tá pronto. Alicia e Máfia dizem que sim, que só faltava incluir o último mês. Gil não parece convencido, mas não fala mais nada. Decidem que vão ele e Máfia na Secretaria de Cultura amanhã. Alicia não vai por conta da nenê. Felipe e Matheus chegam e todos saem pra fumar. Eu fico brincando com Luara do lado de dentro. Não saí porque não concordava em parar a reunião, que já tinha demorado para começar, para ir fumar de novo. Percebo que Pérola está com soluço e vou chamar Alicia. Ao avisar, Larissa vem junto, fala que cobriu a nenê mas que o soluço não deve ter passado. Ficamos no quarto, então, Alicia, eu, Larissa e as crianças, todas as mulheres. A esposa do Máfia aproveita o momento para contar que ele não é presente, que sai de casa de manhã e fica fora até à noite, não cuida do filho, não pega ele no colo. Lembro que ela já havia reclamado, contando que “quando recebe dinheiro da prefeitura o Máfia não fica em casa”. Também já havia falado em particular para mim que acha que o Gil é que arrasta Máfia para a rua, que vai chamar Máfia todo dia na porta da casa deles. Contou, ainda, que saíam dali no máximo umas 16h para ir ao cartório colocar o nome de Máfia como pai e que ela só está aceitando porque a mãe dele implorou, porque se fosse por ela não colocaria e que já falou pra ele que bota ele na justiça e cobra pensão se precisar. E eu pensando que ele faz toda uma pose de bom pai... mas o que será um bom pai para ele? Afinal, o pai dele

morreu quando ele tinha aproximadamente 11 anos, num acidente de moto. Contou que o pai e a mãe brigavam sempre, ambos bebiam muito e tinha muita gritaria. “Nossa, era um inferno”, consigo ouvir na voz dele, lembrando da conversa na recepção do SMSE, aquelas conversas pós Folguedos, onde ele ficava até o Serviço fechar. Pouco depois do pai morrer, Máfia tem seu primeiro filho, quando tinha apenas 12 anos, e entra no crime. Apesar de toda essa situação, o carinho de Máfia pelo menino é evidente. Está sempre mandando fotos e nomeou o filho em homenagem ao irmão de alma que havia sido morto, aquele que ele queria cantar a música no festival.

Quando os homens terminam de fumar, Máfia e Gil voltam para dentro. Continuam pensando no que precisa ser feito para esse ano: o palco, inscrições dos coletivos, como vai fazer com o som, o ofício e tudo o mais. Gil e Máfia pelo jeito já haviam discutido entre eles o lance do som, dizendo que querem reformar o som que eles têm e que, se reformar, será o suficiente para o festival. Máfia também diz que precisam pensar no remanejamento de recursos para que possam receber no último mês e sinto uma olhadinha de leve de Gil pra mim, com um “é disso que eu tava falando”, lembrando da conversa na praça. Tem tanta coisa que fica de fora dessas reuniões do coletivo! Como fazer isso entrar?

Essa é a primeira reunião que acontece na casa de Alicia e dessa vez estão todos do coletivo presentes, mais o marido de Alicia, a esposa de Máfia, Matheus e todas as crianças. Ao invés de faltar alguém parece que nessa reunião tem gente a mais. Muitas coisas acontecem em volta do que precisa ser tratado na reunião: o desconforto de Matheus com o resto do coletivo; as opiniões de Gil quanto à ajuda de custo, o trabalho e a falta de compromisso; o isolamento de Alicia no Coletivo e também dentro da própria família; o convite para ser madrinha da bebê; questões da maternidade e paternidade; a constante interrupção da reunião.

Quanto ao desconforto de Matheus, já tratei disso acima e quero apenas acrescentar que em nenhum momento de todo o encontro se perguntou as opiniões do menino ou ele foi incluído nas atividades. Quero desenvolver um pouco mais as outras questões emergentes.

Gil já há algum tempo se posiciona sobre a necessidade de “estar a milhão”, trabalhando muito, já tendo expressado que não teria horário para filmagem nem eventos do coletivo porque toda hora era hora, que não teriam descanso de final de semana, nem férias. E de fato o trabalho a milhão aconteceu com os vários eventos feitos pelo Coletivo na figura de Máfia e Gil, nos vários vídeos filmados, editados e publicados e nos encontros frequentes

entre os jovens para fazer as atividades culturais que eles queriam. É o fazer a mais. Em compensação, haviam os momentos de fazer nada, longos momentos onde não se comparece às reuniões, onde não se pensam as atividades, nem se filma nada, nem se editam vídeos. Há ainda, a dificuldade de prestar contas, elaborar e entregar as respostas exigidas pelo institucional. Gil então expõe algumas de suas inquietações, acha que as coisas fluíam melhor antes de terem a ajuda de custo, antes de serem pagos pelo trabalho. Ou seja, de alguma forma terem ganhado o fomento da prefeitura mais atrapalhou que ajudou. Frustrado, o jovem fala que não quer fazer um projeto para o ano que vem e prefere um trabalho registrado.

É possível algumas aproximações entre as colocações de Gil com a de Larissa. De acordo com ela, é o dinheiro da prefeitura que faz Máfia sair de casa e deixá-la sozinha com o filho recém-nascido, que o afasta de suas obrigações como pai. Para ela o dinheiro recebido não é uma remuneração pelo trabalho no projeto, mas uma desculpa para sair e deixá-la sem informações e sozinha. Máfia em outra ocasião conta que eles brigam muito por conta disso e ele fica lembrando a ela que ele só está correndo atrás do sonho dele.

A reunião em si demora a acontecer. É o atraso de Máfia, são as conversas anteriores, são as pausas para fumar, para aguardar o momento da amamentação, para comer. Sempre há algo mais para fazer antes de se colocar em questão o projeto. Quando chegada a hora de finalmente falar sobre o que ainda precisa ser executado, tudo parece ajeitado. Os documentos estão em ordem, o som e organização para o festival já está acordados e resolvidos, com Gil e Máfia liderando as ações. Alicia pede para ficar em casa e não ir realizar as compras dos equipamentos faltantes no centro pela bebê ser ainda muito pequena e por ter acabado de dar a luz. Nesse momento todos entendem e concordam, não há com o que se preocupar. As discordâncias e dificuldades aparecem apenas em pares, em trocas de olhares, conversas entre grupos de homens ou mulheres, ao redor do local marcado para a reunião, mas dificilmente adentra a discussão. Única tentativa feita foi a colocação de Gil ao questionar o que iriam apresentar para a funcionária da prefeitura no dia seguinte, considerando a demora na prestação de contas e os instrumentais incompletos.

Analisando essa dinâmica, nesse dia resolvi fazer uma aposta diferente, emprestando a minha boca para o que era falado nos escanteios dos encontros: como a programação quebrava, como a organização do festival estava atrasada, as dificuldades que estavam ocorrendo na prestação de contas, sem especificar, mas pontuando que não estava tudo correndo bem como se parecia pintar nas reuniões. Tentei jogar isso que corria por fora para

dentro, mas pensei nos riscos e possíveis efeitos, já que estaria concordando com o lugar em que geralmente era colocada: a do institucional, da mentora, da que cobra e vigia, lugares que geralmente escolho subverter. Eu falar os incômodos jogaria eles para dentro da reunião, mas também confirmaria esse papel que eles me colocavam. Ao jogar essas questões, Máfia e Alicia parecem aliviados com a bronca, porque assim foi encarado, “*puxão de orelha*”. Não imaginei que fosse ser essa a reação, de alívio. Já Gil fala que acha que o que atrasou foi o ofício, única função que eu peguei pra fazer, o ofício a ser direcionado à prefeitura pedindo a cessão do espaço da praça para o festival. Eu joguei incômodos do Gil dentro da reunião e como resposta algo se condensa em torno desse ofício, como se de alguma forma eu fosse responsável pela não realização do projeto.

É preciso sinalizar também a ausência da Secretaria Municipal de Cultura no acompanhamento do projeto do Subterrâneo. Nas reuniões com Helena e outros representantes, é colocado que estão à disposição para ajudar, para ensinar como executar o projeto da melhor forma e como contornar as dificuldades com a prestação de contas. De início, ainda, se comprometem em mais de uma ocasião a ir até a quebrada para fazer reuniões se fosse preciso. No entanto, quando os adolescentes pedem para que isso ocorra eles é que são chamados a se deslocar até a SMC, o que pra eles é mó rolê, uma distância longa e custosa a ser percorrida. Lá são assegurados de que está tudo certo, embora não se disponham nem a olhar os papéis que os meninos levaram, dizendo que tudo precisa ser feito eletronicamente. Quando o coletivo envia os documentos via e-mail, a SMC demora a responder e aponta sempre algo faltando, o que gera descontinuidade e desconfiança. Ora, tá tudo certo ou não tá? Nunca se sabe, pois as mensagens recebidas da SMC são ambíguas e distantes, ocupando mais um lugar simbólico permanente de cobrança do que de apoio e parceria.

3.1.6. Efeitos

FAZER JUNTO

(diário de 16/01/2020)

Desde a manhã as mensagens já tavam rolando. “E ai, vamo se ver hoje?”, mandava Alicia umas 10 da manhã. Diferente do dia anterior, Gil respondeu prontamente, dizendo que estava novamente no centro com Máfia tentando comprar mais alguns equipamentos, mas que às 14h já deveriam estar de volta. Confesso que não botei fé, achei que mais uma vez ia

ficar para depois. Já eram quase meio dia quando foi a minha vez de mandar mensagem “gente, se não for ter reunião vocês poderiam me avisar pra eu poder me organizar?”. Ao invés do cancelamento esperado veio outra pergunta “qual o orçamento do projetor? Não tá conseguindo achar”. De cabeça lembro 1500, mas queria confirmar. Acesso os arquivos que ainda tenho salvo no meu computador e envio por e-mail pra eles, confirmando o que eu imaginava. Discutimos se valeria a pena comprar ao invés de alugar. Eles dizem que sim, porque se comprarem podem alugar e ganhar uma grana com isso também. Com a reforma do som, também me parece viável. Altos planos para quem não queria mais se envolver com os projetos culturais e tava procurando um emprego fixo. Ainda assim, lembrei que a gente não sabia ao certo quanto dava pra remanejar. Resolveram, então, que na reunião de hoje a gente veria certinho quanto foi gasto pra pensar em remanejar.

Alicia já pergunta se pode ser na casa dela ou do pai dela, única coisa é que o sogro estaria presente e daí não daria pra fumar maconha nem cigarro. Como resposta Gil pergunta se ela não pode sair de casa. Alicia responde “medo” e diz que pode, mas teria que levar Pérola e deixar Luara na casa dos pais. Pergunta então por que eles não tão querendo ir até lá. “a por mim eu vou, mas tem que ver se n vai ser em vão a reunião novamente. Tem wifi por aí?”, responde Gil. Digo que eu posso ir também, só não conseguiria chegar às 14h e nem conseguiria chegar na casa dela sozinha. Gil diz que pode ser mais tarde mas que teria que finalizar tudo hoje. Perguntei se Máfia também iria e recebi um “sim, pfvrrrr” como resposta de Gil. Alicia diz que está no aguardo e pergunta se poderia fazer alguma coisa, ao que a gente responde que não sabe. Angustuada, ela responde falando que acha que não estamos satisfeitos com ela no coletivo e que se a gente quisesse tirá-la poderíamos ficar à vontade. A resposta de Gil ilumina “sai dessa brisa”. Eu replico a resposta. Ela continua “eu não intendo muito de computador não, as vezes posso fazer as coisas igual minha cara. Foi mal aí. Quando vocês chegar aqui conversamos”. Mas não conversamos. Chegando lá percebi que ela estava quieta, diferente, os olhos inchados. Não queria também olhar muito na minha cara nem conversar.

Me lembrou os dias que ela estava pior no SMSE. Alicia nunca gostou muito dos atendimentos individuais. Acho que ela os evitava. Disse que era porque toda vez que entrava na sala pra conversar dava vontade de chorar. A lágrima mal rolava e ela já tava secando. Não gostava de mostrar que estava chorando. Também me lembra toda a resistência em se assumir não apenas, mas também, como artista.

Ela ofereceu café para a gente, e passou mais uma vez um pano na cozinha, que já estava limpa. Luara chegou e se amarrou nas minhas pernas. A menina realmente gosta de mim. Pra mim é sempre um desafio estar com as crianças, tenho um receio de machucá-las ou de entendê-las mal, sei lá, tenho medo da reação dos pais, de colocá-las em perigo. Com Luara é diferente. Lembro dela bebezinha no colo da mãe enquanto ela puxava um baião com a caixa. A menina é espoleta, agora com três anos. Mexe em tudo, não para quieta, quer brincar o tempo todo. Como uma forma de deixar Alicia mais livre, eu encaro esse desafio pessoal, que agora já se mistura com curiosidade. Havia levado alguns sulfites e canetinhas coloridas na segunda-feira, inicialmente para que pudéssemos todos fazer jogos criativos de montagem do festival, dos flyers, dos próximos projetos e por aí vai. Tanto na segunda como hoje, na prática quem usou fomos eu e Luara na nossa brincadeira de inventar desenhos e combinar cores.

Escolhemos ir para o outro cômodo, a sala/cozinha e, apesar de Alicia ter arrumado cadeiras para todos, logo estávamos sentados no chão, com a papelada toda espalhada. Máfia no computador tentando achar o arquivo, roteando a internet do meu celular porque o wifi não tava pegando. Gil tirando todas as notas fiscais, falando que era pra fazer tudo de novo e por tipo de gasto, não por mês. Daí eu, Gil e Alicia fomos separando por tipo: alimentação, equipamento, transporte. Mas em algum momento as notas pararam e Gil tava separando sozinho as notas. Percebi que eu não tava entendendo o que tava acontecendo e, mais uma vez, resolvi falar. Alicia juntou-se a mim, dizendo que também não tava entendendo. Gil falou novamente a mesma coisa. Daí respondi que era pra ele dar umas notas pra gente separar também e o adolescente finalmente dividiu um pouco os papéis. Pouco depois olho e estão os três em volta do computador, Máfia lançando os gastos, Gil e Alicia organizando o que precisava ser lançado e o que voltaria para a pasta. Foi muito bonito ver a sintonia dos três e Máfia tinha orgulho e realização estampados no rosto enquanto preenchia aquela tabela que por meses foi muito difícil de enfrentar. Acabei brincando com Luara enquanto os três realizavam os afazeres burocráticos do projeto.

Em algum momento perguntei para Alicia se estava tudo bem com ela, pois me parecia que não estava. De início ela deu risada, falou que com ela tava tudo bem sim, sorrindo. Pouco depois me disse que ela e Felipe discutiram muito na noite passada por conta de Luara, ele falando que ela tinha que tratar a filha melhor e não ficar gritando, mas a briga evoluiu a ponto dele quebrar o telefone celular dela. Me pergunto se a briga foi só por causa de Luara e se isso seria motivo para Felipe querer tanto mostrar para a esposa que ele podia

sair de casa para ir no baile enquanto ela não. Me pergunto também como está sendo para Alicia ficar sozinha dentro de casa todos esses dias, só com as crianças e o marido. Me contou também que por conta das brigas recentes, agora se referindo a uma briga de terça-feira, não levou Pérola na consulta da pediatra e nem foi na sua consulta de pós-parto porque Felipe não queria acompanhá-la.

Já eram oito horas da noite quando terminamos. Ao final, só dei uma olhada no quadro síntese, enquanto os três acompanhavam o que eu tentava fazer. Eu também não sou muito boa de contas e tabelas, mas entendi que os valores precisavam bater. Fiz algumas correções enquanto explicava o que tava fazendo. Máfia levantou e foi fumar um cigarro dizendo que tava muito difícil pra ele. Alicia também levantou, mas Gil continuou acompanhando. Tavam faltando 2 mil reais na conta final. Encontramos um erro de digitação e a conta quase bateu, faltaram 156 reais. Esses não conseguimos achar e fechamos que íamos enviar pra Helena explicando a situação e pedindo ajuda.

Ninguém fumou maconha hoje. Máfia colou em mim já quase indo embora e perguntou qual era a sensação de hoje. Falei que eu tava bem feliz, que a gente resolveu tudo junto e que todo mundo melhorou muito. Que foi bonito vê-lo preenchendo a tabela, coisa que antes eles não conseguiam fazer. Sorrindo, ele disse que tava “se sentindo” por ter feito aquilo também. Alicia e Gil encostaram também e Máfia perguntou a mesma coisa pra eles. Alicia parecia preocupada e cansada, dizendo que ainda faltava muita coisa. Eu então apontei o quanto eles já haviam melhorado, que o que a gente tinha feito hoje antes a gente não sabia nem por onde começar. Máfia falou “só gratidão”, e Gil “é isso, só gratidão”, se referindo ao que eles estavam sentindo. Máfia falou que o próximo encontro seria na minha casa, eu falei que por mim tudo bem, mas queria saber por eles. Gil e Máfia estavam suave, mas tive a impressão de que pra Alicia seria um trabalho a mais. Pensei que por hora poderíamos deixar marcado assim e depois mandaria mensagem pra ela para perguntar. Fomos embora eu, Gil e Máfia.

Nessa reunião estávamos todos dispostos, apesar de cansados. Queríamos preencher o que precisava para entregar a prestação de contas. Em geral haviam muitas dúvidas e perguntas que acabavam direcionadas a mim, embora eu também pouco soubesse como resolver as questões administrativas do projeto, sempre falando que em caso de dúvida era melhor falar com Helena. Nesse dia eu apenas tive que entreter Luara para que os Subterrâneos pudessem decodificar as notas e os lançamentos necessários na planilha que há

muito tempo tentávamos preencher.

Lendo esse diário me pergunto, no entanto, o que pode ter ocasionado isso apenas três dias depois da reunião anterior onde praticamente nada das questões do projeto e do coletivo foram colocadas por eles. Me pergunto se a função de ter nomeado algumas angústias que tinham aparecido nas conversas de margem durante a reunião do dia 13/01 auxiliou nos efeitos experimentados no dia 16/01. Foi uma forma que encontrei de lançar aquilo que incomodava e aparecia sendo falado por eles dentro da reunião, mas também acho que correspondi ao lugar no qual era colocado muitas vezes de mentora, professora, autoridade, aquela que ensina mas também cobra. No entanto, nem sempre a cobrança gerou efeitos de organização e respostas que atendessem aos requisitos do projeto, já que a prestação de contas estava atrasada e sendo cobrada a bastante tempo pela prefeitura.

Também se repete a colocação de Gil da necessidade de fazer tudo, nesse caso fazer tudo de novo, para fazer certo, e a inicial concentração da tarefa nas mãos dele e de Máfia, a ponto de Gil ter chamado eu e Alicia para separar as notas por datas com ele e não entregar notas para que pudéssemos separar. Só depois que eu coloco isso em questão ele divide a tarefa. As questões de gênero na qual Alicia se encontra imersa também retornam, com o agravamento de que existe uma situação de crescente isolamento da jovem, que se encontra impossibilitada de sair de casa ou de realizar atividades com mais liberdade por ficar como a principal responsável pelas suas filhas, pelo pós parto e as necessidades urgentes da recém nascida e agora pelo fato de a briga com Felipe ter resultado no seu celular quebrado. Nem conosco ela poderia se comunicar a partir de então sem passar antes pela mãe ou pelo marido, que detinham as possibilidades de comunicação. No final do nosso encontro naquele dia, ela ainda faz arroz, feijão e divide os poucos nuggets de frango que tem em casa entre todos nós, sendo a responsável por fazer a comida mais uma vez. Todos esses problemas e cobranças que lhe são colocados pelos que a cercam fazem a jovem chegar ao fim do dia dizendo que ainda faltava muita coisa, destoando do grupo.

Também é a primeira vez que é sugerido por eles que façamos uma reunião na minha casa, apesar de eu já ter convidado várias vezes. Me preocupa pensar num deslocamento desses na situação em que Alicia se encontrava, já que eu não morava na quebrada e isso implicaria mais ônibus, mais tempo de deslocamento e mais dinheiro a ser gasto.

3.1.7. Insatisfações com o coletivo e desejos para o documentário

No 22 de janeiro eu aviso que estarei pela quebrada e mando mensagem perguntando onde eles tão. Gil fala que é pra brotar na feira e encontro eles conversando com um outro artista da quebrada, o Zero, que contratou Gil através do Coletivo para fazer umas fotos de um evento de Reggae no centro. Começa a chover e decidimos descer até o meu carro estacionado na rua ao lado, a rua da casa de Matheus, caso a chuva apertasse a gente teria onde ficar para conversar. Logo virando a esquina encontramos Matheus chegando do trabalho como carregador e ajudante geral de feiras. O menino sai de casa por volta das quatro da manhã e volta quatro da tarde, sujo e cansado. Enquanto conversamos cruzamos com a mãe de Matheus, que chega na casa pouco depois do filho e Gil chama a atenção do adolescente, falando que alguma coisa ele fez para a mãe estar brava daquele jeito. Matheus logo se irrita e começamos a andar pela rua, seguindo o menino. Enquanto Máfia e Gil param para pegar uma bebida numa adega próxima, pergunto para Matheus: *“achei que você não gostasse de trabalhar na feira”*. Ele solta um riso tímido *“é, mas minha mãe falou que se eu não voltasse a estudar eu tinha que trabalhar. E pra escola eu não volto nem fodendo”*. Já com seu copo na mão, Máfia cola em mim e me explica as características do som que eles reformaram enquanto voltamos em direção a praça, onde sentamos para conversar agora que tinha parado de chover. Ficou marcado que na sexta eles fariam o evento do Zero, eu iria com eles, e no domingo teria evento na feira-livre no qual eu também estaria presente.

Cheguei um pouco antes do horário combinado para o início do evento na feira e eles estavam montando as tendas que protegem os equipamentos de alguma eventual chuva. Estavam quase todos ali, Gil, Máfia, Larissa e Leo, Day e Bruno, Alicia, Luara e Pérola. Fui tentar auxiliar na montagem das tendas mas já haviam muitas mãos. Brinquei um pouco com Luara enquanto Ali fazia uma pausa para fumar. De resto ela encostou com Larissa em um canto e trocavam ideia. Eu fui perguntar para os meninos o que eu podia fazer e eles me perguntaram se não podíamos ir de carro buscar alguns equipamentos. E fomos. Daí entendi que eles tinham deixado um pedaço do som na casa de um tiozinho parceiro lá no Zaira, outro pedaço do som e cabos tinham ficado na casa de um amigo próximo à feira-livre, a câmera na casa de Gil, o carregador da câmera e o notebook com Máfia e o carregador do notebook foi esquecido na mochila de Júnior. Um pedaço em cada lugar.

Voltamos com os equipamentos. A câmera ainda precisava de um carregamento antes de fazer a cobertura do evento. Havíamos tirado algumas fotos da montagem, mas logo acabou a bateria. Do pouco que restava, eu entendi que tinha sido combinado de irmos nos

pais de Alicia, para que eles contassem um pouco da vivência deles na região. Saímos então de carro e entrevistamos a mãe de Alicia na casa delas. Ora Alicia filmava e eu fazia as perguntas, ora eu filmava e ela perguntava. A mãe de Alicia conta que tinha o sonho de ter uma lojinha pequena, um comércio de comida ou pequenas coisas, mas acabou trabalhando como auxiliar de limpeza. Tinha também o sonho de que um dos filhos ou filhas se tornasse delegado, mas também não foi conquistado. Em um momento, mãe e filha trocam opiniões divergentes: enquanto Alicia defende que o problema da quebra é a falta de oportunidade para crianças e jovens, a mãe reitera que oportunidade tem, só não há vergonha na cara para correr atrás.

Após a entrevista voltamos para o Reggae, onde os meninos já tinham feito a passagem de som. Colo novamente ali perguntando se tinha algo que precisasse ser feito, numa tentativa mais de participar do que ajudar. Eles estão muito compenetrados na passagem do som e escolha de músicas e naquele momento é quase como se nem eu nem Alicia estivéssemos ali. Depois fui entender que tinham outras coisas que não tavam sendo faladas naquele momento.

REUNIÃO DO SUB NO MSE

Diário de 29 de janeiro de 2020:

Estávamos todos sentados em volta de meia mesa de ping-pong. Depois do último fim de semana com o evento do Zero no centro e o Reggae que haviam organizado na feira livre vários incômodos tinham aparecido. Ontem mesmo encontrei Máfia e Gil nos arredores da feira e eles estavam muito bravos discutindo sobre a organização do Reggae no domingo, que várias coisas foram erradas, que a Alicia não deveria ter saído no meio para ir gravar, que deveria ta com a câmera lá disponível o evento inteiro. Falei que não era só culpa da Alicia, que a ideia de aproveitar e fazer tudo no mesmo dia tinha sido minha e que a gente tinha jogado no grupo do Messenger e achava que todo mundo tava de acordo. Mas não, eles achavam que se tava fazendo evento tinha que estar todo mundo presente, ainda que eles não tivessem reservado nenhuma atividade para eu e Alicia fazermos. De acordo com eles não importava, e se dirigiam principalmente a Alicia, achando que ela deveria ter tido interesse, montado uma tenda, carregado alguma coisa, reclamando também que ela não aparecia para as gravações, que não tava fazendo nada. Achei injusto naquele momento cobrar isso dela, já que ela tinha acabado de ter uma filha e os cuidados tavam realmente exigindo dela, e

mesmo assim ela tinha aparecido no Reggae de domingo. Máfia e Gil acham que, se ela não pode comparecer, deveria mandar o marido dela no lugar para ajudar. Eu obviamente não concordava. Eles estavam bastante descontentes com ela, mas também um com o outro e começaram a discutir sobre o desfecho do evento, uma discussão onde Gil achava que tinha que ter sido resolvido de uma forma e Máfia resolveu de outra, justificando que se não fosse daquele jeito ele ia acabar saindo na mão com o cara que tava incomodando os dois. Discutiram bastante, falando alto, cobrando um do outro. Eu fiquei ouvindo. Depois de um tempo arrefeceram e lembraram que eram parceiros, que certas coisas poderiam ser feitas de outra forma mas que eles tavam juntos. E assim, do mesmo jeito que veio rápida a cólera, se foi. Mas não sem antes concordarem que precisavam realizar uma reunião do coletivo o quanto antes.

Alguma falha de comunicação ocorreu. Eu e Alicia tínhamos entendido que estava combinado aproveitar um tempo da disponibilidade do domingo para gravar a entrevista com os pais dela enquanto para Máfia e Gil deveríamos estar todos disponíveis para o evento. A colocação deles faz sentido, já que caso ocorresse qualquer imprevisto seria importante ter alguém lá para somar. No entanto, nós estávamos todos lá no começo e parecia que não havia intenção em criar espaços que pudessem ser também ocupados por Alicia, por mim ou, quem sabe, por alguma outra mulher, que não fosse, talvez, o lugar de cantora já ocupado por Day. Eu pelo menos tentei montar as tendas com eles, com pouco sucesso. Tentei carregar parte das coisas trazidas, também com pouco sucesso. Nem tirar algumas fotos conseguimos, porque Máfia, Júnior e Matheus revezavam a câmera. Ao mesmo tempo, não houve um grande movimento por parte de Alicia para fazer algo, nem pra chegar em Máfia e Gil e falar que queria participar, que eles podiam deixar algumas coisas para ela fazer. Essa divisão do grupo continua e tem a questão da afinidade, a amizade mais duradoura entre Máfia e Gil, mas também tem um recorte de gênero. Como solução, já que Alicia não pode mais fazer tantas coisas por conta da neném pequena e do pós parto, deveria colocar seu marido, um homem, em seu lugar.

É verdade também que houve descontentamento com esse evento do domingo por razões que extrapolavam a posição de Alicia no grupo, mas que por um momento foram canalizadas nela, na sua falta de “responsabilidade e compromisso” e no “fazer nada”. Algum desentendimento aconteceu entre Gil e Máfia no final do evento e foi resolvido por Máfia de forma diferente do que Gil teria feito. Isso faz com que os amigos levantem a voz um para o

outro, cobrem ideia intensa naquele momento às margens da praça da feira-livre. No dia dessa discussão, eu havia encontrado com eles na tentativa de marcar uma reunião com todos e de repente essas discussões aparecem, fumegantes e inesperadas. Durante aquela discussão que só amigos podem ter, eu somente aguardo e observo. Com a mesma intensidade e rapidez que veio, passou, depois que ambos conseguiram falar o que discordaram a respeito daquele dia. Resolvida a situação entre eles, pergunto porque eles não colocam as questões que têm para Alicia também e eles acham que ela vai entender mal, que vai sair ofendida, concordando entre eles em não falar. Eu digo que talvez dependa da forma como as coisas são colocadas, mas Máfia não quer se arriscar porque diz não conseguir se segurar na hora que fica nervoso. Mas talvez não falar o faça continuar nervoso, ao que os amigos respondem a mesma resposta que já ouvi de Máfia várias vezes, que eles vão seguir correndo atrás do que querem e que ninguém vai atrasar. E que Alicia deveria correr mais atrás também. Apesar de dizerem que não iriam falar a respeito desse incômodo, conseguimos concordar que era necessária mais uma reunião do coletivo, que há muito tempo não se fazia.

[continuação diário anterior]

E estávamos lá, sentados todos em volta da mesa, uma tensão no ar. Já havia muita coisa gravada e vários eventos de Reggae feitos. Poderia ser uma boa ideia começar a assistir e marcar as imagens, cada um podia fazer uma parte, sugeri, seguida por concordâncias e organizações da parte de Alicia e Máfia. Gil não concorda. Acha que não adianta fazer separado e nem marcar os vídeos porque antes é preciso saber a mensagem do documentário. Eu então perguntei de novo, para que se lembrasse, o que se queria com o documentário. “Pique um manifesto, um manifesto manifestante” fala Gil, seguido pelas concordâncias de Alicia e Máfia. Aparentemente eles todos concordam e sabem do que se trata o manifesto manifestante que só seria possível descobrir e documentar se assistissem todos juntos. Marcamos, então, de começar a assistir o material juntos toda semana. Ficou marcado para as sextas-feiras. Gil e Máfia foram embora primeiro, eu ainda fiquei conversando com Alicia. O telefone toca e é Gil, dizendo que esqueceram as pastas com os documentos do projeto no MSE, pedindo pra eu guardar. Eu digo que já já subo e encontro com eles na praça da feira-livre, levando os documentos. Chegando lá desatamos a conversar nas bordas do carro mesmo. Ideia vai, ideia vem e nem eles pegam a pasta, nem eu lembro de entregar, e ela acaba indo embora comigo.

Gil esqueceu as pastas com os documentos do projeto comigo e mesmo quando eu vou entregá-los para o jovem, novamente ele os esquece no carro. Pouco tempo depois do encontro desse dia, Gil também perde o cartão de memória da câmera com todas as filmagens feitas e que ainda não haviam sido descarregadas no computador, inclusive as filmagens daquele domingo na feira-livre e a entrevista com a mãe de Alicia. Após alguma outra reunião anterior ocorrida no MSE, Máfia acaba perdendo a carteira, de início achando que tinha esquecido no serviço, ou que teria caído no meu carro. Há ainda todos os materiais e equipamentos do projeto que ficam cada pedaço em um canto da quebrada.

O que antes havia aparecido apenas como manifesto da cultura independente agora não basta. É preciso um manifesto manifestante, com o qual aparentemente todos se relacionam, ainda que de formas diferentes. A mensagem que queriam transmitir no documentário era um manifesto manifestante, que aparentemente só conseguiria ser expresso se todas as gravações fossem assistidas e trocadas quando todos os integrantes do coletivo estivessem presentes. Não era algo que um só poderia delinear, assistir cada um uma parte e trocar, para depois juntar. Pelo menos era isso que tava sendo falado naquele momento, mas que nunca foi posto em prática nesse formato, já que por mais que tenham sido combinados esses encontros, eles mais uma vez não aconteceram da forma planejada. Então eles tinham um documentário filmado em partes e não editado, um festival ainda por organizar, vários outros eventos paralelos e uma prestação de contas a entregar.

3.1.8. O megafone de papel

OUTROS ENCONTROS

Diário de 13 de fevereiro de 2020:

Hoje, finalmente, a reunião. De manhã eu ouço aquele plim como um estouro de bolha de sabão saindo do celular. Outra bolha. Outra. Viro para o lado e tento de novo pegar no sono. Agora são as marteladas do lado de fora. E as marteladas também na minha cabeça. O que tá acontecendo pra ter tanta mensagem de manhã?

As bolhas contavam detalhes do subterrâneo. Máfia disse que não ia conseguir sair do lava-rápido hoje porque o filho do dono ia para a escola e ele não poderia deixar o empreendimento sozinho. Falou como se o menino ir para a escola tivesse atrapalhado seus planos. Tava de cabeça quente logo de manhã. Alicia respondia pelo Face dela, o que não estava acontecendo nas últimas semanas. Eles não queriam desmarcar a reunião e eu

também achava que finalmente ter marcado essa foi um esforço, mas não é a toa também que no dia de fazer acontecer surgem problemas que inicialmente parecem intransponíveis. Precisavam das páginas impressas no MSE para terminar o relatório que faltava e está já quase três meses atrasado. Parece que não seria possível fazê-lo hoje. Eu, no entanto, queria testar o manuscrito. Adaptei o formulário e passei no MSE antes de ir para o lava-rápido para imprimir quatro cópias: uma de cada um do coletivo e outra para se fazer junto.

Pensei, antes de sair de casa, em levar o computador e poupar a viagem de amanhã. Já havia copiado todos os arquivos (que não eram muitos) e poderia devolver o computador sem problemas. No entanto, pensei que era importante que Gil não levasse o computador naquele dia da reunião, até porque ele quase não havia me deixado com ele. Essa era uma reunião pra deixar algo, não pra levar. E não levei o computador, combinei de levar na sexta.

Alicia estava lá almoçando. Fiquei com vontade de passar outro dia, conversar sobre como ela está naquele espaço. Nas últimas lembranças de visitas no MSE a primeira coisa que vejo é sempre Alicia e família almoçando. Fico pensando que o dinheiro deve estar curto e lembro dos meses que ela almoçava lá, porque o pai ainda não estava recebendo a aposentadoria, mas já estava bem doente em casa, sem poder trabalhar. Ao mesmo tempo, seria só isso? Eu tenho ficado pouco no MSE e não tenho conversado com o pessoal. Fico apenas com esses curtos flashes na memória.

Eu demorei um pouco para perceber o movimento que Alicia fez. Após ter sido presa na prisão, presa pelo coletivo e presa em casa por conta da sua condição de esposa e mãe, Alicia faz o esforço de voltar para o SMSE-MA, em especial para as oficinas de percussão da PSC Coletiva que por tanto tempo ela frequentou, se aproximando novamente do oficinheiro que chama de mestre. Naquele espaço ela tem as habilidades necessárias para ser artista, ali ela se sente à vontade para fazer o que sabe e até para ensinar os mais novos que chegam. Também há um auxílio básico que é oferecido nas margens pelo Serviço, a possibilidade de garantir um almoço para ela e para as filhas, o que em tese não está nas atribuições do Serviço, mas eventualmente se põe mais água no feijão e espaço na mesa. Foi concordado entre nós que esse espaço seria oferecido para Alicia na época em que ela cumpria medidas socioeducativas lá e agora o movimento se repete.

Vamos com o meu carro para o lava-rápido, Alicia no banco de trás, diz que é melhor por conta de Pérola. Chegamos e esperamos Máfia e Júnior terminarem um carro. Os dois trabalham sem nenhum equipamento de proteção contra os vários produtos químicos usados.

Alicia pensa em subir por conta do cheiro, para não expor a nenê. Eu faço o comentário deles estarem sem máscara, sem luvas e Máfia responde “é assim mesmo meu amô” e eu o lembro de como fica a pele dele quando ele trabalha no lava-rápido. Ainda espalhando o brilha roda ele fala “é, e já tá daquele jeito”, se referindo a alergia que acomete seus braços e pescoço. A música do celular de Máfia ecoa no carro do cliente. Uma hora, no meio do esguichar dos produtos Júnior começa a dançar. Máfia que até então reclamava que o amigo não estava fazendo nada, para, olha os passinhos e se junta na dança. Ficam assim até a música acabar. Com o baixar da música, voltam ao esguichar nos pneus. Alicia e eu rimos. Foi bonito de ver.

Outro local para reuniões foi o lava-rápido onde Máfia trabalhava. O jovem não tinha folga e era o gerente do local, não podendo sair com frequência e tendo que resolver os pepinos que apareciam. Para a reunião isso causava alguns problemas porque mais uma vez ocorriam inúmeras interrupções e parecia que se discutia de tudo um pouco antes de chegar na execução do projeto. Havia ainda as questões de insalubridade do local e do trabalho, que exalava produtos químicos e prejudicavam a pele de Máfia.

Alicia quer fumar um cigarro e pede pra eu segurar a Pérola. Ela sabe que eu não gosto de segurar nenê, mas me encoraja e diz que ela “tá durinha já”. Eu pego Pérola, mais para que Alicia possa ficar livre do que pela vontade de segurá-la. Com a bebê no colo e, imagino, uma cara assustada, Alicia me olha e pergunta novamente se eu serei madrinha dela. Eu digo que talvez quando ela tiver uns 16 anos. Ela fala que se eu não quiser é pra eu falar logo que não quero. Mas não consigo falar que não quero e ela só vai pra fora fumar o cigarro. Eu fico segurando Pérola, ainda muito preocupada, mas firme na tarefa. Os meninos riem. E onde está Gil? Todos queremos saber e Alicia e Máfia já estão sem paciência. Máfia quer que eu ligue pra ele. Também me pediu 5 reais emprestado no caminho entre minha casa e o MSE e disse que eu sabia para o que era. Me perguntei de onde estavam vindo tantos pedidos de empréstimo de dinheiro, lembrando dos 35 da Alicia e da passagem de Matheus. Pensei, ainda, que cobrar em dinheiro não ia me levar a algum lugar proveitoso. O dinheiro tá sempre num lugar difícil, de sacrifício, de esforço e de escorregão também, seja porque ele escorre pelos dedos ou seja porque é preciso tomar vias mais escorregadias para conseguir.

Ao mesmo tempo, como evitar esses empréstimos? E me veio esse lugar de empréstimo ou ainda o deixar alguma coisa para outra pessoa cuidar ou ainda o pegar algo de alguém e

devolver depois, ou não devolver. Me vieram as pastas, folhas, projetos, celulares, orçamentos esquecidos no meu carro. O perder a carteira. Deixar o notebook em um lugar, carregador no outro, cabo do som em outro, o som em outro. E aquilo que nunca se entrega, a câmera e o note e, quando se combina de entregar, acaba-se esquecendo. A própria prestação de contas. E o dinheiro e o algo mais. Também a sensação que eu tenho de que é preciso ter um lugar de depósito, sem saber ainda explicar muito bem o porquê. Um lugar que se modifique, que seja possível modificar, criar, esquecer e lembrar depois, passar para pegar, pedir emprestado e depois devolver. Mas um lugar que esteja lá e que possibilite essa sustentação, especialmente para que seja possível em algum momento devolver algo diferente.

Resolvo dar esse salto. Falo que empresto os 5 reais e na hora de emprestar falo que ele vai ter que pagar como a Alicia tá me pagando. Ele diz “claro, claro que vou te pagar”, sem nem saber as condições do acordo. Para Alicia falei para ela me pagar em sonhos. Dei um caderninho, onde ela vai ter que me escrever 5 sonhos, sonhados ou imaginados. Mas não deu tempo de especificar as condições do acordo com Máfia. Ele logo entra no carro e zarpa pra buscar a verdinha. Mas isso foi depois da reunião.

Nada do Gil chegar. Mandamos mensagem, ligamos e nada. Aviso que ele tinha visualizado, sabia o horário da reunião e o local. Voto de começarmos sem ele. Máfia ainda meio puto tá finalizando o carro. Vamos eu e Alicia sentar lá fora por conta do cheiro dos produtos. Ela já tava mexendo na minha bolsa, lendo o formulário, vendo o que tinha que responder. Pergunto se ela quer começar e ela diz que sim. Mais uma vez seguro Pérola e ela escolhe um lápis para escrever, muito concentrada. Máfia chega e eu entrego uma cópia do formulário em branco pra ele. Ele olha todas as folhas, as perguntas e começa a reclamar dizendo que não vai escrever todas as linhas e que era por isso que não gostava da escola, porque tem que ler, pensar na pergunta, pensar na resposta e depois escrever. Pergunto então como ele escreveu as letras de música, lembrando da pasta cheia de projetos e músicas que ele levou de início. Ele me diz que eram situações diferentes e escolhe a caneta para escrever. Começa bufando. Em alguns momentos escreve todas as linhas. Em outras não.

Gil chega no meio do processo. Passa direto por nós e vai cumprimentar Júnior lá dentro, já chamando pra Adeguinha do Riquelme depois. Demora a encostar, cumprimenta a gente com uma batidinha de mão. Senta e pergunta o que tem pra fazer. Peço pra ele pegar um dos formulários e ele pergunta pra que. Eu peço só pra ele pegar. Ele olha os formulários pela transparência da pasta. Falo que ele pode abrir e pegar pra ler, mas ele me responde que tá conseguindo ler dali, “vida”. “Eu não fui ignorante, eu falei vida” ele me diz com um

sorriso. “Eu não te acho ignorante” respondo num sorriso sem rir. Gil não pega o formulário, mas fuça dentro da bolsa, que tem mais um caderno para apoiar e canetas no estojo. Ele volta e se joga na cadeira, que colocou um pouco atrás de todos, fora do grupo e dispara “porque cada um tá fazendo um? É pra fazer junto!”. Alicia responde falando que cada um tá fazendo um e depois eles vão juntar. Apesar disso, Gil começa a querer saber pra que eles tão fazendo isso, questionando o que estávamos fazendo todos. Respondo, então, que se ele não quiser responder não precisa responder. Máfia acompanha e fala que se ele não quiser fazer não precisa, claramente irritado com a posição de Gil. Gil fala “tá bom. Eu não quero fazer nada”, sorri e se esparrama mais na cadeira. Eu então pergunto porque ele continua na reunião. Ele diz que tá esperando pra assinar e insiste em dizer que aquele não é o jeito de fazer a prestação de contas, que era só enviar o formulário digital. Eu então pergunto “se é tão fácil, por que não foi feito até agora?”. Ele fica bravo, levanta da cadeira e sai falando alto em direção a parte de dentro do lava-rápido “Por que? Isso que eu queria saber também! Isso que eu queria saber!”. Um tempo depois ele volta, senta e pergunta novamente “onde eu assino?”. Ninguém responde. Ele quer agilizar e fala “vamos pegar um desses que vocês responderam aí, assinar e já era”. Mas Máfia e Alicia não concordam e se organizam de outra forma.

Máfia sai para buscar a verdinha. Gil então começa a falar que não era pra fazer daquele jeito, que ele sabia que não era manuscrito, que era por computador, e que o Máfia sabia também, mas faltava compromisso. Alicia tenta explicar de novo o porque dos formulários separados, para conseguir ver se eles estão falando a mesma coisa. Eu então pergunto se eles estavam num “bom senso”. E Gil me olha como se eu entendesse o que ele tava falando, ou como se ele fosse a pessoa do “bom senso”. Pego as coisas para ir embora, está chovendo e disse que daria uma carona para Alicia. Olho pra Gil e falo “vamo?”. Ele: “você vai me levar? Vou ficar, acabei de chegar”. Pensei em levá-lo porque tava esperando uma briga entre ele e Máfia, que eu inutilmente tentava evitar. Entrego, então, um dos formulários em branco pra ele. Ele pergunta novamente “pra que isso?”. Eu to me despedindo dos outros meninos. “Pra que isso?” soa de novo. “Porque é seu”. Parece resposta suficiente no momento. Ele então enrola as folhas em um megafone. Parece que quer me mostrar que não vai preencher o formulário. Não que eu quisesse que ele preenchesse, eu só queria que ele levasse pra casa, ficasse com aquilo que ele se recusou a fazer em grupo. Não assinou nada e levou o formulário em branco. Com esse formulário fez um mega fone. Isso não é dizer de alguma forma, um gritar, um ecoar pelo formulário? Saiu com Alicia e ele vem atrás, falando pelo seu megafone de papel.

3.2. Menino de projeto ou o empreendedor cultural

Dentro do projetivo da socioeducação, os Subterrâneos são inicialmente um sucesso. Saíram da medida socioeducativa imposta com um projeto feito de sonhos, elaborado a partir do que se quer ser, conseguiram sua aprovação e financiamento por ninguém menos que o Poder Público. “Parece até que sou gente”, falou Máfia emocionado, quando recebe sua validação como artista e como pessoa. Nunca antes havia entrado em um espaço institucional que lhe desse legitimidade dessa forma. É a legitimidade por uma criação artística, afetiva e política que há muito tempo fazem, seja nas batalhas de rima, nos eventos soundsystem, na escola de samba ou nos Folguedos Populares.

Por meio da arte os Subterrâneos e outros tantos artistas periféricos podem narrar-se, contando novas histórias sobre si, dobrando o que lhes é imposto enquanto determinação social (FAUSTINI, 2020a; 2020b). É o que também encontra Daniel Péricles Arruda, vulgo Elemento, em suas entrevistas com atores da cena hip-hop da Grande São Paulo, salientando o hip-hop enquanto uma forma de “alimentar a consciência e uma forma de realizar os seus sonhos concretamente” (ARRUDA, 2020, p. 113). Esse narrar-se no trabalho de Arruda aparece ainda com o nomear-se, caminhando com os entrevistados pelos percursos que levaram à construção de seus nomes artísticos, apontando que os nomes têm suas cargas simbólicas, afetivas e históricas, podendo libertar ou aprisionar, tendo na consolidação do nome artístico uma possibilidade de modificação da forma como se é olhado. Elucida, ainda, que o rap enquanto trilha sonora da periferia é um dos grandes responsáveis pela educação sentimental e política do sujeito periférico, constituído na maioria por negros pobres: “Esse estilo musical não dá voz à juventude periférica, e sim possibilita algo que deveria ser comum a ela: o espaço para falar e ouvir” (ARRUDA, 2020, p. 116). Foi inclusive a cultura hip-hop que possibilitou a criação de uma nova periferia, apropriando o termo que inicialmente se relacionava à marginalidade, à violência e à segregação para transformá-lo em local de existência, permanência e resistência.

Artigo interessante é o publicado por Maristane de Souza Rosa (2007) sobre São Luís do Maranhão, cidade conhecida como Jamaica brasileira. Esse artigo nos interessa porque os Subterrâneos estão em contato com o reggae nos bailes de dancehall feitos por Gil e Máfia e com os Folguedos Populares e o bumba-meu-boi na atividade da PSC coletiva para qual

Alicia volta. Maristane reflete que a riqueza das criações artísticas maranhenses aparecem como formas de transgressão e resgate da ancestralidade africana. O reggae em São Luís desperta movimentos semelhantes ao hip-hop analisado na Grande São Paulo, aflorando emoções poderosas contra a opressão e a favor da resistência. Ainda que a maioria de suas letras estejam em idioma estrangeiro e a população em geral não compreenda o significado exato das palavras cantadas, toda a composição produz vibração no corpo dos regueiros. Um de seus entrevistados, um peixeiro aposentado de 77 anos de idade conhecido como Sapo, descreve o reggae da seguinte forma:

[...] O reggae pra mim é uma cultura autônoma nossa, trazendo muita paz, respeito, integridade, fibra e cultura, o reggae pra mim sempre foi uma cultura, uma cultura. Nós maranhenses já trazemos esse ritmo no corpo, já nascemos com esse ritmo no corpo, dançamos bumba-boi, dançamos tambor-de-crioula, dançamos tambor-de-mina, batemos tambor-de-mina, tudo isso é cultura, trazemos no coração, toca no copo todo, o reggae toca no corpo todo. Sou regueiro antigo, desde 1970. O reggae levanta a gente assim, o reggae nasceu para o povo. Ele saiu lá da Jamaica, todo mundo coleciona reggae, alemão, japonês, coleciona muito reggae, americano também, é muita gente. É nossa música, o reggae é um lamento, é um bom lamento, é uma beleza de lamento, você pode crê. Eles cantam pra uma criança, eles cantam pra uma pedra, pra uma árvore, pra Jah, eles cantam pra Babilônia (ROSA, 2007, p. 50).

No breve documentário FYA (2018) temos um vislumbre do dancehall de quebrada, que é um desdobramento dos bailes de reggae *roots* como os que Sapo frequenta. A diferença de acordo com os jovens entrevistados no documentário é que esses bailes de reggae mais antigos aconteciam em clubes fechados e não se ligava muito na letra das músicas, que eram em idioma estrangeiro. O dancehall é o reggae digital que passa a mensagem e faz festa com sistema de som grande no gueto. “Virou febre, virou som da juventude”. A ele se relacionam outros movimentos também mostrados no documentário, os *tag*¹⁷, skate, maconha. FYA inclusive significa *fire*, em referência não só ao acender do baseado mas à música que acende os corpos dançantes e as mentes pensantes. A posição política passada na mensagem das músicas autorais compostas pelos cantores de ragga trazem a valorização do negro, resgate da ancestralidade e denúncia das injustiças, como vemos em algumas das letras cantadas no documentário:

¹⁷ *Tag* é um tipo de rabisco que representa o nome artístico do pixador, diferenciando-se da união ou grife, que é outro tipo de rabisco e tem a função de unir pixos que têm linhas políticas em comum (PEREIRA, 2013).

“queima tudo que desvia o caminho / queima o tempo todo aqui o negro não luta sozinho”
“sou black e filho de África / África é minha mãe”
“Liga rap, liga funk, liga ragga, já ligou / Legalize o green, Legalize é quem chegou / Os parça liga a mente, acende um pra relaxar / Liga a tela da sua brisa ou liga o rádio pra escutar / Liga o som pra dançar, sintonize sua brisa. Liga os [inapreensível] tá relax só de cannabis sativa / Ligo ela pra colar, pra curtir, tá muito bom / Ligo ela todo dia já tá no meu coração” (FYA, 2018, n. p.).

As letras ainda vão trazer histórias de amor e sexo, um dos motivos do dancehall ser criticado por alguns entendem que o batidão dançante do estilo não passa a mensagem. Não é o que pensam os frequentadores dos bailes: “Os grave mexe com a minha alma” conta uma das entrevistadas, que revela que para além de ir pro baile pra *ficar louco* tem muita gente que vai pela paz, pela união que o dancehall proporciona.

Tanto nas entrevistas realizadas por Faustini (2020a; 2020b) quanto nas realizadas por Arruda (2020), a arte aparece como campo de trabalho possível, uma junção de sobrevivência e renda, e também meio de criar laços afetivos e comunitários, como evidenciado pelo depoimento da entrevistada no documentário. Apesar de surgir como uma possibilidade de trabalho pra juventude periférica, muitas das organizações se fazem de maneira independente, sem nenhum financiamento ou apoio estatal (FYA, 2018). “Agora é o seguinte, é uma meritocracia também, o bagulho é meio louco, porque pouca gente vai ganhar, sacô?” (ARRUDA, 2018, p. 118) conta Bobina, evidenciando que apesar das atividades culturais aparecerem como forma de inclusão social por meio de editais, não é uma inclusão que está ao alcance de todos, aparecendo ainda na forma de projeto, como algo excepcional, e não como uma oportunidade de virar trabalhador da cultura, como uma carreira.

Esse é outro aspecto a ser considerado na valorização crescente da cultura da periferia. Maria Livia de Tommasi (2016), em seus variados estudos de sociologia da juventude e sociologia do trabalho, investiga desde o início dos anos 2000 o “dispositivo de arte e cultura” como solução de problemas sociais, entendendo que o movimento de criação e valorização dos empreendedores culturais de favela nele está inserido. Cultura aqui vai aparecer no sentido do campo da produção cultural, ou seja, como um segmento específico do qual a cultura é produto a ser consumido. De acordo com a professora, a arte e a cultura aparecem enquanto campos de capacitação disponibilizadas por projetos sociais, ligadas em geral a

organizações não governamentais e oferecidas como uma outra via de trabalho dentre as únicas opções reservadas para os jovens pobres: o crime, o desemprego ou o trabalho em funções subalternas. Cabe ressaltar que a existência de produtores culturais nas favelas não é algo recente, sempre existiu, mas a partir dos anos 1990 há um aliciamento dessas figuras pelo capital como uma maneira de lidar com a chamada “questão social”. Dentre seus efeitos, há a profissionalização e investimento em jovens produtores culturais como uma alternativa aos produtores culturais ligados ao tráfico, num movimento de moralização das expressões culturais, especialmente do funk, com criminalização dos bailes e resgate do chamado funk raiz como expressão da cultura afro, identidade dos jovens de favela e contestação do sistema opressor, em contraste com o funk proibidão. Assim, os projetos culturais de favela no Rio de Janeiro, por exemplo, estão muito ligados à pacificação. Como apontado por um dos entrevistados por Tommasi, a arte e cultura criada na periferia não tem um fim em si, ganhando destaque apenas quando tem alguma finalidade “social”, como tirar as crianças do tráfico ou valorização da identidade.

A arte e a cultura possibilitam ainda, nas palavras dos jovens entrevistados por Tommasi (2016), que se trabalhe com aquilo que gosta, se sabe fazer, e por conta própria, sem padrão. Seria também uma possibilidade de buscar transformação social através da transformação cultural. Baseando-se em cartilhas desenvolvidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entidade bastante atuante nas comunidades do Rio de Janeiro após instalação das UPPs¹⁸, esse jovem empreendedor cultural de favela é encaixado como o empreendedor por oportunidade, aquele que sabe identificar em seu entorno as oportunidades para realizar negócios, fazendo o melhor delas de forma criativa, diferente do empreendedor por necessidade, o que busca um negócio próprio em consequência do desemprego. Maria Livia aponta que, para o Sebrae, o empreendedor por oportunidade é o que pode fazer a diferença no desenvolvimento econômico do país:

Quais são as qualidades de um bom produtor cultural? Quando pergunto para meus interlocutores, me respondem sem titubear: tem que ficar antenado. Tem que ser proativo, palavra muito difusa no circuito do trabalho social que, como muitas outras, provém do mundo empresarial. A insistência é sobre a necessidade de romper com a suposta passividade, considerada a condição típica dos subalternos. Para meus interlocutores, estar ligado

¹⁸ Unidades de Polícia Pacificadora é um projeto implantado no estado do Rio de Janeiro com o objetivo de reduzir a criminalidade e a letalidade policial através da instalação de unidades da polícia militar dentro das favelas.

significa correr atrás, não fica parado, ficar plugado na internet 24 horas por dia para poder colher rapidamente as oportunidades: publicação de editais, chamadas para reuniões, convocações variadas, contatos (TOMMASI, 2016, p. 49-50).

Os que são considerados exemplos de sucesso nesse segmento são os considerados “resilientes”, os que conseguem capitalizar o vivido na adversidade. Os subterrâneos tão ligados e sabem que é competição. Não é a toa que em vários momentos se coloca a necessidade de estar a milhã, de fazer a mais, se adiantar, como nas palavras de Gil *“querendo ou não, a gente tá competindo, a gente e os outros coletivos. Eles querem saber o que a gente tem pra entregar. Por isso que tem que ser melhor do que o que tava no projeto”*. Dentre as análises feitas por Tommasi (2016), uma delas é de que para esses jovens trabalhadores da cultura há uma indiferenciação das experiências: militância, lazer, diversão, moradia e trabalho estão misturados. Há, ainda, uma necessidade de circular muito, participar de muitas reuniões e conversas informais, a qualquer dia ou hora da semana, como forma de ampliar a rede. Os subterrâneos exprimem essa necessidade falando que qualquer hora é hora de trabalhar, que tem que ser das 8h às 20h, sem necessidade de férias ou descanso.

Há diferenças entre o apontado por Tommasi (2016) e o vivido pelo Subterrâneo. Essa possibilidade de estar “24/48”¹⁹ ligado na internet não é uma opção para os adolescentes, pois o acesso à internet é restrito: ora estão sem celular, ora sem *wifi*, ora sem plano de dados móveis. Além disso, os entrevistados por Tommasi (2016) circulam também por vários eventos que acontecem na cidade, motivo pelo qual ela não os caracteriza como segregados nem marginalizados no âmbito das Ciências Sociais. Não é o caso dos Subterrâneos, que ainda vivem pegando carona no busão, andando de bike ou de moto sem documento ou habilitação e saindo da quebrada deles em raras ocasiões, como aconteceu no evento de Zero no centro ou nos pião pelas quebradas da Leste. Não faz parte dos trajetos deles os espaços culturais da parte central da cidade, como centros culturais, teatros, bibliotecas. Também não existem fábricas de cultura ou casas de cultura na região em que vivem. Talvez por isso parte dos interesses iniciais do coletivo é realizar eventos de reggae *“onde ninguém imaginou”*, como no Teatro Municipal de São Paulo. No entanto, mesmo os entrevistados por Tommasi (2016) que circulam por toda a cidade ocupam um lugar periférico no circuito da produção cultural, ou seja, o dinheiro continua concentrado em poucas produtoras, que não os incluem. Também os editais e oportunidades culturais destinadas a eles estão restritas aos territórios

¹⁹ A maneira de se dizer “24/7” na quebrada, como ouvi da boca de vários adolescentes que acompanhei.

das favelas, sendo “difícil disputar a cidade” (TOMMASI, 2016, p. 50).

Esses jovens trabalham muito e são mal remunerados, recebendo em média pouco mais de um salário mínimo. No caso dos Subterrâneos é menos que um salário mínimo, considerando que o edital no qual estavam enquadrados não permitia remuneração aos participantes maior que R\$ 999,99 (novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), chamando ainda essa contrapartida de “ajuda de custo”, ou seja, não sendo enquadrado enquanto remuneração por um trabalho, situando-se num viés assistencialista, apenas uma ajuda pelo realizado. Sendo assim, Tommasi (2016) se pergunta o porquê dos jovens escolherem esse caminho, constatando que a ideia de trabalhar com o que gosta, de ser um trabalho criativo e com liberdade na gestão do tempo é o que os atrai. A professora ressalta a distinção existente entre essa geração e a de seus pais, que tinham o sonho da casa própria, a preocupação com a poupança e consolidação da família. Para ela, esses jovens casam tarde, moram com os pais, demoram para ter filhos e preferem ter o próprio negócio:

Mesmo assim, eles preferem trabalhar como autônomos e não ir trabalhar para uma grande produtora. Preferem sonhar com ter sua própria produtora. Ou seja, o trabalho assalariado não é um valor, uma meta. Pelo menos enquanto 'dá pra pagar as contas' (e o valor das contas a pagar permita). [...] Se a vida no âmbito do novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) virou uma sucessão de projetos, ter o próprio projeto é uma qualidade bastante valorizada (TOMMASI, 2016, p. 52).

Talvez os Subterrâneos sejam diferentes porque, comparados com os demais coletivos de artistas contemplados pelo edital, provavelmente nem teriam a chance de ganhá-lo. Com exceção de Gil, são adolescentes que começaram a trabalhar cedo, legalmente ou ilegalmente, constituíram família cedo e tiveram dificuldade para terminar a escola ou não terminaram. São, de alguma forma, os adolescentes que não se inserem em nenhuma política pública, nem a de cultura descrita por Tommasi (2016), com exceção das polícias. A aprovação do projeto só se torna possível quando há encontros que permitem colocar suas ideias em um formato a ser aceito. Como uma máscara, um jacaré de troia, num hackeamento à brasileira da estratégia de guerra grega. Eles tão ligados que ser menino de projeto não enche barriga, tanto que Gil chega a falar que no outro ano não quer mais fazer projeto, quer trabalhar registrado, “*pilotar a chapa*”, em referência ao trabalho em cozinha de fast food, ou no trabalho precarizado do lava-rápido onde Máfia chega a morar.

Outra posição apontada nos estudos de Tommasi (2016) é a situação de trabalhar sozinho, não ter uma equipe. Embora muitos dos fomentos para a cultura circulem na necessidade de um “coletivo” de artistas, conseguir criá-lo e mantê-lo é muito raro. É uma dificuldade que o Subterrâneo também encontrou, muito relacionado com as ideias de “compromisso”, “responsabilidade” e o que se esperava do projeto. Sobre isso trataremos no próximo tópico.

3.3. Fora e dentro: ENTRE o institucional e o independente

Já foi dito pelos próprios Subterrâneos que eles não são um coletivo. Penso no que quiseram dizer com essa frase, o que eles esperam de um coletivo e o que disso não estava acontecendo. Talvez a ideia de que tudo tinha que ser feito junto, como proposto para as filmagens e também para assistir o conteúdo filmado, como foi inúmeras vezes acordado em reunião e poucas vezes cumprido. Ou as ausências repetidas que ocorreram durante o tempo de projeto, quando em cada momento um dos participantes estava mais ausente que os outros, o que acabava por gerar reclamações dos presentes a respeito do ausente, taxando como uma falta de compromisso. Fazer tudo ou não fazer nada, tá a milhão ou tá acomodado. Gil reclama e acha que parte dessa falta de compromisso tem a ver com a ajuda de custo, porque antes eles faziam de graça, mas agora que tem dinheiro envolvido todo mundo só quer saber de receber.

Parece que existe uma vontade dos Subterrâneos de realizar o que foi acordado com a Secretaria Municipal de Cultura. Quando são realizadas as reuniões, seja entre o próprio coletivo ou com a técnica da SMC, tudo parece ir bem, os combinados são feitos sem dificuldade e o que precisa ser realizado parece de fácil alcance. No entanto, do lado de fora desses espaços, inclusive dos espaços do próprio coletivo, quando não estão presentes todos os integrantes ou quando a atividade não estava planejada, a situação é outra. A programação quebra, os combinados não são cumpridos. Em um paralelo, podemos ainda pensar esses dois lados como o serviço de medidas socioeducativas que exige respostas para a medida imposta, com inclusão na escola, no trabalho e cursos profissionalizantes, e o portão afora, a complexa vida dos adolescentes na quebrada.

Há um espaço que solicita, que exige respostas em um formato determinado, que é o próprio projeto cultural e a SMC, ou a medida socioeducativa imposta e as respostas a dar ao

Judiciário. Corresponder ao que é pedido é o reconhecimento enquanto “gente”, mas também uma gente específica:

É a ideia, primeiro, de que a obediência incondicional abre caminho para o processo de humanização. Só ela nos permite desfazer-nos das “propensões naturais” rebeldes, domesticar os instintos forçosamente anarquistas, sufocar um fundo de selvageria avesso a qualquer regularidade - “o estado selvagem é a independência em relação às leis”. É preciso começar a aprender a obedecer sem pensar, e o homem é esse animal “que tem necessidade de um senhor”. Depois, distinguem-se evidentemente obediência voluntária (supondo o reconhecimento da superioridade do senhor) e obediência absoluta (incondicional, automática). A obediência voluntária faz valer um elemento de atividade, de liberdade (GROS, 2018, pp. 29-30).

O projeto aprovado pela SMC, um trampo artístico oficializado nos vários papéis assinados, é também um atestado de humanidade, essa humanidade específica atingida pela obediência e pelo que chamam de civilização, apresentada nos formatos projetivos e produtivos, obediência que leva à liberdade neoliberal prometida. Esse atestado não chega à lama, às comunidades periféricas, sendo historicamente negada às pessoas não-brancas desse país. A subhumanidade imposta ao jovem preto periférico, os mais assassinados, sem comoção da sociedade, é sentida no corpo. Pensemos, então, a quem serve essa humanidade ofertada e em que moldes:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 11).

Krenak (2019) é sempre muito crítico à humanidade e à chamada civilização, não fazendo questão nenhuma de participar delas. Aponta que tais concepções só serviram para criar um meio único de se estar na Terra e justificar inúmeras violências, apontando para aqueles que estão fora da humanidade. Se em outros períodos da história (e ainda hoje) não ser considerado humano o suficiente torna aquele corpo descartável, também servirá para

justificar os discursos de inclusão, necessariamente marcados por uma adaptação a um modo de viver específico. O formato projeto, como já apontado, relaciona-se com uma concepção de desenvolvimento funcionalista, individual e empresarial. É também, como o projeto de vida proposto por Costa (2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2006e) e tensionado por Melo (2019) o caminho apresentado à infância e juventude como liberdade, liberdade intrinsecamente vinculada à uma posição liberal, eurocêntrica, cisheteropatriarcal da branquitude. É lógica necessariamente colonial, necessariamente adaptativa.

Em vez de usar táticas coercitivas de dominação para colonizar, ela seduz as pessoas negras com a promessa do sucesso dominante, mas apenas se estiverem dispostas a negar o valor da negritude. Contrariando as esperanças de James Cone de que os brancos se despiriam do racismo e renasceriam no espírito da empatia e da união com as pessoas negras, nos pedem coletivamente que demonstremos a nossa solidariedade com o status quo supremacista branco supervalorizando a branquitude, vendo a negritude apenas como um marcador de impotência e vitimização. Conforme as pessoas negras personificam essas atitudes e se comportam de modo semelhante aos estereótipos racistas, observamos maior apoio ou aceitação na cultura (HOOKS, 2019, p. 59).

Como brilhantemente colocado por bell hooks (2019) em seu “Olhares negros”, em algum nível o que está em jogo no projeto feito pelo Subterrâneo é a necessidade de abandonar os seus fazeres próprios, pretos e periféricos para se adequarem aos fazeres da branquitude, por mais contraditório que possa parecer. Tudo isso ofertado de maneira muito inteligente e igualmente cruel, pois ao mesmo tempo em que se oferta a valorização de produções culturais negras, essa só há de ocorrer se seguirem passos e procedimentos impostos pelo institucional dominante e branco. É a mesma lógica do projeto de vida que adentra a socioeducação, onde algo tem que ser deixado para trás, algo que fica associado com o envolvimento no crime, para que se possa subir a escadinha da plenitude humana.

Uma parte dos Subterrâneos deseja esse sucesso, outra nega completamente suas promessas. A cultura independente planeja e realiza seus eventos sem auxílio do Estado e prefere que continue assim. É assim que tem que ser, independente do dinheiro, dos fomentos, dos apoios, a cultura independente é uma afirmação política contra o sistema, crítica aos seus lugares limitadores, provando que nem só de dinheiro se faz o mundo e que naquele espaço o institucional não vale nada, pois ninguém precisa dele. O que se busca é um ideal de liberdade, diferente da liberdade neoliberal, um fazer totalmente desembaraçado das políticas

institucionais. Fazendo um paralelo com a socioeducação, o independente seria o descumprimento, o adolescente que não cumpre medida, nem aparece no serviço.

Inclusive, em alguns momentos os Subterrâneos acham que era melhor quando eles realizavam as coisas assim, sem o dinheiro para interferir nas atividades e sem precisar prestar contas de nada. A cultura independente é objetivo do projeto que eles elaboram, um grito contra o institucional, afirmando que mesmo sem auxílio nenhum e com toda a opressão existe muita cultura e muitos artistas de quebrada que existem e resistem. No independente há falta apenas como denúncia e não como fazer, pois se produzem *coisas extraordinárias* apesar de todas as dificuldades.

Independente e institucional, do portão para dentro e do portão para fora, reunião e fora da reunião, medida socioeducativa e descumprimento, compromisso e ausência, fazer tudo e fazer nada, estar acomodado e estar a milhão, esses espaços aparentemente duais se repetem. No entanto, essa estrutura não são dois polos separados e isolados, mas em constante contato. Assim, da mesma forma que o projetivo institucional, seja pelas medidas socioeducativas, seja pela política de cultura, interpelam a subjetividade dos adolescentes, também a subjetividade de cada um deles vai criando o que se entende por institucional no território, coletivamente ou não. Não estamos equiparando as forças, mas dizendo que elas existem em jogo. Quando Mariana antecipa questões que achava que lhe seriam feitas, de alguma forma ela materializa o institucional presente naquele momento, aquele que ela sempre encontrou ou do qual falaram para ela. Essa visão do que quer as medidas socioeducativas ou do que esperam as políticas de cultura acaba por constituí-las naquele território: é assim que elas existem lá. O independente, então, por mais que queira, nunca é totalmente independente, porque está em constante questionamento do institucional. Podemos dizer que um influencia o outro: as posturas do institucional provocam reações no independente e vice e versa. Falar fora da reunião aquilo que incomoda é de alguma forma o que sustenta a reunião do coletivo enquanto um espaço consensual. Romperemos aqui com essa suposta dualidade, sem, no entanto, deixar de reconhecer os seus dois lados. Há, então, uma margem, mas não há separação completa. Enquanto corresponder o que pede o projeto seria uma forma de submissão aos modelos impostos, e negá-los sua outra face, nenhuma é engolida pela outra, não há estabilidade:

[...] da posição do desejo mais submissa ao regime do inconsciente colonial-capitalístico, na qual se daria uma entrega total à expropriação da força de

criação, à mais desviante, na qual se daria sua total reapropriação. [...] elas jamais dominam totalmente a orientação do desejo, nem existem em estado puro. Oscilamos entre várias micropolíticas ou posições mais ou menos próximas de uma ética da existência que, em maior ou menor grau, variam em cada momento de nossas vidas e ao longo de seu transcurso. Do mesmo modo, é equivocado pensar o corpo coletivo – formado pelo embate entre diferentes vetores de força do impulso vital do qual decorre a construção da realidade – como homogêneo e muito menos estável, seja na posição de deixar que essa força seja apropriada, seja naquela que resiste à sua apropriação e inventa outros mundos, com outro regime do inconsciente a orientar suas formações (ROLNIK, 2019, p. 58-59).

O meu lugar nesse caminhar também não é único: anjo, máquina, técnica, madrinha, amiga, mentora, puxão de orelha, pesquisadora, companheira de pão, credora, escutadora de sonhos projetados e sonhos sonhados. De todos esses, acredito poder puxar um fio em comum, o lugar marginal, lugar de fronteira, que permite então caminhar por essa multiplicidade, com um pé aqui outro lá. A fronteira não é o limite, não é a marcação do fim de um território, mas plano permeável, instável, mutável: ponto provisório no encontro de mundos distintos. Assim, ocupei todos esses lugares descritos e nenhum deles ao mesmo tempo, pois o pesquisador de fronteira é nômade, desterritorializado por excelência (SANTOS, 2013), lançada nessa desterritorialização pela cartografia e sua ética:

Esta composição envolve uma espécie de dentro-fora, onde cartógrafa(o) e território se engendram num mesmo agenciamento de pesquisa, estando o movimento de um diretamente envolvido ao movimento do outro. “Ao cartografar as linhas, ou entre-as-linhas, o pesquisador-cartógrafo acaba inevitavelmente emprestando suas próprias linhas a sua pesquisa-composição, ambos comprometidos à dispersão” (COSTA; AMORIM, 2020, p. 916 Apud COSTA, 2020, p. 20).

Melhor do que pesquisadora de fronteira, prefiro continuar como caminhante das margens, ou pesquisadora marginal, considerando o contexto desse trabalho. É nesse “entre” uma coisa e outra, em constante jogo, que trombamos com o manifesto manifestante.

3.4. Um manifesto manifestante

Se focássemos apenas no projeto, poderíamos relatar o Subterrâneo como um fracasso. Poderíamos pensar que faltou compromisso, responsabilidade, ou que não houve acompanhamento suficiente que garantisse que pudessem atingir todo o seu potencial, a plenitude da busca do que se quer ser. Certamente, o Subterrâneo não percorre os caminhos da plenitude. As ausências que marcaram o projeto do Subterrâneo não foram só de seus participantes: aconteceram quando se perdiam documentos e cartões de memória, se esqueciam as pastas e a câmera, ou mesmo quando não se cumpria com o prometido ou combinado, o que aconteceu na entrega parcial da prestação de contas ou mesmo quando se combinava algo em reunião e depois não se cumpria. As vulnerabilidades às quais estão expostos apontam ainda diversas ausências, que envolvem a fome, as condições precárias de trabalho, a dificuldade de transporte e acesso. Podemos dizer, então, que no Subterrâneo a falta é uma constante, não sendo, inclusive, uma falta apenas relacionada ao Subterrâneo, mas a toda a quebrada. Aliás, quebrada já indica algo não inteiro.

Podemos pensar, então, que essas ausências são um dos pontos de convergência do grupo. Além disso, apesar das declarações que questionam se o Sub é um coletivo ou não, penso que quando Alicia sonha com todos eles comendo danone juntos no estacionamento do mercado temos um coletivo. Há algo que se compartilha entre eles e só entre eles, esse sabor do danone furtado, que é compartilhado comigo em relato de sonho. Quando todos concordam sem questionar que o documentário é um manifesto manifestante também temos outra convergência.

Lembram do símbolo do coletivo? Um livro aberto, com letras desenhando SUB em estilo grafite. Ao fundo o que parece ser uma medalha com fitas, como aquelas de certificado ou honra ao mérito. Sobre tudo isso e maior do que todos esses símbolos estende-se um banner em branco. Quando questionei a mensagem que se escreveria no banner foi dito “manifesto da cultura independente”. Aglutino a esse manifesto outros momentos, como a vontade de realizar um trabalho parecido com o da manifestação que realizaram no centro da cidade em prol do SUAS, ou ainda o manifesto comunista que aparece na vontade de colocar como símbolo a foice e o martelo. Pois bem, apesar do concordado, o banner continuou em branco. O megafone com o formulário não respondido da prestação de contas, o banner do símbolo nunca preenchido, o documentário que apesar de filmado se entregou apenas em partes, todos convergem para a definição que os Subterrâneos deram para as atividades que queriam realizar: um manifesto manifestante. Apesar do objetivo inicial ser o manifesto da cultura independente, o que se desenvolve enquanto processo pelo Subterrâneo é o manifesto

manifestante. Ainda arrisco apontar o retorno de Alicia para as oficinas de percussão no SMSE-MA e a construção do som de Gil e Máfia como manifestante: o fazer com as mãos, manus (mão) + festus (agarrado, apanhado). O manifestante chama a uma corporeidade necessária.

O manifestante se aproxima do independente por ser necessariamente uma crítica ao sistema, ao institucional opressor. Mas aposto que não são a mesma coisa. Uma das primeiras leituras sobre o megafone em branco é sua aproximação com o microfone dos Reggae feitos pelos meninos. Com o microfone a letra é deles, eles que comandam o baile, cantam suas músicas. O direito de ter voz acontece, é um som que toma o ambiente e todos são obrigados a ouvir. É o cenário da cultura independente. Mas que mensagem passa o megafone feito com o formulário sem respostas? O megafone e o banner existem exatamente dessa forma, esses grandes vazios que se impõem. Aqui o vazio não é apenas aquele deixado pela falta da garantia dos direitos, há algo desse vazio que passa por uma criação dos Subterrâneos, se jogando por cima do símbolo que condensa a direção do coletivo e das tarefas a serem feitas por eles, ainda que não apareça de forma necessariamente consciente.

Parece-me, então, que o manifestante não é o avesso do projetivo. O avesso do projetivo é o independente, aquele que se faz por conta, o outro lado da moeda. Tanto independente quanto projetivo são afirmações. O manifestante rompe com o planejamento, não sendo alheio ao tempo, mas regido por um tempo próprio. Não afirma nem nega, não oferece respostas. O manifestante diz sem dizer, como o megafone que grita sem palavras, o banner em branco ou as diversas quebradas do percurso, a programação que quebra surpreendendo o Subterrâneo, os espalhamentos do projeto, esse deixar cada pedaço em um canto. Em um documentário que inicialmente se propõe a afirmar a cultura independente, entregam-se apenas vislumbres da vivência cotidiana, do que os Subterrâneos encontraram em suas andanças ou resolveram realizar durante o projeto, na brincadeira de transformar conforme se andava, entregando algo diferente do prometido, incompleto, marcado pela direção dada pelo projetivo e igualmente modificado pelo que se precipitou durante o percurso, não necessariamente elaborado, apenas vivido.

No momento da escolha entre o projetivo e o independente, o manifestante se impõe como encruzilhada:

Eis a cumeeira da modernidade, sustentada sobre os pilares da raça, do

racismo e do Estado-Nação, a energia desse espectro continua a nos afetar. Lançados a essa demanda, haveremos de jogar o jogo, fomos produzidos como desvio, como seres vacilantes e aí inventamos a ginga, sapiência do *entre*, para lançar movimentos no vazio deixado. Os seres submetidos às lógicas de opressão desse sistema são inventores dos jogos de corpo, palavra e ritmo. Tomado pela cadência da *vadiação* (invenção lúdica e sabedoria de fresta), farei o meu jogo praticando alguns giros e negaças, plantando pontacabeça. Assim, inverte algumas posições, cruza algumas noções para fazer outros caminhos – essa é a potência da transformação assente nas encruzilhadas.. [...] é apostando na potência do *cruzo* e praticando o exercício de *dobrar a linguagem* – ações de ampliação de outras formas de comunicação – que firmarei que a colonialidade nada mais é do que *carrego colonial*. Ou seja, a má sorte e o assombro propagado e mantido pelo espectro de violência do colonialismo (RUFINO, 2018, p. 12-13).

O Estado colonial que se assentou no Brasil, cuja contratualidade das possibilidades de existência está baseada na raça, nas estruturas cisheteropatriarcais, no latifúndio, na catequese e na intervenção militar condensam uma experiência de terror, de ações políticas de ataque aos corpos, gerando efeitos no campo material e no campo sensível, desarranjando memórias, destruindo as existências. Lucas, Mariana, Guilherme, Michel, os Subterrâneos e toda a juventude negra e periférica são alvos constantes desse projeto de desencantamento lançado, embora seja um desencantamento que afeta a todos nós, um projeto de mortandade que além de violentar os corpos, precariza as potências. Diante de tamanha empreitada, coloca-se a questão do que pode ser feito, como salientar a vida diante de tanta morte. Não à toa, a primeira parte desse trabalho chama-se Enterro, acompanhada de um ponto de Exu. Há um assédio constante do projeto de mortandade elaborado pelos esforços coloniais, adentrando inclusive as políticas de proteção da infância e juventude e da garantia de direitos. Ressalto a escolha de Luiz Rufino (2018) da palavra projeto para designar a engenharia do Estado colonial. Certamente há diferenças entre o projeto colonial, o projeto de vida na socioeducação e os projetos culturais, mas talvez possamos pensar que existam também similaridades ao se apresentarem todos por essa lógica projetiva. Assustados com tamanha maquinaria, podemos em alguns momentos pensar que o projeto colonial se sagrou vencedor. Não é, no entanto, o que encontramos nos fazeres do Subterrâneo e dos outros adolescentes que passaram por esta pesquisa. O Enterro vem acompanhado de um ponto de Exu porque é Exu o responsável por desvitalizar certas energias, engoli-las e transformá-las, sendo então parte fundamental nos esforços para despachar o carrego colonial, essa má sorte que ainda nos assombra e mata:

A encruzilhada não é aqui reivindicada para negar a presença da modernidade ocidental, mas para desencadeirá-la do seu trono e desnudá-la, evidenciando o fato de que ela é tão parcial e contaminada quanto as outras formas que julga. O conceito de encruzilhada combate qualquer forma de absolutismo, seja os ditos ocidentais, como também os ditos não ocidentais. A potência da encruzilhada é o que chamo de *cruzo*, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O *cruzo* é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O *cruzo* versa-se como atravessamento, rasura, cisura, contaminação, catalisação, bricolagem – efeitos exusíacos em suas faces de Elegbara e Enugbarijó. O *cruzo* é a rigor uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com que se joga, mas de engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital (RUFINO, 2018, p. 18).

Cada manifestante uma quebra. Exú e suas práticas juntam os cacos da civilização/barbárie e monta uma colagem, nem o que estava antes inteiro, nem os pedaços desconexos. O manifestante não faz o melhor com as oportunidades que lhe são apresentadas, numa ideia de otimização e capitalização do que se apresenta, discordando de Amartya Sen e Antonio Carlos Gomes da Costa. “Estar com os dois pés no chão é pedir para cair” (RUFINO, 2018, p. 128), então o manifestante não se apega tanto ao que cruamente lhe é apresentado, mas também não vive uma ilusão de futuro. Com o chão que lhes é dado para pisar se planta bananeira, se joga capoeira, jongo, esconde-esconde, pega-pega, ping-pong. Como a arte do engano ao fingir que se vai para lá, se caminha por outro lado, nunca mantendo os dois pés no chão.

Diante do projetivo que afirma e garante tanto o sucesso quanto a proteção e do independente que afirma o contrário a essa oferta, o manifestante aparece como *cruzo*. O manifestante opera nos limites, nos vazios deixados, evidencia os vazios, os incorpora nos fazeres. Como Enugbarijó, a boca que tudo come, o manifestante enquanto prática exusíaca engole os cacos quebrados deixados para esses adolescentes e devolve-os de forma diferenciada, cruzada. Eles mesmos quebram também os percursos, para operar transformações. Como Elegbara, o corpo que tudo dá, o manifestante traz para o jogo com o projetivo o que se precipita enquanto importante para os adolescentes, indo além dos preenchimentos, perguntas feitas e respostas esperadas. Parece-me que o manifestante não nega o projetivo, mas muda suas definições e lugares, com o formulário megafone, o banner sem palavras ou os espalhamentos dos equipamentos, ações e parcerias semeadas um pouquinho em cada parte da quebrada, colocando, ainda, os fazeres independentes meio dentro e meio fora do projeto, nas feitura dos reggaes. É sabedoria de fresta, é sabedoria de

ginga, com a qual o projeto colonial não consegue se relacionar porque é caótico, porque segue outra lógica, invocando princípios de inventividade, de inacabamento e de imprevisibilidade. O manifestante é o manifesto brincante, que tira do lugar tanto a pergunta feita quanto a resposta esperada, que questiona com uma traquinagem as certezas deitadas no campo da infância e juventude. Lucas tem insistido nisso desde o primeiro capítulo e desde o primeiro momento que pisou nas medidas socioeducativas, espiando brincação pelas bordas da mesa de atendimento, transformando os aparatos do serviço em seu jogo de esconde-esconde, desencadeando a política por onde passou.

Se por um lado há um investimento massivo do poder em reger a vida desses adolescentes em um projeto produtivo de infância e juventude, com a morte e a mortandade tão perto, é nessas situações limites que revela-se a potência indomável da vida, fita de Moebius onde de um lado corre o poder sobre a vida e do outro a potência da vida, biopoder e biopotência, caminhando necessariamente pelo corpo (PELBART, 2014). Do Enterro caminhamos pelo Subterrâneo para a Semente que atravessa a terra.

Há uma subhumanidade imposta, funções subalternas reservadas para esses adolescentes. Desse sub nasce também o Subterrâneo, que pretende ser o que denuncia os horrores dessa posição, lembrando tudo que há de potente na cultura independente. Como a *Underground railroad*, a rota de fuga de escravos do sul para o norte nos Estados Unidos, subterrâneo porque secreto, um caminho que se esconde para dar margem à vida (DAVIS, 2016, p. 52). Uma vez embaixo da terra pode-se passar da subversão para a transgressão, em rompantes que cruzam tanto com o projetado quanto com o independente. Parece, então, que o Subterrâneo questiona os parâmetros do que seria humanidade ou ainda do que seria viver. Viver para os Subterrâneos não é somente o sobreviver, espantar a morte a todo custo, aceitando a vida humana em seu mínimo biológico (PELBART, 2014). Os Subterrâneos vão além, não temem a morte ou as consequências consideradas mortais, fazendo dela seu próprio território, caminhando sete palmos abaixo, se deixando enterrar para então voltarem encantados, corpos transgressores portadores de saberes daqueles que já viram o outro lado (RUFINO; SIMAS, 2019).

É o caso das rebeliões que forjam um espaço-tempo fronteiro entre a insubordinação e a captura institucional, entre a norma e a vida, entre a violência e a política” quando os adolescentes vivem uma combinação de vida e morte, sentindo a mortandade que lhes assedia a todo tempo e se lançando “na mais audaz das vidas” (TAKEITI; VICENTIN, 2019, p. 117).

Enquanto o projeto moderno ocidental, esse mesmo colonial, impõe absolutos, lógica do modelo único, monocultural, monorracional, monoexistencial e monoresistencial, de obsessão positivista como a escalada de direção linear e ascendente do projeto, as práticas de encruzilhada sustentam o diverso, suas multiplicidades e multiplicações (RUFINO, 2018). Linguagem miudinha, condição minoritária de abertura e multiplicidade como elaborada por Deleuze. Essas vidas menores dobram o menor imposto enquanto incapacidade e cruzam os limites das normalizações universalizantes. Diante da tamanha violência que contra eles se lançam, os atos de transgressão criados pelos adolescentes são linhas de fuga inventadas, incorporadas enquanto radicalidade da vida, inclusive maior que a própria vida, rompendo então com um projeto que situa o viver no futuro: “estes gestos recusam a vida como 'projeto' e põem, no centro de seu movimento, a vida como potência” (TAKEITI; VICENTIN, 2019, p. 119).

4 – MANGUE OU CONSIDERAÇÕES AOS FINAIS:

O MENINO DA CABEÇA DE COCO

(outras lembranças de acompanhamento):

“O Lucas tá te esperando lá embaixo”, informou uma colega para que eu pudesse descer para atendê-lo. Terminei o que estava fazendo e logo desci, mas o menino não estava ali. Ouço reclamações vindas da cozinha “Você não pode ficar ai não!”, grita a senhora do operacional. E logo o menino dá a ré pela porta, sorrindo. Lembrei do que falaram um dia no CCA²⁰ onde foi recentemente inserido: “Você pisca e ele já tá em outro lugar. Um dia a gente foi encontrar ele na lavanderia! Nem sabemos como ele chegou lá!”. E o menino ri por ter sido achado. Com atendimento marcado, todo dia era dia de esconde-esconde. Quando não estava na recepção era preciso sair pelo Serviço à procura dele, o que era facilitado pelos gritos de repreensão que eventualmente suscitava. Conto para a equipe: “é o esconde-esconde. A gente precisa brincar”, e eles ficam menos incomodados a partir de então. “Onde será que tá o Lucas?” vou falando em voz alta enquanto procuro, ouvindo as risadinhas que escapam entre uma pergunta e outra. Uma vez achado, era a minha vez de me esconder, mas ele não conseguia sustentar isso por muito tempo. Às vezes tava esperando ele me achar e lá tava ele escondido de novo. Então resolvemos nos esconder juntos, às vezes montando uma cabaninha, mas em geral nos escondendo embaixo das mesas de atendimento ou da mesa de ping-pong, onde ele inventou a modalidade “debaixo da mesa”.

Uma das salas de atendimento, a única sem mesa, passa a ser a preferida para outras brincadeiras: escolinha, casinha, guerra de almofadas. O importante era tirar tudo do lugar, inverter as cadeiras, jogar almofadas no chão, abrir armários. Algumas vezes, enquanto estávamos desenhando, ele pedia para que eu fechasse os olhos e então passava um lápis de cor pelo meu nariz, perguntando: “Adivinha a cor?!” Eu, obviamente errava, mas devolvia: “Fecha os olhos” e então passava um lápis de cor na orelha do menino, “Adivinha a cor?!”. Ele ria e eu também.

A direção das intervenções nas medidas socioeducativas dele passou a ser conseguir sustentar o menino na rede de serviços. Aos poucos conversando com um e outro, encontramos parceiros na saúde, na assistência básica e até na educação. As tarefas eram

²⁰ Centro de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes, equipamento vinculado à proteção básica da assistência social.

divididas para que ficasse possível para todos. Verificando que a viela onde ele morava era um vazio socioassistencial, uma ação comunitária foi desenvolvida para todos os moradores da região, colocando essas políticas públicas em festa na rua. Em certo momento, numa das reuniões de rede foi feita a reflexão: “a gente começou discutindo o caso do Lucas e agora parece que a gente precisa é discutir a própria atuação dos serviços no território”. Com o encanto lançado pelo menino, havíamos finalmente nos deixado encantar.

Há um itan que conta como os Ibeji, as crianças gêmeas, enganaram Iku, a morte e se tornaram Orixás. Um dia Iku decidiu que iria acabar com um povoado inteiro e deitou armadilhas por todos os cantos para capturar as pessoas. Era impossível para as pessoas do povoado escaparem das armadilhas e todo dia alguém morria. Desesperados, consultaram Orunmilá para que ele visse no oráculo de Ifá o que fazer diante da situação. Como resposta, ouviram que somente os Ibeji, os filhos muito travessos de Oxum, poderiam deter Iku. De início os cidadãos duvidaram que as crianças levadas pudessem fazer algo importante diante de tamanha ameaça. Mas o oráculo nunca mentia. Foram então os adultos pedir aos Ibeji que afastassem a morte. Eles aceitaram a tarefa com duas condições: que recebessem doces e caruru de presente e que ninguém nunca mais pudesse mandá-los parar de brincar. Junto com seu irmão mais novo, Idowu, os Ibeji foram até o caminho que Iku fazia diariamente e começaram a batucar um tambor enfeitiçado. Iku fica encantada com o som e começa a dançar, cantar e a bater palmas. Mal sabia que o feitiço fazia com que fosse impossível parar de bailar ao som do tambor. Os gêmeos se revezavam para tocá-lo, parecendo que era apenas um deles que o tocava incessantemente. A Morte, exausta pela dança, implora para que eles parem. As crianças se comprometem a parar se Iku retirasse todas as armadilhas que havia colocado. E assim a traquinagem das crianças não só enganou a morte, como a fez repensar suas certezas e sentenças:

Iku ao ser embalado pelo tamborzinho encantado dos Ibeji e Idowu também nos ensina que o arrebate do ritmo, da brincadeira, do transe e da alegria faz o orixá se reposicionar diante da produção de suas sentenças. Assim, os moleques enlaçam Iku no enigma da responsabilidade diante da sua presença em relação com os outros seres. Em outras palavras, o tambor encantado pela espiritualidade do ser criança faz a “morte” vibrar vida. Nessa embolada inscreve-se a lição de que os conflitos gerados pela beleza, pelo jogo, pela dança e pelos corpos tomados pela festa não mortifica, mas aproxima os seres para que sintam outras possibilidades de vir a ser e de tecer relações

com o mundo (RUFINO; SIMAS, 2019, p. 49).

Iniciamos essa dissertação pela política socioeducativa e o projeto de vida que nela adentra, passamos pela política de cultura e seus projetos de valorização das iniciativas artísticas periféricas, no fim falamos mesmo é das políticas de infância e juventude, enquanto dependentes de uma concepção linear, expansiva, determinada e compartimentada na forma de projetos. O futuro garantido que projetamos para elas, e também para nós, é *descriançável*: “Isto é, um agir que produz um sufocamento dos processos de abertura, acolhimento e invenção de territórios com as crianças e adolescentes, na medida em que está pautado numa lógica adultocêntrica e normalizadora (GRAMKOW; VICENTIN, 2018 p. 370-371).

Caminhamos entre a rigidez dessas políticas, seus modelos de garantia e proteção que, mesmo bem intencionadas, acabam por dar continuidade ao projeto colonial de mortandade que se espalha por essas terras. Morte tanta e tamanha, que se olharmos apenas para seus aparatos sofisticados podemos nos dar por vencidos, eis que seus esforços contaminam inclusive as políticas ditas de emancipação. Frente a isso, não tememos por estarmos acompanhados do manifesto brincante e dançante, o manifestante – nosso tambor encantado – que fura qualquer pré-concepção deitada pelas estruturas coloniais, cisheteropatriarcais, latifundiárias, catequistas e adultocentradas. Não só furam como dobram, brincam, fazem a morte dançar. Do abismo instaurado enquanto distância nas mesas de atendimento fazem seus esconderijos, guardam suas cabeças em corações de pelúcia, praticam negaças, dobram as responsabilidades e prestações de conta em megafones, bailam com sistemas de som em praça pública. Hasteiam um banner vazio com a grande mensagem que têm a dizer para o mundo e riem daqueles que esperam pelas palavras. Rufino e Simas (2019) também chamam essas movimentações de vadiação, esse perambular miúdo e inventivo do cotidiano, termo em exata oposição à concepção de infância e adolescência funcionalista e projetiva.

Podemos nos apegar àquilo que por tantos anos elaboramos enquanto um objetivo final, a construção de novas infâncias e juventudes latinoamericanas, como propostas pela Doutrina da Proteção Integral enquanto superação do dispositivo tutelar. Me parece, no entanto, não só uma ilusão como um desperdício imenso de energia e de vida. Por mais frustrante que seja saber que ainda há muito a caminhar pelos direitos de crianças e adolescentes, rejeito aqui também as finalizações: que sejam movimentos múltiplos sempre inacabados.

Não se trata, veja, de generalizar todas as normas de proteção e classificá-las como

inservíveis. Mas de aprender a dobrá-las em megafone, recortá-las e semeá-las por aí, para ver se dão frutos diferentes, não as mesmas e velhas grades dessa dita proteção. Proteção dos adultos né? No final descobrimos que éramos nós e nossas instituições de muros alinhados, tempos bem planejamos, que nos protegíamos delas. Talvez com medo também de nos vermos ainda criancinhas e nossas certezas caírem por terra.

Enquanto profissionais ou pesquisadora(e)s que tão junto com crianças e adolescentes, podemos reconhecer e salientar suas construções manifestantes, nos tornando também partícipes dessas feitura, convites que eles fazem a todo momento. Que possamos ter coragem para abandonar o garantido, o procedimental, o projetivo, o funcional, para poder enxergar além da morte. Para isso é preciso, em algum nível, se deixar morrer, abandonando concepções que antes nos eram tão caras, para podermos nos lançar no território da inventividade. Arriscaria dizer, ainda, que só é possível essa aproximação por éticas próximas à proposta pela cartografia, sua lateralidade e experimentações nas margens:

Ao abdicarmos de um centro, resta a nós, cartógrafa(o)s, o exercício de certa lateralidade. Ao modo caranguejo, precisamos conquistar a habilidade de caminhar e olhar para os lados, e não somente “sobrevolar” ou “mergulhar” (imagens que correspondem a modos hegemônicos de investigação, que costumam exigir distância e profundidade diante dos seus objetos de pesquisa). Gosto de pensar na cartografia enquanto uma prospecção inventiva em que a(o) própria(o) cartógrafa(o) se vê convocada(o) a enfrentar as linhas que a(o) constituem e a compor algo (de si) com o território a ser cartografado. Esta composição envolve uma espécie de dentro-fora, onde cartógrafa(o) e território se engendram num mesmo agenciamento de pesquisa, estando o movimento de um diretamente envolvido ao movimento do outro. “Ao cartografar as linhas, ou entre-as-linhas, o pesquisador-cartógrafo acaba inevitavelmente emprestando suas próprias linhas a sua pesquisa-composição, ambos comprometidos à dispersão” (COSTA & AMORIM, 2020, p. 916 apud COSTA, 2020, p. 20)

Como caranguejos, propomos a construção de mangues enquanto possibilidades de políticas mais *criançasáveis* (GRAMKOW; VICENTIN, 2018), recusando o lugar do adulto enquanto maduro e acabado, onde um devir-criança possa ter lugar em nós, elaborando “um cuidado que não remete às exigências de futuro, mas às experimentações em que a criança-em-nós exerce suas potências, compondo-se com os diferentes meios com que convive” (CECCIM; PALOMBINI, 2009). Todo mangue é também território de morte, que fornece a matéria viva em decomposição que ali se acumula. Mas diferente do solo árido onde nos

enterramos, cujas regras são a escassez, o esquecimento e a injustiça, os mangues são berçários. A decomposição é diferente de uma morte sepultada, ainda que seja morte. A partir dessa decomposição aparecem os nutrientes necessários para a emergência dos mais diversos seres vivos. É uma morte que tem parte com a vida. Manguê ainda é ambiente duplo, formado pelo contato entre terra e água, se misturando quando agitado, espaço marginal privilegiado para a emergência de novas criações. Ibeji e Idowu, Cosme, Damião e Doum, também chamados de Dois-Dois, são por isso mesmo representantes dos “mistérios das dualidades que se integram sem se anular” (RUFINO; SIMAS, 2019, p. 45).

Em outras palavras, embalados pela alegria, pelo brincante, pela vadiação e pelo dançante, até a certeza da morte se torna relativa. Aqui então risca-se o ponto de erê pelo inacabado. Sei que passamos pelas encruzilhadas, Exu e suas multiplicidades como imprevisível, mas quem finaliza essa gira com certeza são as crianças encantadas, ou aqueles que permanecem encantados por elas. Que possamos cultivar o sensível para vibrar as multiplicidades das miudezas, que possamos inventar outras formas de viver o tempo que não seja apenas o futuro, que possamos nos lançar na cadência da vadiação, inventando jogos dos saberes cotidianos, e que, se enterrados, saibamos construir caminhos subterrâneos para além da morte.

18 de março de 2020 – Encontros sonhados

Escrevi no fim da noite um esboço do que parece ser, afinal, o caminho que estou trilhando no mestrado. Fui dormir já eram 4h20 da manhã, sem honrar o horário.

E sonhei.

Estava descendo de algum lugar de Cidade Ademar, parecia o caminho que eu fazia de volta da casa do Gil. Estava à pé, de noite. Pensei que havia algum perigo, mas aparentemente era assim que tinha que ser, andando a pé, de noite, voltando pra casa.

Pensei em subir a rua que dá no MSE para conseguir voltar e assim comecei. Dei alguns poucos passos e lembrei que descer direto, pela E. E. Martins Pena, era mais perto e funcionaria melhor pra mim. O caminho do MSE já não é o único caminho que eu conheço.

Em algum ponto descendo pela rua do Martins meu pai aparece e quer me dar uma carona, mas discutimos, não sei exatamente pelo quê. Fico imaginando qual seria o motivo, que agora não consigo mais recordar. Será que era porque eu estava andando na quebrada sozinha à noite? Ou tem mais a ver ao que me levou àquela situação, as escolhas que eu estava fazendo da minha vida, que me levavam para aquele lugar, tão longe da segurança dos meus pais? Também tive uma impressão de que meu pai talvez não quisesse me levar para a minha casa aqui em SP, talvez quisesse que eu fosse embora com ele para Indaiatuba, para a segurança que é viver com os pais. Chega um ponto da discussão que eu decido descer, mas sem antes pagar o devido pela corrida, como se fosse um Uber. Acho que tenho 2 reais, mas olho na carteira e tenho 15. Entrego os 15 reais e ele me deixa próximo de um ponto de ônibus em frente ao Nikkei.

O ponto de ônibus está iluminado com uma luz branca muito forte. Tem outras duas pessoas esperando no banco. Percebo o meu erro em ter entregado todo o dinheiro para o meu pai porque agora não tenho os 4,40 do ônibus. Como vou voltar? Tenho que achar um jeito de convencer o motorista a me levar. Percebo, ainda, que estou com o meu computador na bolsa, como se estivesse voltando da PUC. Perigoso, ninguém pode roubar aquele computador, todo o meu mestrado tá nele. Fico preocupada, mas tento não externalizar.

Enquanto reflito sobre as possibilidades de ser assaltada e as perdas que poderia ter percebo um grupo de jovens passando perto. Enquanto procuro minha calma, dois olhos grandes se destacam do bando e param pouco acima da minha cabeça. Era um jovem negro alto e, embora não reconhecesse a fisionomia crescida, os olhos eram os mesmos. Ele me cumprimenta “oi Yliah”.

“Michel!” falo enquanto levanto e o abraço. Como ele cresceu! Eu sabia que ele estava na Fundação CASA, mas no sonho essa situação material podia conviver com encontrá-lo no ponto de ônibus.

Nos abraçamos longamente e eu dou leves beijos em sua bochecha, o que deixa o menino tímido diante dos amigos, mas contente consigo mesmo. Consigo sentir a alegria e a paz que circulava nós dois naquele momento de encontro. Apesar dos amigos dele ainda estarem muito próximos, conversando e fazendo bagunça ao redor, conseguimos conversar quase que em particular, enquanto falávamos baixinho. Em algum momento devo ter contado para eles que eu estava sem dinheiro para pegar o ônibus e eles me dão algumas moedas de um saco cheio de moedas que eles tinham. Eram moedas de ouro, como se fossem piratas, mas

também eram moedas que eles tinham enfeitado com pérolas e brilhantes colados. Raspando os enfeites, pude ver o número 25, como 25 centavos, e pensei que as moedas eram válidas mas não conseguia entender porque enfeitavam o dinheiro. Era como um tesouro. Comentei com eles e eles me levaram para conhecer um local onde guardavam seus tesouros. Descemos para uma sala abaixo da terra, todo feito de pedra e iluminado com uma luz amarela, se era de tochas não sei. As paredes tinham como que estantes em formato de arco, embutidas na parede, e nelas muitos papéis, como pergaminhos, e também objetos de valor para aqueles meninos, como os piratas com seus tesouros. Alguns eram moedas que eles enfeitavam, outras folhas de papel com mensagens, brinquedos, gravetos recolhidos, celulares, ou outros objetos. Michel e os outros meninos me explicavam a respeito da sala e o que lá tinha sido guardado. Sabia que muitos eram objetos roubados, mas ao mesmo tempo não era o mais importante ali. O importante era o valor das coisas. Piratas e seus tesouros.

Acho que retornei para o ponto de ônibus com as moedas enfeitadas comigo. Não sei, talvez tenha acordado ainda na sala. Talvez tenhamos nos abraçado e nos despedido. Não sei.

Acordei e me lembro disso.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Scheila Espindola; SILVA, Otávio Guimarães Tavares da. O esporte na ressocialização de jovens em conflito com a lei – um estudo de caso. Pensar a prática, Goiânia, v. 21, n. 1, jan/mar 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fef/article/view/46586/pdf>> Acesso em: 07 mai 2020.

AZEVEDO, Adriana Barin de et al. Diário: uma política de registro. In: AZEVEDO, Adriana Barin de; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; MENDES, Rosilda (orgs.). Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado e na saúde. São Paulo: Hucitec, 2019a.

AZEVEDO, Adriana Barin de et al. Movimentos de partida, deslocamentos e ressonâncias. In: AZEVEDO, Adriana Barin de; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; MENDES, Rosilda (orgs.). Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado e na saúde. São Paulo: Hucitec, 2019b.

ARRUDA, Daniel Péricles. Cultura Hip-Hop e Serviço Social: a arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica. Revista Katál: Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 111-121, jan/abr, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p111>> Acesso em:

BARROS, Regina; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs). Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; FERREIRA, Mariana Belluzzi. A concepção desenvolvimentista de adolescência e seus impasses para a política de Assistência Social. In: ARAGUSUKU, Henrique Araujo et al (org.). Pesquisas em psicologia e políticas públicas: diálogos na pós-graduação. 1ª ed. v. 1. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/413>> Acesso em: 03 mar 2021.

BESSET, Vera Lopes; CASTRO, Lucia Rabello (Org.). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. Disponível em: <<http://www.brunabenvegnu.com/pesquisa-intervencao.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 out 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os direitos da criança. Diário Oficial da União, Brasília, 22 nov 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm> Acesso em: 26 maio 2019.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 dez 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jan. 2012. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm#:~:text=1%20Esta%20Lei%20institui%20o,adolescente%20que%20pratique%20ato%20infracional.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm#:~:text=1%20Esta%20Lei%20institui%20o,adolescente%20que%20pratique%20ato%20infracional.)> Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Guia de políticas e programas. Brasília: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/_guiadepoliticas_MDSA_online.pdf> Acesso em: 01 jun 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf> Acesso em: 01 jun 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Medidas socioeducativas em meio aberto. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/01/20180014-Plano_Nacional_Atendimento_Socioeducativo-Diretrizes_e_eixos_operativos_para_o_SINASE.pdf> Acesso em: 15 jun 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo 2013-2022: Versão para consulta pública. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.angra.rj.gov.br/downloads/SAS/sinase/sinase_plano_decenal_2013_2022_consulta_publica.pdf> Acesso em: 17 ago 2020.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/fbsp-vulnerabilidade-juveni-violencia-desigualdade-racial-2017-relatorio.pdf>> Acesso em: 07 jul 2020.

CARVALHO, Igor. Vila Clara: ato na periferia de SP pede justiça pelo assassinato de adolescente. Brasil de fato, São Paulo, 16 de junho de 2020a. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/valeu-menor-ato-na-periferia-de-sp-pede-justica-pelo-assassinato-de-adolescente>>. Acesso em: 23 ago 2020.

CARVALHO, Igor. Após noite de protestos em SP, moradores de Vila Clara se manifestam nesta terça. Brasil de fato, São Paulo, 16 de junho de 2020b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/apos-noite-de-protestos-moradores-vila-clara-chamam-nova-manifestacao-nesta-terca>>. Acesso em: 23 ago 2020.

CASTOR, Caio; STABILE, Artur. “Torturaram meu filho”, desabafa mãe de Guilherme; PM é suspeito do assassinato. Ponte Jornalismo, São Paulo, 17 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/torturaram-meu-filho-desabafa-mae-de-guilherme-pm-e-suspeito-do-assassinato-214909060.html>>. Acesso em: 25 ago 2020.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro. Custo da Juventude Perdida no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/presi/7_cerqueira_moura_pt.pdf> Acesso em: 07 jul 2020.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In: Direitos Humanos não tem idade, CEDECA: São Martinho, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>>. Acesso em: 06 jan 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109/2009 de 11 de novembro de 2009. Aprova a tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais. Publicado no Diário Oficial da União em 25/11/2009, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>> Acesso em: 20 set 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_ormacao_da_ens/Por%20uma%20Pol%c3%adca%20Nacional%20de%20Execu%c3%a7%c3%a3o%20das%20Medidas%20Socioeducativas.pdf> Acesso em: 30 set 2020.

_____. As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_ormacao_da_ens/As%20Bases%20Eticas%20da%20A%c3%a7%c3%a3o%20Socioeducativa.pdf> Acesso em: 28 set 2020.

_____. Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectiva e desafios. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006c. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Os%20Regimes%20de%20Atendimemto%20no%20Estatuto%20da%20Crian%3%a7a%20e%20do%20Adolescente.pdf> Acesso em: 27 set 2020.

_____. Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006d. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Socioeducacao.pdf> Acesso em: 28 set 2020.

_____. Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006e. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Par%3%a2metros%20para%20a%20Forma%3%a7%3%a3o%20do%20Socioeducador.pdf> Acesso em: 29 set 2020.

COSTA, Liana Fortunato; SOUZA, Luana Alves de. Aspectos institucionais na execução da medida socioeducativa de internação. *Psicologia Política*, v. 12, n. 24, pp. 231-245, mai/ago de 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a04.pdf>> Acesso em: 07 mai 2020.

COSTA, Luciano Bedin da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *Paralelo31*, UFPEL, ed. 15, dez 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/issue/view/960/showToc>> Acesso em: 20 abr 2021.

DALAPOLA, Kaique. PM aborda homem com agressões na Vila Clara, zona sul de SP, onde acontece protesto contra violência policial. Twitter: @KaiqueDalapola. Disponível em: <<https://twitter.com/KaiqueDalapola/status/1272709562987094016>>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 (1981).

DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Uma revisão de literatura sobre a definição de projeto de vida na adolescência. *Revista Interação em Psicologia*. Curitiba, v. 9, n. 2, pp. 281-292, mai/ago 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/35218/0>>. Acesso em: 07 maio 2020.

DIAS, Ana Cristina Garcia et al. Projetos futuros de adolescentes privados de liberdade: implicações para o processo socioeducativo. *Revista psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 52-63, mai/ago 2015. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v17n2/04.pdf> Acesso em: 07 maio 2020.

DIAS, Paulo Eduardo; STABILE, Arthur. Adolescente negro é encontrado morto após ser sequestrado e família suspeita de PMs. El País, São Paulo, 16 de junho de 2020a. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-16/adolescente-negro-e-encontrado-morto-apos-ser-sequestrado-e-familia-suspeita-de-pms.html>>. Acesso em: 23 ago 2020.

DIAS, Paulo Eduardo; STABILE, Arthur. Polícia Civil e MP pedem prisão de PM investigado pela morte de Guilherme. Ponte Jornalismo, São Paulo, 17 de junho de 2020b. Disponível em: <<https://ponte.org/policia-civil-e-mp-pedem-prisao-de-pm-investigado-pela-morte-de-guilherme/>>. Acesso em: 25 ago 2020.

DIAS, Paulo Eduardo; STABILE, Arthur. Moradores da Vila Clara explicam revolta por morte de Guilherme: ‘violência policial é constante’. Ponte Jornalismo, São Paulo, 19 de junho de 2020c. Disponível em: <<https://ponte.org/moradores-da-vila-clara-explicam-revolta-por-morte-de-guilherme-violencia-policial-e-constante/>> Acesso em: 25 ago 2020.

DIAS, Paulo Eduardo. Familiares de Guilherme, sequestrado e morte em junho de 2020, celebram seu aniversário. Ponte Jornalismo. São Paulo, 04 de abril de 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/familiares-de-guilherme-sequestrado-e-morto-em-junho-de-2020-celebram-seu-aniversario/>> Acesso em: 10 abr 2021.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FAUSTINI, Marcos (org.). Jessé Andarilho, a escrita, a cultura e o território. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020a.

FAUSTINI, Marcos (org.). Taísa Machado, o Afrofunk e a Ciência do Rebolado. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020b.

FYA. Direção: Guilherme Nasser. Produção: Sharp. Youtube. 17 de set de 2018. 10min45. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=58K4gNjKjPQ&t=10s>> Acesso em: 17 mar 2021.

GIL, Gilberto. Objeto sim, objeto não. Ao vivo na USP. Rio de Janeiro: Gege produções artísticas, 1973, 10min.

GRAMKOW, Gabriela; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Pistas para um agir criançaável nas experiências de conflito. Educação temática digital, v. 20, n. 2, p. 368-390, Campinas, abr/jun 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7101993#:~:text=O%20campo%20discursivo%20da%20indisciplina,rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20poder%20adulto%2Dcrian%C3%A7a.>>> Acesso em: 23 mar 2021.

GROS, Fredric. Desobedecer. São Paulo: Ubu, 2018.

HENRIQUE, Alfredo. Vídeos mostram agressões que teriam sido cometidas após protesto na zona sul de SP. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 de jun. de 2020. Disponível em:

<<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/06/videos-mostram-pms-agredindo-moradores-da-zona-sul-de-sp-apos-manifestacao-contramorte-de-jovem.shtml>>. Acesso em: 23 ago 2020.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2019. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784> Acesso em: 06 jul 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2020. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432> Acesso em: 20 mar 2021.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Execução de medida socioeducativa em meio aberto: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida. In: Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (org.), Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes; PEDRO, Fernanda Reis Alves de Oliveira. De “bandido” a trabalhador: um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas. Cadernos de psicologia social do trabalho. v. 21, n. 1, p. 61-71, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/149242>> Acesso em: 07 mai 2020.

LUSSENHOP, Jessica. Sirens, smoke and no end in sight. BBC. Minneapolis, 29 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-52844192>> Acesso em: 01 jan 2021.

MAGALHÃES, Carolyn Jane Cornes; MALTA, Laisa Daniela Teixeira. Adolescentes em cena: psicodrama e justiça restaurativa por trás dos muros!. Revista Brasileira de Psicodrama, São Paulo, v. 23, n. 2, pp. 82-88, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15329/2318-0498.201500010>> Acesso em: 07 mai 2020.

Manifestantes voltam às ruas da Zona Sul de SP contra morte suspeita de adolescente pela PM. TV Globo, São Paulo, 16 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/manifestantes-voltam-as-ruas-da-zona-sul-de-sp-contramorte-suspeita-de-adolescente-pela-pm.ghtml>>. Acesso em: 23 ago 2020.

MARINHO, Jacqueline de Oliveira et al. Curso de vida, adolescentes e criminalidade: uma leitura a partir do PIA. Psicologia e sociedade, Belo Horizonte, v. 31, 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31210441>> Acesso em: 07 mai 2020.

MELO, Eduardo Rezende. A subjetivação jurídico-política de crianças e de adolescentes e o direito ao desenvolvimento: contribuições críticas do debate filosófico contemporâneo. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2019. Disponível em:

MENDEZ, Emilio Garcia. Adolescentes e Responsabilidade Penal: Um Debate Latino Americano. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <www.justica21.org.br/interno.php?ativo=BIBLIOTECA>. Acesso em: 11 ago 2020.

MENDEZ, Emilio Garcia. Infância, lei e democracia: uma questão de justiça. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, São Paulo, n. 8, p. 11-22, 2013. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/223>> Acesso em: 23 ago 2020.

MORAGAS, Fernando Silva. Para além da normalização: As Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto na zona de fronteira da ilegalidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2011. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16916>> Acesso em: 07 out 2019.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa. Adolescentes autores de atos infracionais e o sentimento de culpa. Revista Subjetividades: Dossiê Adolescência em Psicanálise, Fortaleza, v. 17, n. 3, pp. 82-91, dezembro de 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692017000300008>. Acesso em: 07 mai 2020.

MP denuncia PM e ex-PM pela morte do adolescente Guilherme, de 15 anos, na Zona Sul de SP. G1 SP. 14 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/14/mp-denuncia-pm-e-ex-pm-pela-morte-do-adolescente-guilherme-de-15-anos-na-zona-sul-de-sp.ghtml>> Acesso em: 10 abr 2021.

NASCIMENTO, Maria Livia do; SCHEINVAR, Estela. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. Estudos e pesquisas em psicologia, Rio de Janeiro, ano 5, n. 2, jul/dez 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200007> Acesso em: 09 mar 2019.

OLIVEIRA, Marcelo. Justiça torna réus PM e ex-PM acusados da morte do jovem Guilherme. Uol notícias. 21 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/21/justica-torna-reus-pm-e-ex-pm-acusados-da-morte-do-jovem-guilherme.htm>> Acesso em: 10 de abril de 2021.

Paternidade responsável: mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Online, 07 de ago de 2019. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/noticias/7024/Paternidade+respons%C3%A1vel%3A+mais+de+5%2C5+milh%C3%B5es+de+crian%C3%A7as+brasileiras+n%C3%A3o+t%C3%AAm+o+n>>

ome+do+pai+na+certid%C3%A3o+de+nascimento>. Acesso em: 30 ago 2020.

PELBART, Peter Pal. Vida e morte em contexto de dominação biopolítica. In: Ciclo “O Fundamentalismo Contemporâneo em Questão”. São Paulo: IEA, 03 out 2008. Disponível em : <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/08/28/vida-e-morte-em-contexto-de-dominacao-biopolitica-peter-pelbart/>> Acesso em: 09 fev 2021.

PEREIRA, Leonardo. Quer saber como funciona a pichação?. Médiun, 2013. Disponível em: <<https://medium.com/umapera/quer-saber-como-funciona-a-pichacao-d866a387c8bc#:~:text=%C3%89%20uma%20esp%C3%A9cie%20de%20aut%C3%B3grafo,larguei%20a%20pixa%C3%A7%C3%A3o%20pelo%20graffiti.>> Acesso em: 18 dez 2020.

RANIERE, Edio. A invenção das medidas socioeducativas. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequenc#:~:text=Eis%2C%20portanto%2C%20a%20problem%C3%A1tica%20que,%C3%A0%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20Lei%3F>> Acesso em: 06 jun 2020.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1, 2019.

ROSA, Maristane de Sousa. O Reggae na “Jamaica brasileira”: cidadania e política a partir de letras musicais. Revista Brasileira do Caribe, Goiania, v. VIII, n. 15, jul/dez, 2007, p. 41-60. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrscaribe/article/view/2420>> Acesso em: 28 abr 2021.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. Flecha no tempo. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Maria Aparecida dos. O pesquisador de fronteira e outras subjetivações: uma questão de método. Estudos e pesquisas em psicologia. v. 15. n. 4. p. 1160-1180. Rio de Janeiro, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Caderno de orientações técnicas e metodológicas de medidas socioeducativas (MSE), de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.prattein.com.br/home/images/stories/Direitos_da_Criana_e_do_Adolescente/caderno_orientacoes_MSE.pdf> Acesso em: 13 nov 2019.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Plano decenal de atendimento socioeducativo do estado de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/direitos_crianca_adolescente/Plano_decenal_socioed_sp_2014.pdf> Acesso em: 30 ago 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Plano decenal de atendimento socioeducativo do município de São Paulo, 2015-2025. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Plano_Decenal_ATENDIMENTO_SOCIOEDUCATIVO_2016.pdf> Acesso em: 15 set 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Dispõe sobre a tipificação da Rede Socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. Portaria n. 46 de 22 de dezembro de 2010. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 23 dez 2010. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-46-de-22-de-dezembro-de-2010/detalhe>> Acesso em: 19 nov 2019.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Sistema de garantias e o direito penal juvenil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2015.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a 'proteção' e a punição. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2005. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16916>> Acesso em 06 jan. 2021.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Vidas menores, política das intensidades. Clínica e cultura, v. 8, n. 1, jan-jun 2019, p. 112-123. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000100011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 nov 2020.

TOMMASI, Maria Livia de. Jovens produtores culturais de favela. Linhas críticas, Brasília, v. 22, n. 47, p. 41-62, jan/abr 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4766>> Acesso em: 16 fev 2021.

VIEIRA, Bárbara Muniz. Bia Doria diz que não se deve doar marmitas a moradores de rua porque eles 'gostam de ficar nas ruas': 'É um atrativo'. G1, São Paulo, 03 de julho de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/03/bia-doria-diz-que-nao-se-deve-doar-marmitas-para-moradores-de-rua-porque-eles-gostam-de-ficar-nas-ruas-e-um-atrativo.ghtml>>. Acesso em: 04 ago 2020.

ZANELLA, Maria Nilvane. A implantação do menorismo na América Latina no início do século XX: tendências jurídicas e políticas para a contenção dos mais pobres. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1750-1766, out., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12761>> Acesso em: 16 nov 2019.